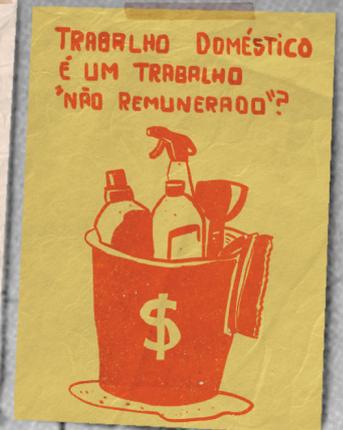


# AMÉRICA SOCIALISTA

REVISTA TEÓRICA MARXISTA - Nº 18 - ABRIL 2021 - CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL



A REVOLUÇÃO GRÁFICA  
DO MAIO FRANCÊS DE 1968



# ESQUERDA MARXISTA

CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL

**Diretor:** Serge Goulart

**Editora:** Maritania Camargo

**Tradução:** Fabiano Leite e Fernando Leal  
Colaboração - Carolina Fonseca de Jesus

**Revisão:** Felipe Libório, Francine Hellmann,  
Leonardo Mendes Neves, Tiago de Carvalho

**Capa:** Evandro Colzani

**Diagramação:** Henrique de Macedo



**Capa:** Cartazes expostos em parede do Ateliê Popular, na Escola de Belas Artes de Paris, em maio de 1968 — Foto: ©Atelier Populaire d.r/Beaux-Arts de Paris

## Revista América Socialista Edição em português nº 18

Livraria e Editora Marxista  
Rua Dom José de Barros, 17  
São Paulo/SP  
CEP: 01038 900  
Telefone: (11) 3104 0111

[www.livrariamarxista.com.br](http://www.livrariamarxista.com.br)  
[www.marxismo.org.br](http://www.marxismo.org.br)  
[contato@marxismo.org.br](mailto:contato@marxismo.org.br)

# A APRESENTAÇÃO

O lançamento da revista América Socialista 18 surge em um cenário onde a morte de milhões de pessoas na p a n d e m i a não permite

que o véu “progressista” das direções traidoras se sustente. O papel nefasto que o reformismo tem na luta dos trabalhadores e a necessidade das lições da história estão mais atuais do que nunca.

Nesta edição trazemos um conjunto de artigos que retratam, da economia às artes, as lições que os revolucionários tanto precisam, desde os exemplos a serem seguidos até aqueles a serem repelidos. O papel do reformismo como um entrave para a emancipação dos trabalhadores está muito bem demarcado nesta edição da revista.

Para abrir a edição temos o artigo de Francesco Giliani, da sessão Italiana da CMI.

Em 21 de janeiro deste ano, o Partido Comunista da Itália completou 100 anos. Em razão do centenário, nossa seção italiana está desenvolvendo diversas atividades que tratam do nascimento do comunismo naquele país e a influência dos acontecimentos italianos no conjunto do movimento operário internacional. Neste contexto, publicamos a primeira parte de um artigo sobre Antônio Gramsci, personagem político destacado em todo o mundo.

Neste artigo temos a contextualização dos acontecimentos que envolveram Gramsci, seus erros em meio ao surgimento da Oposição de Esquerda; a falsificação da transformação de Gramsci, comunista ligado à vanguarda operária de Turim, em um intelectual palatável e que “transformou” o marxismo em algo ao gosto da intelectualidade, são alguns dos destaques. O papel do stalinismo, que con-

trolou o PCI até 1943, e apontamentos acerca de uma das obras mais conhecidas de Antônio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, também ganham espaço. O artigo traz uma análise profunda não só de Gramsci, mas de todo contexto do surgimento do comunismo na Itália.

O ano de 2020 foi marcado pelo aumento assustador da violência doméstica, em todo o mundo. A luta pela emancipação da mulher tem sido árdua e a disputa teórica, com todo o tipo de teorias que buscam adaptar a luta das mulheres ao sistema vigente, tem se intensificado. Para contribuir neste debate, trazemos aqui um artigo de fundamental importância sobre a questão do trabalho doméstico. David Rey resgata a história da luta das mulheres trabalhadoras, desmascara os reformistas de todas as estirpes e retoma nossas bandeiras históricas na luta pelo socialismo e, portanto, do desaparecimento de qualquer vestígio de escravidão doméstica e de submissão da mulher ao homem.

Os ataques ao que resta das conquistas da Revolução Cubana estão muito mais intensos do que a imprensa burguesa divulga. Os embargos econômicos, numa pressão gigantesca para pôr fim ao que resta de uma economia planificada e que, mesmo com todas as dificuldades, demonstrouse significado, por exemplo, na saúde pública, gratuita e para todos. Até o fechamento desta edição Cuba registrou menos de 500 mortos por Covid 19, enquanto o império americano passa de 550 mil mortos. É neste cenário que trazemos dois artigos de Jorge Martin tratando de questões da atualidade da situação de Cuba. O primeiro trata das propostas de reorganização monetária encaminhadas pelo governo cubano e a necessidade de adotar o caminho inverso do que se está propondo. No segundo, Jorge Martin polemiza com José Alejandro Rodrigue, da *Juventud Rebelde*, que justifica a re-

organização monetária proposta pelo governo cubano com argumentos ultraliberais.

Em comemoração aos 150 anos da Comuna de Paris, trazemos nesta edição da AS o clássico da teoria marxista, *Lições da Comuna de Paris* de Leon Trotsky. O artigo datado do cinquentenário da Comuna, retoma desde o heroísmo das massas operárias de Paris até a falta de um partido, o que inclui a falta de líderes que estivessem à altura dos communardes. Também aborda a tática na ação de tomada do poder, a necessidade de uma estrutura partidária que tivesse se preparado para isso, portanto, em condições de responder às necessidades das massas. Denuncia os líderes covardes que, nas palavras de Trotsky, são de um certo anarquismo mundano. Tira desses acontecimentos lições fundamentais para nossos dias: *“O partido não cria a revolução ao seu gosto, não escolhe conforme lhe convém o momento para tomar o poder, mas intervéem ativamente em todas as circunstâncias... Quanto mais profundamente penetrar um partido revolucionário em todas as esferas da luta revolucionária e quanto mais unido estiver em torno de um objetivo através da disciplina, melhor e mais rapidamente pode realizar sua missão.”*

Trotsky faz ainda uma brilhante relação entre a Revolução Russa e a Comuna, e chama atenção para o fato de que, aos revolucionários não cabe fazer premonições, mas sim se preparar e analisar os acontecimentos da história de forma atenciosa, dando os passos resolutos em todos os momentos, sejam eles em tempos de aparente paz, sejam de guerra. Sem nenhuma dúvida, uma reflexão à altura de um dos maiores dirigentes da nossa classe que a história já viu. O líder do *Exército Vermelho* nos presenteia com um texto impecável e de fundamental leitura a todos os revolucionários.

Em seguida, apresentamos aos nossos leitores o artigo “*Keynes está morto! Os reformistas não o ressuscitarão*” de Antonio Erpice. O artigo retoma o surgimento do keynesianismo na história e como o economista expoente da intelectualidade de Cambridge se tornou a referência no cenário mundial dos anos 30, tornando-se, mais tarde, o “queridinho” inclusive de grande parte da esquerda atual. Antonio explica as manobras econômicas pouco científicas de Keynes, todos os acontecimentos históricos quando aparentemente o keynesianismo deu certo e a total impossibilidade de ressuscitá-lo na atualidade. Apresenta também a fragilidade teórica da economia keynesiana em relação ao marxismo e conclui explicando o papel inútil da burguesia em tentar ressuscitar o keynesianismo e o

crime que significa grande parte da esquerda assumir essa política. Finaliza apontando a luta pela teoria e prática do marxismo como a única saída.

O artigo seguinte é o inspirador da capa da AS 18, *A revolução gráfica do Maio francês* de Daniele Chiavelli. Aos revolucionários amantes da arte esse artigo nos deixa saciados, um texto agradável que traz a história do que se transformou a *Escola Nacional Superior de Belas Artes de Paris*, durante o maio de 1968. O artigo nos traz a sinestesia de sermos parte daqueles dias, as assembleias, o serviço de ordem, os espaços comunitários de alimentação, a produção coletiva, onde a obra passa, de fato, ser maior que o autor. O texto faz ainda um comparativo entre a influência do movimento na Itália e os limites impostos pelo Partido Comunista daquele país ao desenvolvimento da revolução gráfica italiana.

Para fechar a edição, apresentamos um artigo de Michel G. Silva e Serge Goulart sobre a política de Nahuel Moreno e do PST argentino levada durante a guerra das Malvinas, ocorrida há 39 anos. Este foi um exemplo gritante de incompreensão da luta pela Frente Única e um desvio total do marxismo. Neste artigo se percebe o que não se deve fazer e uma demonstração de que os esquemas, os clichês e a repetição de fórmulas esterilizadas, não servem para a construção da organização revolucionária, nem para ajudar o movimento operário a avançar, e muito menos para se chegar a uma revolução vitoriosa. A análise desta política de apoio à guerra desencadeada pela ditadura militar argentina tem toda a atualidade.

**Excelente leitura a todos!**



- 04 **O mito de Gramsci, “o ocidental”. Hegemonia, guerra de movimento e posição: o que resta de Gramsci no “gramscismo”?**  
Francesco Giliani
- 19 **O trabalho doméstico é um trabalho “não remunerado”? Como uma premissa teórica falsa conduz a uma posição reacionária na prática**  
David Rey
- 28 **O que significa o ordenamento monetário em Cuba**  
Jorge Martin
- 34 **O problema da economia cubana é o “papai Estado” e sua “superproteção igualitarista”?**  
Jorge Martin
- 37 **Lições da Comuna de Paris**  
Leon Trotsky (1921)
- 42 **Keynes está morto! Os reformistas não o ressuscitarão**  
Antonio Erpice
- 48 **A revolução gráfica do Maio Francês de 1968**  
Daniele Chiavelli
- 55 **Nahuel Moreno, revisionismo e adaptação na Guerra das Malvinas**  
Michel Silva e Serge Goulart

## Contato com a Corrente Marxista Internacional (CMI) nas Américas

### CANADÁ

Fightback  
fightback@marxist.ca  
www.marxist.ca

### QUEBÉC

La Riposte  
lariposte@marxiste.qc.ca

### ESTADOS UNIDOS

Workers International League  
www.socialistappeal.org

### MÉXICO

La Izquierda Socialista  
www.laizquierdasocialista.org  
laizquierdasocialista.org@gmail.com  
facebook.com/laizquierdasocialista

### EL SALVADOR

Bloque Popular Juvenil  
www.bloquepopularjuvenil.org  
redaccion@bloquepopularjuvenil.org

### REPÚBLICA DOMINICANA

cmi.dominicana@gmail.com

### NICARÁGUA

vanguardiamarxistanicaraguense@gmail.com

### HONDURAS

izquierdamarxista.hn@gmail.com

### VENEZUELA

Lucha de Clases  
www.luchadeclasses.org.ve  
cmi.venezuela@gmail.com

### COLÔMBIA

colombiamarxista@gmail.com

### ARGENTINA

Corriente Socialista El Militante  
www.argentina.elmilitante.org  
elmilitante.argentina@gmail.com

### BRASIL

Esquerda Marxista  
www.marxismo.org.br  
contato@marxismo.org.br  
facebook.com/EsquerdaMarxista

### INTERNACIONAL

www.marxist.com/es  
contacto@marxist.com



# O mito de Gramsci, "o ocidental". Hegemonia, guerra de movimento e posição: o que resta de Gramsci no "gramscismo"?

Francesco Giliani

O presente artigo faz parte de uma coletânea de textos e atividades organizadas pela seção italiana da Corrente Marxista Internacional em razão do centenário de nascimento do Partido Comunista da Itália, em 21 de janeiro de 2021. Uma oportunidade de tratar de todos os principais aspectos políticos relacionados ao nascimento do movimento comunista no país: desde os grandes eventos históricos, como as lutas operárias do Biênio Vermelho e a ascensão do fascismo, até as principais tendências do movimento operário da época (reformismo, maximalismo, abstenção...); desde o papel da Internacional Comunista em eventos italianos, até as ideias políticas dos principais líderes como Gramsci e Dordiga.

Nota do editor

“Os organismos de conservação são hoje os partidos stalinistas, que pretendem impor sua autoridade e direção a priori, suprimindo dentro do partido e do movimento operário toda aceitação consciente e espontânea do princípio de autoridade e ditadura.

Em todo o trabalho de Gramsci e em todo seu pensamento revolucionário, os dois termos ‘liberdade e ditadura’ e ‘autoridade e consciência’ nunca são formalmente

desunidos ou opostos, mas eles encontram um elo vivo e dialético, um elo que o Partido Comunista stalinizado destruiu completamente, substituindo a concepção de comunismo crítico por uma concepção burocrática e idealista do gabinete do partido”.

(A. [Alfonso Leonetti], “Gramsci: l’Ufficio del Partito”, *La Verità*, Paris, n. 2, abril de 1904)

## Prefácio

O destino póstumo de Gramsci é um caso particular e estridente do embalsamamento do pensamento político de um comunista. Poucos à esquerda o criticam, mesmo entre os mais inveterados reformistas. Sorte oposta à de Lenin, tão intensamente presente na formação gramsciana. O “gramscismo”, portanto, tornou-se uma ideologia reformista.

O debate interpretativo sobre o significado dos Cadernos do Cárcere é a chave para entender por que Gramsci não foi purgado formalmente pelos intelectuais e líderes de uma esquerda que estava profundamente degenerada ideologicamente e obcecada, nas décadas atrás de nós, com o desejo de considerar “cães mortos”, por sua vez, um Lenin “muito Jacobino”, um Marx “liberto da utopia”, um Engels “positivista” e assim por diante.

Os Cadernos raramente foram lidos pelo que são. Desde o período após o fim da Segunda Guerra Mundial, eles têm sido apresentados e reforçados para valorizar culturalmente numerosas reviravoltas das direitas na política do PCI<sup>1</sup>. Desde o “ponto de virada de Salerno”, de Togliatti, em 1944, com o qual o PCI abandonou seu preconceito antimonárquico e entrou no governo Badoglio, até o “compromisso histórico” com a Democracia Cristã avançado pelo então secretário do PCI, Enrico Berlinguer, nos anos 70. Naquele momento, quando a liderança do PCI se apresentou mais abertamente como o “partido da nação” e não como uma força de classe, a necessidade de sua escolha ser reconhecida de acordo com a tradição comunista também aumentou, acima de tudo para desencorajar qualquer ultrapassagem de massa à sua esquerda. Foi a “duplicidade” togliattiana.

Ainda nos anos 80, nas imponentes marchas partidárias, um slogan frequentemente entoado era “Viva o grande partido comunista de Gramsci, Togliatti, Longo e Berlinguer”. Mesmo no auge do longo caminho para se valorizar na burguesia italiana como gerente “responsável” e racional das contradições da sociedade capitalista, o grupo governante do então PCI (Natta, Occhetto, D’Alema etc.) nunca pronunciou reprovação



Antonio Gramsci

contra Gramsci. No máximo, poderia acontecer que Gramsci, em meio a rios de elogios, fosse definido como “muito fundamentalista”, como fez Alessandro Natta, então secretário do PCI, em 1987<sup>2</sup>. Isto se manteve mesmo após a dissolução do PCI e o nascimento do Partido Democrata de Esquerda (1991) e mesmo após a fundação do PD (2007).

Ainda hoje, no Comitê de Fiadores da Fundação Gramsci há políticos reformistas e liberais de origem PCI que serão lembrados pelas políticas anti-trabalhadores e de privatização do patrimônio público e do Estado social que eles perseguiram nas últimas décadas. Quem são? Pierluigi Bersani, Gianni Cuperlo, Massimo D'Alema, Vasco Errani, Piero Fassino, Anna Finocchiaro, Giorgio Napolitano, Achille Occhetto, Ugo Spozetti, Aldo Tortorella, Livia Turco, Walter Veltroni, Luciano Violante...

Os intelectuais orgânicos no grupo executivo do PCI consideravam Gramsci “*coisa deles*”. Foram sempre “*justificadores*” diante das contradições mais evidentes entre os escritos do comunista sardo e a linha seguida nas décadas seguintes pelo PCI. Mesmo historiadores importantes, como Paolo Spriano, defenderam ferozmente a continuidade Gramsci/Togliatti, mesmo que isso custasse o distanciamento momentâneo do uso de um método rigoroso de pesquisa<sup>3</sup>. Um exemplo desta tendência, política e psicológica ao mesmo tempo, foi a resposta evasiva dos intelectuais do PCI quando, na conferência organizada em 1977 para o 40º aniversário da morte de Gramsci, estudiosos da área socialista (Norberto Bobbio, Massimo Salvadori) rasgaram parcialmente o véu colocado sobre Gramsci, que havia se tornado o “pai nobre” do “compromisso histórico”, pedindo ao PCI que abandonasse o comunista sardo como irreconciliável com o caminho reformista de Enrico Berlinguer. Mas, naquela época ainda existia, dentro do PCI, uma camada consistente de duplicida-

de: certas coisas eram feitas, mas não deviam ser ditas.

Após o colapso do stalinismo em 1989-1991, os “gramscianos” da academia tomaram o bastão dos “gramscianos” de órbita PCI – muitas vezes os últimos se transformaram nos primeiros. Gramsci foi totalmente transformado em um intelectual com traços acadêmicos. Um sacerdote do poder taumatúrgico das palavras e da escrita. O comunista Gramsci, um homem do partido ligado à vanguarda operária de Turim, o único que conhecemos, foi ofuscado por um intelectual etéreo capaz de refinar o marxismo – que, entre os acadêmicos, é considerado a priori rude – em uma sofisticada ferramenta de análise cultural, naturalmente sem nenhum objetivo de transformação revolucionária da realidade, muito menos em conexão com a classe trabalhadora.

Esta operação político-cultural, para dizer a verdade, já tinha tido uma forte antecipação nos anos 60 e 70, quando o arquipélago acadêmico do “marxismo ocidental”<sup>4</sup> fez de Gramsci uma de suas referências, em oposição ao “marxismo oriental”, uma forma de pensamento por definição própria de áreas socioeconômicas atrasadas das quais o maior intérprete teria sido Lenin, ou uma essência chamada de “leninismo”, mas na realidade baseada no stalinismo e obcecada em tomar o poder apenas pela força militar. A tese, que deve ter parecido original para muitos “buscadores de novidade”, já havia sido formulada em suas linhas essenciais pelo socialista reformista Filippo Turati e pela social-democracia internacional entre o final da década de 1910 e o início da década de 1920.

Em resumo, salvar Gramsci de Lenin e da Revolução de Outubro tem sido, durante décadas, o grito de batalha de legiões de intelectuais e professores, colocados de forma variada no campo da esquerda reformista, muitas vezes stalinistas, mas também de origem “movimentista”.

A interpretação dos conceitos de hegemonia de Gramsci e do binômio, guerra de posição/guerra de movimento, constitui, dentro da reflexão

sobre os Cadernos, o ponto inflamado utilizado para a transformação de Gramsci em panfletário e refinado assertivo de uma luta democrática e cultural para transformar profundamente a sociedade capitalista, e talvez até mesmo a alma humana. Mas este Gramsci, “o deles”, um autêntico reformista, nunca existiu. Apesar de todas as oscilações e dos erros de Gramsci, que por sua vez permaneceu sempre um comunista.

### **Na cabeça do partido: Gramsci entre a “bolchevização” e a Tese de Lyon (1924-1926)**

Para uma compreensão completa das teses expostas por Gramsci em Cadernos, é particularmente necessário recordar sua evolução política nos anos imediatamente anteriores à sua prisão. Referimo-nos, em particular, ao período (1924-1926) durante o qual Gramsci esteve à frente do jovem Partido Comunista da Itália (PCdI).

Ainda em junho de 1923, Gramsci considerou necessário formar um bloco com a ala esquerda de Amadeo Bordiga contra a ala direita do partido liderado por Angelo Tasca, que ele acreditava ter expressado uma tendência de liquidação e conciliação com os líderes reformistas da CGL.

Embora nunca tenha adotado uma visão coincidente com a de Bordiga, Gramsci se opôs, juntamente à liderança do PCdI, à frente única e à palavra de ordem do governo dos trabalhadores e camponeses, as principais elaborações táticas do 3º e 4º Congressos da Internacional Comunista (IC).

Mesmo nesse período, no entanto, Gramsci tinha alguma compreensão dos limites de uma política baseada apenas em propaganda e fundamentada na expectativa de que o partido pudesse se beneficiar da decepção dos trabalhadores com as políticas reformistas do PSI e dos líderes do CGL.

Além disso, a passividade política do PCdI bordiguiano durante a crise do regime político liberal

manifestou-se, por exemplo, no abstencionismo por ocasião da ascensão do movimento "ousadia do povo"<sup>5</sup>. A IC, em várias ocasiões, criticou duramente o mero propagandismo da seção italiana.

A liderança do PCdI, eleitoralmente abstencionista em princípio, havia aceitado apenas a disciplina internacional para participar das eleições, entendida pela IC leninista como uma tribuna de propaganda de ideias revolucionárias. Por outro lado, Bordiga e seus seguidores recusaram em princípio qualquer tática que, com o objetivo de conquistar a maioria dos trabalhadores organizados, incluísse a possibilidade de uma unidade de ação com outras organizações políticas do movimento operário sobre objetivos parciais.

A IC criticou severamente esta linha, condensada nas Teses de Roma, aprovadas no 2º Congresso Nacional do Partido, realizado em 1922. Em uma carta de março de 1922 do Presidium da IC ao Comitê Central do PCdI, inspirada em Trotsky e Radek, lemos:

*"Apelamos para o PCI para lutar pela dissolução da Câmara a fim de estabelecer um governo de trabalhadores. Ao estabelecer um programa mínimo para as demandas a serem realizadas pelo governo dos trabalhadores, os comunistas devem declarar-se prontos para formar um bloco com o partido social-democrata e apoiá-lo, na medida em que este defenda os interesses da classe trabalhadora. Se o PSI aceitar, começarão as lutas, que serão transferidas do campo parlamentar para outros campos. Esta é a resposta à objeção de que a palavra de ordem do governo dos trabalhadores não significa nada mais do que uma combinação parlamentar. Se o PSI rejeitar nossa proposta, então as massas serão persuadidas de que lhes mostramos uma maneira concreta, o que o PSI, ao invés disso, não sabe o que fazer"*<sup>6</sup>.

Finalmente, em setembro de 1923, Gramsci abandonou sua oposição à política de frente única e ao slogan do governo dos trabalhadores e dos camponeses<sup>7</sup>. Sua estadia em Moscou, onde pôde confrontar

sistematicamente os líderes bolcheviques, incluindo Trotsky, sem dúvida desempenhou um papel nesta mudança de posição.

Alguns meses depois, ele foi além e reconheceu que a tática da frente única tinha valor universal e não estava limitada a nenhuma área geográfica ou socioeconômica do planeta:

*"Primeiro porque a concepção política dos comunistas russos foi formada em um terreno internacional e não nacional; segundo porque na Europa Central e Ocidental o desenvolvimento do capitalismo determinou não apenas a formação de amplos estratos proletários, mas também criou o estrato superior, a aristocracia operária com seus anexos de burocracia sindical e grupos social-democratas. A determinação, que na Rússia foi direta e lançou as massas nas ruas no assalto revolucionário, na Europa Central e Ocidental é complicada por todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo, torna a ação das massas mais lenta e cautelosa e, portanto, exige do partido revolucionário toda uma estratégia e táticas muito mais complexas e demoradas do que as que foram necessárias pelos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917"*<sup>8</sup>.

Esta evolução de Gramsci em direção às posições do bolchevismo ocorreu em um determinado momento. Primeiramente, em dezembro de 1923, começou a batalha da Oposição de Esquerda de Trotsky contra a burocratização do partido e do Estado soviético. Em reação, foi formado um bloco entre Zinoviev, Kamenev e Stalin.

Gramsci mostrou que também estava consciente do aspecto ideológico do debate em curso na URSS, que opunha Trotsky à doutrina antimarxista do "socialismo em um país" formulada por Stalin em janeiro de 1924. No início, Gramsci também parecia sentir uma certa simpatia pelas teses da Oposição:

*"Sabe-se que em 1905 Trotsky já acreditava que uma revolução socialista e operária poderia ter lugar na Rússia, enquanto os bolcheviques tendiam apenas a estabelecer uma ditadura política do proletariado aliado ao campesinato, que serviria de embrulho para o desenvolvimento do capitalismo, que não seria afetado em sua estrutura econômica. Sabe-se também que em novembro de 1917 (...) Lenin e a maioria do partido havia mudado para a concepção de Trotsky e pretendiam mexer não só com o governo político, mas também com o governo industrial"*<sup>9</sup>.



Zinoviev, Trotsky e Levi, no 2º Congresso da Internacional Comunista

Conflitos também irromperam na IC. Após o fracasso da insurreição de outubro de 1923 na Alemanha, Trotsky previu uma relativa estabilização do capitalismo. Em contraste, as previsões de Stalin e Zinoviev, que não reconheceram a derrota sofrida na Alemanha, foram de revolução iminente. No 5º Congresso da IC, em junho de 1924, a aplicação da tática da frente única foi descartada, com exceção de sua aplicação ultimativista “de baixo”:

*“A tática da frente única assume seu significado mais apropriado quando a frente única é realizada sob a liderança comunista entre trabalhadores comunistas, social-democratas e não-partidários na fábrica, no conselho de trabalho, no sindicato”.*<sup>10</sup>

Na prática, isto equivalia a um convite aos trabalhadores socialistas para deixarem seu partido. A frente unida foi assim reduzida a um ultimato ineficaz e os líderes reformistas puderam apresentá-la aos trabalhadores que ainda os seguiam como uma espécie de engano engendrado pelos comunistas.

Nestes tumultuosos anos de revolução e contrarrevolução, os acontecimentos se sucederam em um ritmo infernal. Na primavera de 1924, após o assassinato do deputado do Partido Socialista Unido (PSU)<sup>11</sup> Giacomo Matteotti por assassinos fascistas sob as ordens de Mussolini, o país entrou em uma fase de aguda luta política. As massas entraram em tumulto, os fascistas ainda não haviam consolidado sua ascensão ao poder.

Quase ao mesmo tempo, o Partido Comunista colocou Gramsci e um pequeno grupo que trabalhava com ele desde os anos do Biênio Vermelho<sup>12</sup> à frente do partido. Esse grupo líder, ainda uma minoria no partido, foi colocado na sela por uma manobra da IC, incapaz de discutir politicamente com a liderança bordigiana. Este ato constituiu uma ruptura com a tradição política leninista dos primeiros anos da Internacional Comunista. Em um certo sentido, foi o batismo, na Itália, dos métodos zinovievistas, que dominaram a fase da chamada bolchevização dos partidos comunistas.

Apesar de seu nome, “bolchevização” certamente não foi a suposição das lições da história do bolchevismo e da Revolução Russa, mas sim uma tendência a resolver questões políticas recorrendo a meios organizacionais. Foi uma etapa, a primeira etapa, na degeneração da IC.

A prova de que o grupo de Gramsci estava em clara minoria dentro do partido veio da conferência extraordinária em Como, realizada em junho de 1924. Estiveram presentes os secretários inter-regionais e federais e membros do Comitê Central. Havia três documentos em discussão: um da direita pela Tasca, um do centro apresentado por Gramsci e um da esquerda assinado por Bordiga. Ao todo, 33 dos 45 secretários da federação, quatro dos cinco secretários inter-regionais, o representante da Juventude Comunista e um membro do Comitê Central (CC) votaram no documento de Bordiga. O de Tasca obteve os votos de cinco secretários federais, um secretário inter-regional e quatro membros do CC. O de Gramsci teve os votos de quatro secretários federais e quatro membros do CC.

Esse resultado deslegitimou o centro de Gramsci. Depois dele, Gramsci e seus seguidores não pensaram em se questionar de forma alguma, avaliando a impossibilidade de liderar um partido comunista sem que o corpo militante compartilhasse a linha. Mas isto, afinal, estava em consonância com o método de construção dos grupos executivos ditados por Zinoviev, então secretário da IC. Mantido ao longo do tempo, este método de liderança só poderia facilitar o desenvolvimento de uma burocracia dentro do partido.

Trotsky definiu a “bolchevização” nestes termos:

*“A ‘bolchevização’ de 1924 tinha um caráter absolutamente caricatural. Uma pistola foi apontada para os templos dos órgãos dirigentes dos partidos comunistas, exigindo que eles tomassem uma posição sobre as divergências no Partido Comunista da URSS; foi exigido que eles tomassem uma posição imediata e*

*definitiva sobre as divergências existentes no Partido Comunista da URSS, sem informações, sem debate. Com isso, eles sabiam de antemão que a posição tomada dependia de poderem ou não permanecer na Internacional Comunista”.*<sup>13</sup>

O partido italiano foi reorganizado diretamente de Moscou. Após o 5º Congresso da Internacional, o CC foi aumentado para 17 membros: nove do centro do partido, quatro da direita e quatro “terços”, ou seja, membros de uma corrente do PSI liderada por Giacinto Serrati que naquele ano se fundiu com o PCdI. A ala esquerda do Bordiga permaneceu do lado de fora.

Em abril de 1925, foi formado o Comitê de Compreensão para ligar todos os elementos da corrente de esquerda. O centro do partido se enfureceu e demitiu todos os seus membros de suas posições de liderança. Bruno Fortichiari, entre outros, foi removido como secretário da federação de Milão. As posições ficaram ainda mais divididas quando o Bordiga tomou abertamente uma posição para a Oposição no debate da URSS, em um artigo intitulado “A questão Trotsky” que, escrito em fevereiro de 1925, foi bloqueado por meses pela liderança do partido e depois publicado por l’Unità apenas em julho. Naquela disputa, Gramsci havia se posicionado ao lado da maioria do partido soviético.

Em um relatório para o CC em fevereiro de 1925, ele declarou:

*“Na moção devemos, além disso, dizer como as concepções de Trotsky e especialmente sua atitude representam um perigo, na medida em que a falta de unidade no partido em um país onde existe apenas um partido, divide o Estado. Isto produz um movimento contra-revolucionário; o que não significa, porém, que Trotsky seja um contra-revolucionário: pois nesse caso devemos exigir sua expulsão”.*<sup>14</sup>

Como o Partido Comunista Italiano (PCdI), dirigido por Gramsci e em processo de “bolchevização”, atuou na crise de Matteotti de 1924-1925? O abandono da tática da frente única sancionada pelo 5º Congresso da IC provocou erros e nervosismo.

A princípio, a iniciativa estava nas mãos das forças liberais e reformistas. Em 14 de junho, os deputados dos partidos de oposição decidiram deixar de participar dos trabalhos parlamentares e formaram o Comitê das Oposições. O Aventino começou, ou seja, o boicote ao trabalho parlamentar combinado com um apelo ao rei para deter a ascensão do fascismo. A este bloco, formado pela maioria das oposições burguesas, assim como maximalistas e reformistas, também se juntou, no início, o Partido Comunista Italiano. O Comitê das Oposições era um movimento democrático e legalitário. Assustado com a ação de massa, recusou a proposta comunista da greve geral: deveria ter sido o rei e o Judiciário a retirar Mussolini do poder – mas eles não tinham a menor intenção e não o fizeram!

O grupo parlamentar do PCdI deixou esse comitê e quando, em 27 de junho, o CGL proclamou uma abstenção de 10 minutos do trabalho, os comunistas foram os únicos a convocar uma greve geral de um dia inteiro.

Depois de sair do bloqueio do Aventino, o PCdI usou destemidamente o fórum parlamentar, mas assumiu uma posição geral incerta. Sua palavra de ordem, “*Fora com o governo dos assassinos!*”, não deixava claro qual governo substituiria pelo fascista. Esta indecisão estendeu a mão, de fato, ao Comitê de Oposição.

O desenvolvimento posterior tomou a forma, em 15 de outubro de 1924, da proposta do CC de lançar a fórmula antiparlamentar, ou seja, transformar o Aventino em uma assembleia parlamentar das oposições:

“O Partido Comunista acredita que a reunião dos grupos parlamentares da oposição em uma assembleia convocada com base nas regras parlamentares como um Parlamento contra o Parlamento fascista teria, por outro lado, um valor bem diferente da abstenção passiva, pois ampliaria a crise e colocaria as massas de volta em movimento, o que é uma condição essencial para uma luta efetiva contra o fascismo. Portanto, a Comissão pede às oposições que convoquem esta assembleia.”<sup>15</sup>

A proposta foi naturalmente rejeitada por todas as outras partes. O slogan lançado pelo Partido Comunista da Itália (PCdI) tentou sair da passividade do Aventino, mas o fez com uma formulação que se abriu à colaboração entre partidos que representavam classes diferentes e antagônicas; além disso, essa unidade, se alcançada, não teria dissipado as ilusões das massas na opção democrática nem teria separado os trabalhadores que seguiam o PSI e o PSU de seus líderes.

Nesse mesmo outono, o PCdI lançou campanhas nacionais para fortalecer a Associação Nacional de Defesa dos Camponeses, dirigida pelo partido e contra a Federterra, uma organização de massa dirigida pelos socialistas. Nas fábricas, a mesma linha de ação foi praticada através dos Comitês de Agitação da Unidade Proletária, na verdade alternativas aos sindicatos existentes. O fracasso destas duas tentativas de uma frente unida “de baixo” foi uma oportunidade perdida, pelo menos para aproximar um setor das massas socialistas. Estes, de



Bordighia

fato, dificilmente foram mantidos em passividade pela linha “aventiniana” de capitulação diante dos liberais praticados por seus líderes.

A proposta do “antiparlamento”, no entanto, continuou a ser reivindicada, mesmo nas teses de Lyon de 1926, como um exemplo daquelas “soluções intermediárias para problemas políticos gerais” que o partido deveria ter usado no terreno agitational para “poder constituir uma ponte para as palavras de ordem do partido”<sup>16</sup>. Se, formalmente, a formulação do problema estava substancialmente correta, surgiu confusão em sua aplicação e foi amplificada pela justaposição com as táticas seguidas pelos bolcheviques em relação ao governo Kerensky, por ocasião da tentativa de golpe de Estado de Kornilov (agosto de 1917)<sup>17</sup>.

Em junho de 1925, quando Mussolini havia recuperado o controle da situação, o PCdI apresentou o slogan confuso de uma “Assembleia Republicana com base nos Comitês dos Trabalhadores e Camponeses”. A fórmula foi criticada por Trotsky, tanto em sua correspondência com o grupo bordighiano Prometheus quanto com Pietro Tresso, Alfonso Leonetti e Paolo Ravazzoli, os três membros do Bureau Político do PCdI expulsos em 1930 por trotskismo:

“Vocês lembram que eu critiquei na época a fórmula ‘Assembleia Republicana com base nos Comitês dos Trabalhadores e Camponeses’, uma fórmula lançada na época pelo Partido Comunista Italiano. Vocês dizem que esta fórmula era apenas de valor esporádico e que agora foi abandonada. Quero lhes dizer, entretanto, por que considero esta fórmula equivocada ou pelo menos equívoca como uma fórmula política. A ‘Assembleia Republicana’ é indiscutivelmente um organismo do Estado burguês. O que são, por outro lado, os ‘Comitês de Trabalhadores e Camponeses’? É evidente que, de alguma forma, eles são equivalentes aos soviets dos trabalhadores e camponeses. Então, é preciso dizer. Como organismos de classe dos pobres trabalhadores e das massas camponesas – sejam eles soviets ou comitês –

*eles sempre constituem organizações de luta contra o Estado burguês e depois se tornam organizações insurrecionais e os transformam, finalmente, após a vitória, em organizações da ditadura proletária. Como é possível, nestas condições, que uma assembleia republicana – o órgão supremo do Estado burguês – tenha como base os organismos do Estado proletário?”<sup>18</sup>*

Estas oscilações foram acompanhadas, na parábola gramsciana, por uma acomodação com a declinação mais oportunista da linha imposta por Zinoviev e Stalin à IC. O caso do Comitê Anglo-Russo, formado entre os sindicatos russo e britânico com o objetivo de criar um escudo protetor extra para a URSS, mostrou isto claramente.

Mesmo após a traição da greve geral de maio de 1926 pela liderança sindical britânica, na verdade, Gramsci sentiu que aquele bloco deveria ser salvaguardado:

“Penso que apesar da indecisão, fraqueza e, se querem, a traição da esquerda inglesa durante a greve geral, o Comitê Anglo-Russo deve ser mantido, porque é o melhor terreno para revolucionar não só o mundo sindical inglês, mas também os sindicatos em Amsterdã”.<sup>19</sup>

Trotsky, por outro lado, criticou a liderança do PCUS e da IC porque, em maio de 1926, “era necessário acompanhar as forças mais ativas do proletariado britânico e romper com o Conselho Geral naquela época como traidor à greve geral”<sup>20</sup>.

Marcado pela “cicatriz” da chamada bolchevização, em 1925-1926 o PCI certamente ainda não era um partido estalinizado. Isto é atestado pelas teses preparadas para o 3º Congresso, realizado clandestinamente em janeiro de 1926, em Lyon, França.

Deve-se salientar que essas teses, que obtiveram 90% dos delegados contra 10% para a esquerda, também foram impostas por métodos organizacionais e burocráticos. Por exemplo, todos os membros que não votaram a favor da esquerda foram contados como votos para a liderança.

Apesar disso, nessas teses foram fortemente defendidos alguns pontos estratégicos fundamentais para um partido revolucionário comunista.

A tese número 4, por exemplo, esclareceu a natureza da futura revolução italiana e sua principal força motriz:

“O capitalismo é o elemento predominante na sociedade italiana e a força predominante na determinação de seu desenvolvimento. Deste fato fundamental deriva a consequência de que não há possibilidade de uma revolução na Itália a não ser a revolução socialista. Nos países capitalistas a única classe que pode efetuar uma transformação social real e profunda é a classe trabalhadora”.<sup>21</sup>

As perspectivas do movimento de massas que poderiam ter derrubado o fascismo, igualmente corretas, prefiguraram uma linha oposta à “Virada de Salerno” imposta ao partido por Stalin e Togliatti em 1944:

“A possibilidade do derrube do regime fascista através da ação de grupos autodenominados democráticos antifascistas só existiria se esses grupos conseguissem, neutralizando a ação do proletariado, controlar um movimento de massa a ponto de poder refrear seu desenvolvimento. A função da oposição democrática burguesa é, ao invés disso, colaborar com o fascismo para impedir a reorganização da classe trabalhadora e a realização de seu programa de classes. (...) A oposição só poderá voltar a ser protagonista na ação de defesa do regime capitalista quando a mesma compressão fascista não for mais capaz de impedir o desencadeamento de conflitos de classe, e o perigo de uma insurreição dos proletários e sua soldagem com uma guerra de camponeses parecer grave e iminente”.<sup>22</sup>

Esse papel de defesa do regime capitalista, em 1943-1948, deveria ser assumido não apenas pelas correntes burguesas liberais, mas também, e isso foi decisivo para desorientar e desviar o impulso revolucionário das massas, pelos líderes do PCI e do PSI. Esse perigo, identificado nas teses de Lyon pelo possível crescimento de uma “tendência de direita” no

partido, também foi compreendido e antecipado, mesmo que certamente não fosse possível prever, em 1926, o alcance que teria em 1943-1948:

“A própria compressão que o fascismo exerce tende a alimentar a opinião de que, como o proletariado é incapaz de derrubar o regime rapidamente, a melhor tática é aquela que leva, se não a um bloco burguês-proletário para a eliminação constitucional do fascismo, a uma passividade da vanguarda revolucionária, a uma ativa não intervenção do Partido Comunista na luta política imediata, a fim de permitir que a burguesia utilize o proletariado como uma massa de manobras eleitorais contra o fascismo. Este programa é apresentado com a fórmula de que o Partido Comunista deve ser a ‘ala esquerda’ de uma oposição de todas as forças que conspiram para derrubar o regime fascista. É a expressão de um profundo pessimismo sobre a capacidade revolucionária da classe trabalhadora”.<sup>23</sup>

A mesma fórmula de governo dos trabalhadores e camponeses, tal como formulada pelo 4º Congresso da IC, em 1922, foi finalmente posta em foco, pelo menos em termos teóricos:

“Todas as agitações particulares que o partido conduz e as atividades que ele realiza em todas as direções para mobilizar e unificar as forças da classe trabalhadora devem convergir e serem resumidas em uma fórmula política que seja de fácil compreensão para as massas e que tenha o maior valor agitacional para elas. Esta fórmula é a do ‘governo dos trabalhadores e dos camponeses’. Indica também às massas mais atrasadas a necessidade da conquista do poder para a solução dos problemas vitais que lhes dizem respeito, e fornece os meios para trazê-los ao terreno próprio da vanguarda proletária mais avançada (luta pela ditadura do proletariado)”.<sup>24</sup>

Neste caso, porém, a prática oscilante do partido durante a fase da crise Matteotti esteve na origem de uma

certa confusão na definição concreta dessa palavra de ordem. A tese, de fato, foi assim:

*“Neste sentido, é uma fórmula de agitação, mas não corresponde a um estágio real de desenvolvimento histórico, exceto da mesma forma que as soluções intermediárias referidas no número anterior [o ‘antiparlamento’].”*

E, depois, continuou com uma definição geral mais correta e precisa:

*“A sua realização [fórmula de agitação do governo operário e camponês] de fato não pode ser concebida pelo partido senão como o início de uma luta revolucionária direta, ou seja, da guerra civil dirigida pelo proletariado, em aliança com o campesinato, para a conquista do poder. O partido poderia ser levado a sérios desvios de sua tarefa de liderar a revolução se interpretasse o governo operário e camponês como resposta a uma fase real de desenvolvimento na luta pelo poder, ou seja, se considerasse que esta palavra de ordem indica a possibilidade de que o problema do Estado será resolvido no interesse da classe trabalhadora de uma forma diferente da ditadura do proletariado.”<sup>25</sup>*

Herdadas da linha seguida durante a crise de Matteotti, nas teses de Lyon ficaram algumas referências não inteiramente claras ao Partido Republicano, definido como petit-bourgeois, mas assimilado com os maximalistas do PSI e os “unitários” do PSU entre as formações a serem consideradas em uma política de frente única<sup>26</sup>.

No campo da concepção organizacional, a “bolchevização” havia deixado uma marca mais marcante. As teses do centro gramsciano, de fato, proibiam as frações, abrindo caminho para o subsequente monolitismo estalinista (“32. A centralização e a compacidade do Partido exigem que não haja grupos organizados dentro dele que assumam o caráter de frações. [...] A existência e a luta de frações são de fato inconcebíveis com a essência do partido do proletariado, cuja unidade eles rompem abrindo caminho para a influência de outras classes”<sup>27</sup>).

A principal tragédia do Congresso de Lyon reside, portanto, na chegada a posições políticas que em grande parte retomam os traços essenciais da linha aprovada nos quatro primeiros congressos da IC, mas em um momento “errado”, pois coincidiu com a primeira fase da degeneração burocrática da IC. Este último processo teria inevitavelmente marcado o futuro do PCdI.

O mesmo poderia ser dito, em nível de trajetória pessoal, para Gramsci. Dramaticamente, quando ele rompeu com a concepção ultra-esquerda do Bordiga, os eventos na URSS e na IC colocaram um obstáculo para que ele se aproximasse das posições de Lenin e Trotsky.

Isto poderia ter sido calculado, em outubro de 1926, pelo conteúdo da carta de Gramsci, em nome do Bureau Político do PCdI, enviada ao CC do partido russo. Ele temia a divisão do PCUS, mas atribuiu a eventual responsabilidade à Oposição Unificada, nascida como resultado da convergência da Oposição de Esquerda, da tendência “Centralismo Democrático” e do grupo de Zinoviev e Kamenev que havia rompido com Stalin<sup>28</sup>. A Oposição foi até responsabilizada pelo uso instrumental das divisões do regime fascista no Partido Comunista Soviético<sup>29</sup>.

Sobre os méritos do debate político, a postura de Gramsci foi clara, ainda mais do que no passado, a favor da corrente de Stalin:

*“Declaramos agora que consideramos a linha política da maioria do Comitê Central do Partido Comunista da URSS como fundamentalmente correta e que a maioria do partido italiano certamente se pronunciará neste sentido, se for necessário colocar toda a questão à votação. (...) Repetimos que estamos impressionados com o fato de a atitude das oposições investirem toda a linha política do Comitê Central, tocando o próprio coração da doutrina leninista e da ação política de nosso Partido da União. É o princípio e a prática da hegemonia do proletariado que estão sendo postos em questão, são as relações fundamentais de aliança entre trabalhadores e camponeses que es-*

*tão sendo perturbadas e ameaçadas, ou seja, os pilares do Estado dos trabalhadores e da revolução”<sup>30</sup>*

A Oposição, para Gramsci, não colocou corretamente o problema da hegemonia do proletariado na sociedade soviética e não seria capaz de aprender da classe trabalhadora a necessidade, às vezes, de sacrificar seus próprios “interesses corporativos” a fim de manter a “hegemonia”. Assim, ele resumiu sua condenação da corrente que estava combatendo a degeneração burocrática do regime que surgiu a partir de “outubro”:

*“Na ideologia e prática do bloco de oposições renasce plenamente toda a tradição de social-democracia e sindicalismo que até agora tem impedido o proletariado ocidental de se organizar em uma classe dominante”<sup>31</sup>*

O pedido, na parte final da carta, de usar de clemência para com os líderes da Oposição<sup>32</sup> foi julgado por Togliatti como uma concessão excessiva à Oposição, mas certamente não pode ser suficiente para atribuir uma licença de anti-stalinismo a Gramsci.

Para Togliatti, atribuir também “algum erro até mesmo ao Comitê Central” teria sido resolvido “para o benefício total da Oposição”<sup>33</sup> e isto teria sido um erro imperdoável.

Amargurado pela carta de Togliatti, especialmente por seu tom, Gramsci, entretanto, escreveu que estava disposto a fazer uma nova concessão, inserindo seu julgamento condenatório no início da carta, antes da seção sobre os riscos inerentes à possível divisão do Partido Comunista Soviético<sup>34</sup>. Ele, além disso, reiterou que “as oposições representam na Rússia todos os velhos preconceitos de corporativismo de classe e sindicalismo que pesam sobre a tradição do proletariado ocidental e retardam seu desenvolvimento ideológico e político”<sup>35</sup>.

Algumas semanas após esta correspondência, Gramsci perdeu sua liberdade pessoal nas mãos do regime fascista. No auge de sua maturidade política, na prisão ele também levaria consigo todos os sinais da fase de “bolchevização”.



Ficha de cárcere de Gramsci

### Gramsci na prisão e a história do PCI

No 10º Plenário do Comitê Executivo da Internacional Comunista (IC), realizado em julho de 1929, a virada aventureira associada à teoria do “social-fascismo” explodiu em face do PCI. Na análise da IC, no caminho da estalinização, a social-democracia e o fascismo já se tornaram “estrelas gêmeas”. Esta mudança implicou, por exemplo, a recusa de princípio da liderança da Kommunistische Partei Deutschlands (KPD, Partido Comunista da Alemanha) de organizar qualquer tipo de frente unida com o Partido Social Democrata contra a ascensão dos nazistas.

Voltando a 1929, no PCdI Togliatti adaptou rapidamente a linha do partido às diretrizes stalinistas.

Isto se traduziu na perspectiva de uma iminente desintegração do regime fascista e de um verbalismo revolucionário completamente divorciado da realidade, incluindo a rejeição de qualquer palavra de ordem democrática. Gramsci, na prisão de Turi, expressou um veemente desacordo com a nova linha ultraesquerda que ele sofreu como um “soco no estomago”. Na hipótese do colapso do fascismo, para Gramsci não iminente, ele insistiu na necessidade de adotar

reivindicações democráticas, como a da Assembleia Constituinte, na perspectiva de um interlúdio democrático-burguês causado pela fraqueza do partido revolucionário.

No período pós-guerra, a apresentação unilateral desta posição gramsciana, sem as referências necessárias ao debate internacional, permitiu à liderança Togliatti interpretá-la como uma antecipação da política reformista seguida pelo PCI com a “virada de Salerno”.

Além disso, Gramsci foi utilizado como um recurso indispensável para apresentar o PCI como o partido que carregava a tocha da cultura nacional e democrática italiana. Os Cadernos tornaram-se um “produto finito” a ser incluído no desenvolvimento a longo prazo da cultura italiana, eliminando completamente a tempestade mundial na qual Gramsci se formou e fez escolhas claras entre guerras, revoluções e contrarrevoluções.

E tudo isso levou a um encobrimento das notas que, de forma enigmática, tratavam de questões controversas sobre o desenvolvimento da União Soviética na década de 1930.

Mas o fato de ter havido desacordos entre Gramsci e o partido foi atestado, mais do que qualquer

outra coisa, pelo completo silêncio a seu respeito nas publicações oficiais do PCI, de junho de 1931 a dezembro de 1933.

Ao contrário do que Togliatti fabricou em seu obituário<sup>36</sup>, no qual havia uma referência nojenta à “Trotsky puta do fascismo”, Gramsci na prisão não mostrou interesse no pensamento de Stalin e não solicitou nenhum de seus livros às autoridades penitenciárias. E ele certamente não aprendeu russo para ler as obras de Stalin, como grotescamente dizia Togliatti. Pelo contrário, segundo o testemunho do ex-deputado do Partido Comunista Italiano Ezio Riboldi, companheiro de Gramsci em Turi na primeira metade de 1930, ele comentou sobre o fideísmo com o qual o 4º Congresso do Partido havia aceitado a perspectiva de Stalin da iminente queda do fascismo na Itália, acompanhada pelo crescimento direto da revolução proletária:

*“É preciso ter em mente que o aspecto mental de Stalin é bem diferente do de Lenin. Lenin, tendo vivido muitos anos no exterior, possuía uma visão internacional dos problemas político-sociais: algo que não se pode dizer de Stalin, que permaneceu sempre na Rússia, preservando a mentalidade nacionalista que se expressa no culto aos ‘grandes*

russos’. *Mesmo o Stalin internacional é primeiro russo e depois comunista: é preciso ter cuidado*”.<sup>37</sup>

Esta observação, que obviamente não pode ser verificada categoricamente, penetra na estreiteza nacional da formação política de Stalin e é de considerável importância, especialmente porque demonstraria a superação da admiração expressa por Gramsci em várias ocasiões, mesmo antes da prisão, sobre um suposto realismo “nacional” de Stalin.<sup>38</sup>

Mas o obituário eulogístico escrito por Togliatti não é surpreendente. Foi, de fato, com a virada do 7º Congresso da IC, em agosto de 1935, para a política das Frentes Populares, alianças interclasses nas quais os partidos comunistas se subordinaram a uma fração da burguesia, que se traçam os primeiros sinais de mudança no tratamento público da figura de Gramsci. Em um artigo de Ruggiero Grieco, no *Lo Stato Operaio*, o mensal teórico do partido, Gramsci foi apresentado como um grande intelectual e um “grande italiano”. Esta ideia não parou de circular. Uma de suas muitas consagrações, na Itália, foi a conferência acadêmica realizada em Cagliari em 1967 para o 30º aniversário da morte de Gramsci.

As laboriosas e confusas reinterpretações de Gramsci foram o produto da permanente duplicidade da liderança do PCI, em tensão entre sua política reformista e suas origens revolucionárias, viva na memória coletiva dos explorados até os anos 80, e por vezes ainda mais. Pressionados por intelectuais democráticos sobre a necessidade de romper com Gramsci como uma referência política atual, os líderes do PCI sempre mostraram uma certa resistência. Até Giorgio Napolitano, expoente da corrente de direita do partido, o “miglioristi”, tomou posição contra o pedido de romper com o “político” Gramsci formulado por *Mondo Operaio*, a revista teórica do então Partido Socialista Italiano<sup>39</sup>.

Alguns anos mais tarde, no artigo “Addio a lui e a Turati”<sup>40</sup>, Lucio Colletti, tendo esfriado seu ardor revolucionário juvenil, mas ainda não se

juntado à *Forza Italia*, foi mais longe e explicou – com a franqueza que podia ser proporcionada por alguém que não obedecesse mais a qualquer duplicidade por ter se juntado à burguesia – que as escolhas feitas pelo PCI tinham, na prática, marcado uma lacuna intransponível com Gramsci. Aldo Schiavone interveio para reforçar Colletti – o tempo estava maduro para uma mudança em direção ao campo social adverso, mesmo nos intelectuais ligados ao PCI – e escreveu sobre a total inadequação do Gramsci “político”. Gramsci, sustentou Schiavone, teve que ser relançado apenas no nível cultural para torná-lo um autor clássico da história das doutrinas políticas.

Como se ele fosse um Nicolau Maquiavel ou um Thomas Hobbes.

### **O “Gramsci de Togliatti”**

Os Cadernos do Cárcere foram publicados pela primeira vez na Itália em 1951. Tendo eliminado o conflito entre Gramsci na prisão e o partido estalinizado, sua figura foi utilizada conscientemente para apresentar o PCI como um partido “nacional” e para se credenciar a um grande setor de intelectuais de origem não comunista. A operação sobre os Cadernos de Notas tornou-se crucial.

Era necessário concentrar-se no mártir antifascista e no homem – oferecendo sugestões do Ressurgimento – isolado de suas escolhas políticas. A primeira edição das Cartas do Cárcere, publicada em 1947 e cuidadosamente censurada por Felice Platone, um homem próximo a Togliatti, já havia feito isso. Togliatti havia apagado qualquer referência cordial de Gramsci a Bordiga, Trotsky, Rosa Luxemburgo e figuras menores, como Lucien Laurat, que não eram apreciadas por Stalin. Mas somente os Cadernos, apresentados fraudulentamente como produto acabado, permitiram um salto qualitativo na mumificação de Gramsci. Togliatti, de fato, tinha em suas mãos um conjunto de notas que, embora desorganizadas e fragmentadas, foram divididas em blocos e propostas como uma teoria geral.

Sobre o conceito de hegemonia, Togliatti troca para uma interpretação cultural, mas manteve-se cauteloso e afirmou uma continuidade entre Lenin e Gramsci. Naquela época, o PCI ainda jurava o pensamento embalsamado e distorcido de Lenin e não era aconselhável criar contraposições entre dois “homens santos” desse calibre.

O discurso, no entanto, mudou no conceito de guerra de posição. Neste terreno, a releitura de Gramsci começou com o PCI de Togliatti. A ocasião, de fato, era conveniente. Um Gramsci que se opôs rigidamente à guerra de posição, ou à lenta construção do bloco social anticapitalista, à guerra de movimento, ou seja, à prevalência da ofensiva aberta contra a burguesia, era perfeitamente adequado à estratégia gradualista adotada pelo PCI, a chamada democracia progressista aplicada com zelo de ferro já durante a Resistência. A guerra de posição foi apresentada como a imagem teórica da política do PCI no pós-guerra. Gramsci tornou-se – sem poder objetar nada! – o nobre pai.

O trabalho paciente de uma prefeitura conquistada pelo PCI ou de uma cooperativa “vermelha”, casamata “gramsciana” do PCI dentro do capitalismo, poderia assim ser contrastado com o suposto irrealismo daqueles que achavam catastrófico tomar o caminho da estrada “italiana”, parlamentar e pacífica para o socialismo, adotado pelo 8º Congresso do PCI em 1956. O Estado também, Constituição em mãos, teve que ser conquistado e esvaziado de sua essência reacionária de dentro, enviando cada vez mais deputados e senadores a Roma e centrando a atividade do partido no parlamento. Esta estratégia de inserção no Estado burguês tinha sido perseguida pelo PCI de Togliatti desde o “ponto de virada de Salerno” e uma leitura instrumental dos Cadernos de Notas ajudou a contrariar aqueles que descobriram que as contas não faziam sentido, por causa da experiência política pessoal ou coletiva ou mesmo porque tinham lido com olhos abertos o Estado e a Revolução de Lenin, um texto sempre detestado pelos reformistas.

É justo, no entanto, perguntar se existiam realmente pontos fracos nos Cadernos, usados pelos epígonos para abrir brechas e rastrear revisões. Para iniciar tal trabalho, basta seguir as citações preferidas pelos comentaristas de Togliatti e pelo próprio Togliatti. Assim se encontra, em um dos primeiros volumes das notas de Gramsci da prisão, publicadas pelo Einaudi, a seguinte consideração, inspirada na introdução de Marx a sua Crítica da Economia Política, de 1859, citada com abundância por Togliatti e mais tarde desviada ao extremo num sentido gradualista:

*“É necessário avançar no quadro de dois princípios: (1) nenhuma sociedade se estabelece tarefas para cuja solução as condições necessárias e suficientes ainda não existem ou não estão pelo menos no processo de aparecimento e desenvolvimento; (2) nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída, a menos que tenha primeiro realizado todas as formas de vida que estão implícitas em suas relações”.*<sup>41</sup>

Existe, nesta passagem, espaço para uma interpretação forçada da transição do capitalismo para o socialismo que traça mecanicamente a fase secular de transição da Europa feudal para a burguesia?<sup>42</sup>

No Ocidente, segundo Gramsci, o Estado não era redutível a seu aparelho repressivo central porque existia ao seu redor uma série de “fortificações”, “trincheiras” e “casamatas” da burguesia, por vezes estratificadas ao longo dos séculos. De forma geral, portanto, Gramsci acreditava que no Ocidente o proletariado teria encontrado maior resistência e teria que lutar uma longa guerra de posições em torno das “casamatas” da sociedade capitalista. Até o momento, nada de objetável. O que, então, não faz sentido? Que Gramsci não esclareceu se no Ocidente o proletariado deveria e poderia ter conquistado o poder da mesma forma que a burguesia, que havia subido politicamente à cabeça da sociedade após uma longa fase de erosão da supremacia econômica da nobreza, ou

seja, depois de ter quebrado o feudalismo a partir de dentro. Sugerir este paralelo ou não explicitar sua inadequação – como talvez seja o caso de Gramsci – seria aludir à possibilidade de o proletariado impor seu modo de produção e sua visão de mundo sem guerra de movimento, ou seja, sem ruptura revolucionária?

Além de certos limites, o paralelo com a transição para a sociedade burguesa não se mantém teoricamente e traz consigo distorções. Embora, de fato, a burguesia fosse, como a nobreza, uma classe proprietária e pudesse assim coexistir, em alguns casos por vários séculos, ao lado dos senhores feudais, o proletariado é uma classe não proprietária, na verdade, a primeira classe não proprietária a se impor a tarefa de conquistar o poder e abolir a propriedade privada. Sobre este assunto, Riccardo Guastini escreveu nos anos 70:

*“Finalmente, mesmo sem esquecer que estamos lidando com as notas de um prisioneiro e não com um programa partidário, não se pode deixar de notar o silêncio absoluto de Gramsci sobre um ponto crucial da estratégia política: o momento (o quando e o como) da ruptura revolucionária.*

*Após a conquista da hegemonia e de seus aparelhos, após o cerco do poder central, será ainda necessária a destruição (mais ou menos violenta, mas certamente não indolor) dos aparelhos políticos da burguesia? Ou devemos esperar um envolvimento automático, uma queda espontânea das fortificações de capital restantes? Gramsci está em silêncio sobre tudo isso. E por esta razão Stefano Merli falou da doutrina gramsciana como uma ‘teoria de revolução sem revolução’, isto é, sem ruptura revolucionária e sem o poder dos trabalhadores”.*<sup>43</sup>

O problema surge, portanto, na assimilação da respectiva posição estrutural da burguesia e do proletariado. A extensão do conceito cria problemas. Muitos intérpretes de Gramsci escreveram que a tese mais original do comunista sardo era a ideia de que, numa formação social capitalista, a classe trabalhadora poderia ser culturalmente

hegemônica antes de se tornar a classe politicamente dominante. A ideia é um absurdo.

Mas Gramsci distingue cuidadosamente entre a hegemonia política a ser exercida em relação à classe média, potencialmente a classe aliada, e a coerção em relação às classes opostas após a conquista do poder. A hipótese de Stefano Merli de uma “teoria de revolução sem revolução”, portanto, também contém elementos forçados.

Para chegar ao fundo da questão, a posição do proletariado é estruturalmente diferente (riqueza, educação, lazer etc.) da posição da burguesia da época do Iluminismo, que foi capaz de elaborar sua cultura dentro do Antigo Regime. Mas, se alguém emprega o termo hegemonia para ambos, pode surgir confusão. Esta confusão, que também estava presente nas notas de Gramsci nos Cadernos sobre jacobinismo, permitiu que a sistemática posterior de seu pensamento indicasse a possibilidade da ascensão da hegemonia “cultural” pela classe trabalhadora, ou seja, a direção da sociedade, sem a conquista do poder político e a transformação da estrutura.

Esta operação foi bem-sucedida também porque Gramsci, nos Cadernos de Notas, parece ter tomado como certo o axioma dos primeiros quatro congressos mundiais da Internacional Comunista sobre a necessidade histórica de força na derrubada do Estado burguês, uma premissa politicamente oposta pela maioria de seus comentaristas posteriores. Gramsci, no entanto, nunca questionou este princípio, mesmo se nos Cadernos não voltou a ele, exceto em notas marginais. Vale a pena notar, em confirmação a isto, a crítica de Gramsci a Croce por sua exaltação unilateral do momento “consensual e ético” na história europeia, em detrimento do momento e da força militar. É, portanto, questionável construir interpretações sobre a indeterminação presente nos Cadernos de Gramsci sobre a hipótese de que a

hegemonia total do proletariado pode preceder cronologicamente, no processo revolucionário, à conquista do poder político.

Sobre o conceito em questão, a história das revoluções tem fornecido respostas bastante afiadas e concordantes. O que nos ensina o estudo cuidadoso da Rússia soviética nos anos da guerra civil, entre outras coisas, quando mesmo após a conquista do poder o Partido Bolchevique entrou em conflito em várias ocasiões com elementos de corporativismo presentes nos setores mais profissionalizados da classe trabalhadora – por exemplo, os trabalhadores ferroviários ainda influenciados pelos mencheviques – e o Exército Vermelho teve que enfrentar, tanto política quanto militarmente, bandos de camponeses que não queriam conhecer nem os Brancos nem os Vermelhos?

A questão é que, se o capitalismo se afirmou e se reproduziu de forma espontânea e ampliada dentro dos poros da sociedade feudal, uma economia socialista não será construída “em fatias” ou com “ilhas libertadas” a serem acrescentadas uma após a outra. Além disso, essas “fatias”, nascidas em momentos de crise particular do sistema e da força do movimento, nunca foram capazes de coexistir por muito tempo, como uma ilha feliz, com formas econômicas capitalistas dominantes apoiadas pelo Estado que permaneceu burguês. Já sabemos pela história do PCI ou do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) o que é o resultado de um trabalho a longo prazo de “hegemonia” liderado por um partido que está cada vez mais no governo, apoiado por um sindicato cada vez mais “responsável” e por uma cooperativa econômica cada vez mais poderosa, que está cada vez mais inserida no sistema bancário, de seguros e financeiro.

Mas a guerra de posição, necessária segundo Gramsci para desgastar o adversário mesmo em razão da hegemonia, para ele nunca significou a aceitação das regras do jogo democrático burguês e a confiança na evolução das instituições liberais em um sentido proletário. Em Gramsci,

não há perspectiva de uma conquista pacífica de consenso que leve a uma nova gestão – “de baixo” ou “participada”, por assim dizer – de instituições burguesas. Nicola Badaloni reclamou disso, do ponto de vista do PCI da Berlinguer, observando que Gramsci “não chega a pensar na democracia como o lugar político geral da transição histórica”. Isto não é, entretanto, como Badaloni sempre afirma, uma “desvalorização soreliana da democracia”<sup>44</sup>, mas simplesmente a adesão de Gramsci à concepção marxista do Estado e da revolução.

Paralelamente à espessa cortina de fumaça nos Cadernos, foi necessário que a liderança do PCI fizesse com que o Gramsci do período 1919-1926 fosse conhecido o mínimo possível. Era o Gramsci das teses sobre os conselhos de fábrica como células da sociedade comunista e, sobretudo, o Gramsci que foi totalmente inserido no debate da Internacional Comunista antes de sua degeneração nacional-reformista no período stalinista. Um Gramsci, portanto, muito pouco nacional e constitucional. Era preciso esquecer aquele Gramsci que, em meio ao Biênio Vermelho, podia escrever:

*“A classe trabalhadora não está preocupada com o desmoronamento do Estado burguês, pelo contrário, contribui para o fato com toda a sua força, é na verdade a única que realmente tende a ‘salvar’ a pátria e evitar a catástrofe industrial: mas para o cumprimento desta missão quer todo o poder”*.<sup>45</sup>

Gramsci nunca será digerível para o reformismo: sua prosa, na verdade, não exala um suspiro patriótico sobre o que a Itália poderia ter sido e não foi. Nem pensa em eliminar os defeitos do desenvolvimento da sociedade italiana dentro do capitalismo, mas, ao contrário, em usar até mesmo os defeitos de um capitalismo retrógrado para derrubá-lo.

Se observarmos o cronograma de publicação do Editori Riuniti, a editora do então PCI, podemos ver que os escritos políticos de Gramsci de 1919-1926 receberam pouca atenção. A primeira edição de bolso, incompleta, só foi publicada em 1973. Esta

desproporção no estudo de Gramsci ainda existe hoje e é reveladora de medos e ambiguidades persistentes.

### **“Marxismo ocidental” e Gramsci: um interlúdio decisivo**

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a democracia burguesa, especialmente graças ao boom econômico, passou por tempos relativamente mais estáveis nos países capitalistas avançados do que na fase histórica anterior. Este fato tem uma ligação com o desenvolvimento do chamado marxismo ocidental. Na esfera intelectual, de fato, as relações menos amargas entre as classes e a consolidação no campo da classe trabalhadora da social-democracia e do stalinismo favoreceram e alimentaram uma divisão entre a pesquisa e a militância política.

Muitos professores que se consideravam marxistas começaram a usar uma linguagem cada vez mais codificada, longe da classe para a qual eles procuravam emancipação. Neste ambiente, Gramsci tornou-se um ponto de referência indiscutível, seus escritos da prisão tornaram-se uma antecipação da situação social e política do período de 30 anos pós-guerra na Europa, nos EUA e no Japão. Este sentimento foi amplificado por um pessimismo sobre a capacidade da classe trabalhadora de se emancipar a si mesma. Um pessimismo que, no entanto, não era de Gramsci.

O próprio Gramsci havia enfatizado isto, refletindo sobre a função de sua própria experiência política em tempos de refluxo, precisamente nos Cadernos:

*“Algo mudou fundamentalmente. E se pode ver. O quê? Antes, todos queriam ser lavradores da história, ter as partes ativas, cada um ter uma parte ativa. Ninguém queria ser o ‘esterco’ da história. Mas, pode-se arar sem antes adubar a terra? Portanto, deve haver o lavrador e o ‘esterco’. Abstratamente, todos admitiram isso. Mas, e de forma prática? ‘Esterco’ por ‘esterco’ tanto valia ficar para trás, voltar para a escuridão, para o indistinto. Algo mudou, porque há aquele que*

se adapta 'filosoficamente' a ser esterco, que sabe que tem que sê-lo, e se adapta. É como a questão do homem a ponto de morrer, como se costuma dizer. Mas há uma grande diferença, porque no momento da morte se está em um ato decisivo que dura um momento; enquanto que na questão do esterco dura muito tempo, e se repete a cada momento. Uma pessoa só vive uma vez, como se costuma dizer, a personalidade própria é insubstituível. Não há, para representá-la, uma escolha espasmódica de um instante, na qual todos os valores são apreciados fulminantemente e é preciso decidir sem adiamento. Aqui, o adiamento é de cada instante e a decisão deve ser repetida a cada instante. Por isso, diz-se que algo mudou. Também não se trata de viver um dia como um leão ou 100 anos como uma ovelha. Não se vive como um leão nem por um minuto, pelo contrário: você vive como uma subovelha por anos e anos e sabe que tem que viver assim. A imagem do Prometeu que, em vez de ser atacado pela águia, é devorado por parasitas. Já poderia ter imaginado os judeus; Prometeu só podia imaginar os gregos; mas os judeus eram mais realistas, mais impiedosos, e davam maior destaque a seu herói".<sup>46</sup>

O pessimismo e o cinismo de muitos intelectuais foram alimentados, no período pós-guerra, pela derrota da extensão da revolução, particularmente nos países capitalistas avançados, e pela consolidação do

stalinismo. Mas também não estava relacionado com as características sociológicas desse grupo. É necessário também ressaltar que na Europa o stalinismo apareceu a muitos intelectuais fascinados pelo marxismo como a única encarnação política da classe trabalhadora que fazia sentido, independentemente de suas escolhas políticas pessoais, que poderiam ser de adesão, como no caso de Althusser, de apoio crítico a Sartre, ou de rejeição e isolamento ao Marcuse<sup>47</sup>.

Mas a cesura histórica foi profunda. Desde os dias da Segunda Internacional, mesmo líderes socialistas a nível nacional ou internacional com formação intelectual tinham mantido uma certa unidade entre teoria e prática. Mas o nascimento do Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt, fundado em 1923 pelo austro-marxista Karl Grunberg como instituição afiliada à Universidade de Frankfurt, foi uma novidade, mesmo que ainda houvesse a colaboração com o Instituto Marx-Engels em Moscou. Até então, mesmo os líderes dos trabalhadores, como Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, desprezavam os "socialistas da cadeia" (Kathedersozialisten) que evitavam posições partidárias em favor do ensino na universidade.

Em 1930, Grunberg foi substituído por Max Horkheimer, que não tinha experiência política concreta: seu discurso inaugural focalizou a reforma escolar, sua administração san-

cionou o abandono do materialismo histórico e o fechamento da revista à história do movimento trabalhista.

A adaptação aos gostos culturais do mundo acadêmico foi acentuada com o exílio nos Estados Unidos, após a tomada do poder por Hitler em 1933. Após a guerra, o reconhecimento acadêmico na República Federal pró-ocidental da Alemanha e a despolitização dos estudos andaram de mãos dadas, até a apolo-gia de Horkheimer ao capitalismo, em 1970. Adorno permaneceu mais alienado da política. Marcuse, em posições mais radicais, mas isolado de uma força política marxista, acabou teorizando a integração da classe trabalhadora no mecanismo consumista e a impossibilidade do pensamento socialista de se conectar à práxis do proletariado contemporâneo em qualquer país capitalista avançado.

Esta deriva foi certamente favorecida pelo ambiente estreito dos partidos stalinistas. A pesquisa livre foi censurada: reflexões muito distantes dos problemas cruciais da estratégia revolucionária puderam ser salvas, e não sempre.

A característica básica do "marxismo ocidental" foi sua separação da luta revolucionária, que acabou se transformando em hostilidade. O silêncio dos prolíficos "marxistas ocidentais" sobre o funcionamento da economia capitalista, sobre a natureza do Estado burguês e, de modo mais geral, sobre os problemas da estratégia revolucionária, não é acidental. Essa corrente intelectual mudou decisivamente para a filosofia, a qual, por sua vez, estava atolada no subjetivismo de longa data.

O marxismo foi assim reduzido a um interminável e intrincado discurso sobre método, uma obsessão epistemológica, uma exaltação pela leitura dos Manuscritos Marxistas de 1844, publicados em Moscou em 1932, em um caminho intelectual que reproduzia, invertendo, o próprio itinerário de Marx. A obsessão mais comum era buscar diante de Marx um ponto de observação para revelar o caráter "verdadeiro" da obra marxis-



Ao todo, Gramsci redigiu 33 cadernos em seu período de prisão

ta, combinado com uma rejeição superficial dos escritos filosóficos ingleses. Em resumo, nos “marxistas ocidentais” não havia traços da Tese 11 marxista sobre Feuerbach: a interpretação do mundo não parecia servir ao propósito de mudá-lo de cima para baixo. A atividade teórica tornou-se uma disciplina esotérica, poluída por uma técnica expressiva e linguística que ainda hoje se avoluma.

Na ausência de um pólo revolucionário de classe, a principal atração, incluindo as propostas cíclicas de um “retorno a Marx”, veio da cultura burguesa.

Entende-se que o Gramsci dos Cadernos, com sua análise do que Engels teria definido como os níveis mais altos da superestrutura, era o ícone dos “marxistas ocidentais”. Mas Gramsci, ao contrário deles, havia estudado o problema da superestrutu-

tura, indicando em seu grau de autonomia uma questão a ser investigada em relação ao derrube da estrutura social capitalista. Se, portanto, os “marxistas ocidentais” se apoiaram parcialmente em certas fraquezas das notas de Gramsci nos Cadernos, Gramsci não pode, entretanto, ser incluído entre seus “pais espirituais”.

**Fim da primeira parte. Continua na América Socialista 19.**

Notas:

[1] Referimo-nos, em primeiro lugar, ao trabalho de edição facciosa preparatória para a publicação dos trabalhos de Gramsci que surgiram em 1947 para o Einaudi de Elsa Fubini e Felice Platone, supervisionado por Togliatti. Para referências, ver G. Bergami, *Il Gramsci di Togliatti e l'altro. L'autocritica del comunismo italiano*, Le Monnier, Florence 1991, pp. 133-138.

[2] F. Ottolenghi, G. Vacca, “50 anos após a morte do grande comunista. Assim, Gramsci nos ensinou a inovar com coragem. Natta's reflexões sobre um legado histórico”, *l'Unità*, 18-1-1987.

[3] Este último, por exemplo, escreveu: “Mas a insistência de Gramsci em 1937, antes de tudo, sobre a nova ligação (inconcebível em 1930, por exemplo) entre a Assembleia Constituinte e a Frente Popular, adquire um significado maior, não mais colide, de fato se aproxima, torna-se consonante, com o que alguns, se não todos, líderes comunistas no exílio do Centro Estrangeiro pensavam”, em P. Spriano, *Gramsci na prisão e o Partido*, p. 108. A única evidência neste sentido, entretanto, foi uma nota do líder stalinista Mario Montagnana para Togliatti, escrita no próprio dia da morte de Gramsci, na qual Montagnana informou a Togliatti que tinha aprendido com Sraffa que “Ele [Gramsci] disse que o irmão popular na Itália é a Assembleia Constituinte”, P. Spriano, *ibidem*, p. 102. Entretanto, foi o próprio Sraffa que invalidou a Declaração de Montagnana em carta endereçada ao próprio Spriano, em P. Spriano, *ibidem*, p. 103.

[4] Para uma reconstrução da gênese histórica do “marxismo ocidental”, cf. P. Anderson, *Considerations on Western Marxism*, Laterza, Bari 1969.

[5] Os Arditi del Popolo eram um movimento espontâneo e anti-fascista em massa, que surgiu a partir de 1921 em várias cidades italianas. Embora fossem politicamente heterogêneos, a composição social do Arditi del Popolo era fortemente proletária, mas o PCdI, contrariando a possibilidade de que seus militantes pudessem se organizar no terreno político e militar com trabalhadores “ideologicamente não-comunistas”, preferiu formar sua própria organização de autodefesa, separando seus militantes do resto da classe. Assim, uma oportunidade decisiva foi perdida para deter o avanço das milícias fascistas.

[6] L. Trotsky, *Escritos sobre a Itália*, Erre Emme, Roma 1990, p. 82.

[7] A. Gramsci, “Lettera a Negri” [Mauro Scoccimarro], 5-1-1924, em P. Togliatti (ed.), *La formazione del gruppo dirigente del Partito Comunista italiano nel 1923-1924*, Editori Riuniti, Roma 1962, p. 150.

[8] Cf. Masci [Antonio Gramsci] a Palmi [Palmiro Togliatti] e Urbani [Umberto Terracini], 9-2-1924, in *ibidem*, pp. 196-197.

[9] *Ibid*, p. 187.

[10] “Teses sobre as Táticas do Comintern”, em A. Agosti (ed.), *La Terza Internazionale. Storia documentaria*, vol. II (1924-1928), t. 1, Editori Riuniti, Roma 1976, p. 121.

[11] Partido nascido de uma cisão de direita do Partido Socialista Italiano, que havia ocorrido em 1922.

[12] Um processo revolucionário que se desenvolveu na Itália após a Primeira Guerra Mundial, entre 1919 e 1920, culminando com a ocupação das principais fábricas do país. O movimento foi derrotado principalmente por causa da linha hesitante do Partido Socialista.

[13] L. Trotsky, *A Terceira Internacional depois de Lenin*, Samonà e Savelli. Roma, p. 160.

[14] A. Gramsci, “Report to the Central Committee”, 6-2-1925, em A. Gramsci, *La costruzione del partito comunista 1923-1926*, Einaudi, Turim 1974, p. 473.

[15] *Il partito decapitato, L'Internazionale*, Milão 1988, p. 149.

[16] *La situazione italiana e i compiti del PCdI, teses aprovadas pelo III Congresso do Partido Comunista da Itália, janeiro de 1926*, em A. Gramsci, *The Construction of the Communist Party 1923-1926*, cit., p. 512.

[17] “A apresentação e agitação dessas soluções intermediárias é a forma específica de luta que deve ser usada contra os partidos democráticos autodenominados, que na realidade são um dos mais fortes apoiadores da ordem capitalista vacilante e como tal se alternam no poder com grupos reacionários, quando esses autodenominados partidos democráticos estão ligados a estratos importantes e decisivos da população trabalhadora (como na Itália nos primeiros meses da crise de Matteotti) e quando um perigo reacionário é iminente e grave (tática adotada pelos bolcheviques em relação a Kerenski durante o golpe de Kornilov)”, *La situazione italiana e i compiti del PCdI, tese aprovada pelo III Congresso do Partido Comunista da Itália, janeiro de 1926*, in *ibidem*.

[18] L. Trotsky, *Escritos sobre a Itália*, cit., p. 184.

[19] A. Gramsci, “An Examination of the Italian Situation”, 2-3 de agosto de 1926, em A. Gramsci, *The Construction of the Communist Party 1923-1926*, cit., p. 124. O texto constituiu o relatório dado por Gramsci ao Comitê Executivo do partido em 2-3 de agosto de 1926.

[20] L. Trotsky, “Resolution on the general strike in Britain”, julho de 1926, em L. Trotsky, *On Britain*, Monad Press, New York 1973, p. 255. O documento foi apresentado ao Plenário PCUS de 14-23 de julho de 1926.

[21] *La situazione italiana e i compiti del PCdI, teses aprovadas pelo III Congresso do Partido Comunista da Itália, janeiro de 1926*, em A. Gramsci, *La costruzione del partito comunista 1923-1926*, cit., p. 490.

[22] *Ibid*, p. 499.

[23] *Ibid*, p. 501.

[24] *Ibid*, p. 512.

[25] *Ibid*, p. 513.

[26] *Ibid*, p. 511.

[27] *Ibid*, pp. 505-506.

[28] “Uma divisão deste tipo, independentemente dos resultados numéricos dos votos do Congresso, pode ter as repercussões mais graves, não só se a minoria da oposição não aceitar com a maior lealdade os princípios fundamentais da disciplina do partido revolucionário, mas também se, ao conduzir suas polêmicas e sua luta, ultrapassar certos limites superiores a todas as democracias formais”, A. Gramsci, “To the Central Committee of the Soviet Communist Party”, outubro de 1926, in A. Gramsci, *La costruzione del partito comunista 1923-1926*, cit., p. 126. Gramsci, *The Construction of the Communist Party 1923-1926*, cit., p. 126.

[29] “Esta campanha, se mostra como ainda são imoderadas as simpatias que a República Soviética desfruta entre as grandes massas do povo italiano que, em algumas regiões, durante os últimos seis anos, não receberam nada além de escassa literatura partidária ilegal, ela também mostra como o fascismo, que conhece muito bem a verdadeira situação interna italiana e aprendeu a lidar com as massas, tenta usar a atitude do bloco de oposição para quebrar definitivamente a aversão firme dos trabalhadores ao governo de Mussolini e para provocar um estado de espírito no qual o fascismo aparece pelo menos como uma necessidade histórica inelutável, apesar das crueldades e males que o acompanham”, *ibidem*, p. 127.

[30] *Ibid*, p. 129.

[31] *Ibid*, p. 130.

[32] “Os camaradas Zinoviev, Trotsky, Kamenev contribuíram poderosamente para nos educar para a revolução, às vezes nos corrigiram com muita energia e severidade, têm estado entre nossos professores. A eles nos voltamos especialmente como os mais responsáveis pela situação atual, porque queremos ter certeza de que a maioria do Comitê Central da URSS não pretende exagerar na luta e está preparada para evitar medidas excessivas”, *ibidem*.

[33] P. Togliatti a A. Gramsci, 18-10-1926, em A. Gramsci, *La costruzione del partito comunista 1923-1926*, cit., p. 132.

[34] “Em qualquer caso, precisamente em vista disto e da possibilidade de tal aparição, em uma carta adicional eu tinha autorizado você a modificar o formulário: você poderia muito bem ter adiado as duas partes e colocado nossa afirmação da “responsabilidade” da oposição no início. Esta sua maneira de raciocinar me causou uma impressão muito dolorosa”, A. Gramsci para P. Togliatti, 26-10-1926, in *ibidem*, p. 135.

[35] *Ibid*, p. 136.

[36] P. Togliatti, “Antonio Gramsci capo della classe operaia italiana”, *Lo Stato Operaio*, no. 5-6, 1937.

[37] E. Riboldi, *Vicende socialiste. Trent’anni di storia italiana nei ricordi di un deputato massimalista*, Edizioni Azione Comune, Milão 1964, p. 182.

[38] Para uma inversão da relação entre nacional e internacional, leia a seguinte nota de Gramsci: “As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Eles sem dúvida seguem”, A. Gramsci, *Caderno 13*, Nota 2. Ou a seguinte nota, que é mais articulada: “Certamente o desenvolvimento é em direção ao internacionalismo, mas o ponto de partida é ‘nacional’ e é a partir deste ponto de partida que precisamos começar. Mas a perspectiva é internacional e só pode ser assim. Portanto, é necessário estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional terá que dirigir e desenvolver de acordo com a perspectiva e as diretrizes internacionais. A classe dominante só o é se interpretar exatamente esta combinação, da qual ela mesma é um componente e como tal pode dar ao movimento uma certa direção em certas perspectivas. Neste ponto, parece-me ser a discordância fundamental entre Leo Davidovici [Trotsky] e Bessarion [Stalin] como intérprete do movimento majoritário. As acusações de nacionalismo são ineptas se se referem ao cerne da questão. Se estudarmos o esforço de 1902 a 1917 por parte da maioria [bolcheviques], vemos que sua originalidade consiste em purificar o internacionalismo de cada elemento vago e puramente ideológico (em sentido dissuasivo), a fim de dar-lhe um conteúdo de política realista. O conceito de hegemonia é aquele em que as exigências de um caráter nacional são atadas, e pode-se entender como certas tendências deste conceito não falam ou só escamoteiam. Uma classe de caráter internacional, na medida em que orienta estratos sociais estritamente nacionais (intelectuais) e muitas vezes menos que nacionais, particularistas e municipalistas (camponeses), deve “nacionalizar-se”, em certo sentido, e este sentido não é muito estreito, pois antes que as condições de uma economia de acordo com um plano mundial sejam formadas, é necessário passar por múltiplas fases nas quais as combinações regionais (de grupos de nações) podem ser várias”, A. Gramsci, *Caderno 14*, Nota 68.

[39] Cf. F. Coen (ed.), “Hegemonia e democracia”. Gramsci e la questione comunista nel dibattito di Mondoperaio”, suplemento a *Mondoperaio*, n. 7/8, julho-agosto de 1977, pp. 64-65.

[40] L. Colletti, “Addio a lui e a Turati”, *L’Espresso*, 8-3-1987.

[41] A. Gramsci, *Caderno 13*, nota de rodapé 17.

[42] A dinâmica dessa transição, entretanto, deve ter sido clara para Gramsci, que escreveu: “As diferenças entre a França, a Alemanha e a Itália no processo de tomada do poder pela burguesia (e a Inglaterra). Na França, há o mais rico processo de desenvolvimento e elementos políticos ativos e positivos. Na Alemanha, o processo ocorre em alguns aspectos, assemelhando-se aos da Itália, em outros assemelhando-se aos da Inglaterra. Na Alemanha, o movimento de 48 fracassou por causa da falta de concentração burguesa (a palavra de ordem tipo jacobina foi dada pela extrema esquerda democrática: “revolução em permanência”) e porque a questão da renovação do Estado estava entrelaçada com a questão nacional; as guerras de 64, 66 e 70 resolveram as questões nacionais e de classe juntas em um tipo intermediário: a burguesia obtém o governo econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como a classe governante do Estado político com amplos privilégios corporativos no exército, na administração e na terra: mas pelo menos, se essas velhas classes conservam tanta importância e gozam de tantos privilégios na Alemanha, exercem uma função nacional, tornam-se os “intelectuais” da burguesia, com um certo temperamento dado pela origem e tradição de castas. Na Inglaterra, onde a revolução burguesa ocorreu mais cedo do que na França, temos um fenômeno semelhante ao alemão de fusão entre o antigo e o novo, apesar da extrema energia dos “jacobinos” ingleses, ou seja, das “cabeças redondas” de Cromwell; a antiga aristocracia permanece como uma classe governamental, com certos privilégios, ela também se torna a classe intelectual da burguesia inglesa (afinal, a aristocracia inglesa tem quadros abertos e é continuamente renovada com elementos vindos dos intelectuais e da burguesia)”, em A. Gramsci, *Caderno 19*, Nota 24.

[43] R. Guastini, *Note sul Machiavelli, sulla politica e sul Stato moderno*, em AA. VV., *Gramsci un’eredità contrastata. La nuova sinistra rilegge Gramsci*, Ottaviano, Milão 1979, p. 82.

[44] N. Badaloni, *Il marxismo di Gramsci. Dal mito alla ricomposizione politica*, Einaudi, Turim 1975.

[45] Cf. *Avanti!*, 11-2-1920.

[46] A. Gramsci, *Caderno 9*, *supra* nota 53.

[47] Cf. P. Anderson, *The Debate in Western Marxism*, *op. cit.*, pp. 97-119.

# O trabalho doméstico é um trabalho “não remunerado”? Como uma premissa teórica falsa conduz a uma posição reacionária na prática

David Rey

---

No calor do auge do movimento feminista e das lutas contra a opressão da mulher, setores da esquerda e do próprio movimento feminista voltaram a resgatar a ideia do “salário para a dona de casa” e a qualificar o trabalho doméstico realizado pela dona de casa como um trabalho “não remunerado” guardado pelos capitalistas. Qual é a posição do marxismo sobre isto?

A destacada feminista Silvia Federici, uma das defensoras mais entusiastas do salário para a dona de casa, defende esta reivindicação da seguinte maneira:

Este salário seria um meio para se conseguir a desnaturalização do trabalho assistencial e uma forma de expor que se trata de um trabalho em si. O trabalho doméstico deve ser considerado como uma atividade remunerada, visto que “contribui para a produção da mão de obra e produz capital, possibilitando a realização de qualquer outra forma de produção”

Podemos sintetizar a tese desse setor da esquerda e do feminismo da seguinte forma: no lar familiar, procriam-se, alimentam-se e educam-se os filhos dos trabalhadores que serão trabalhadores amanhã. Todo esse trabalho sai de graça para os capitalistas, que não aportam nada para dispor de trabalhadores e trabalhadoras prontos para serem explorados em suas empresas quando ingressem no mercado de trabalho. Ainda mais, o “demiurgo” desse “trabalho reprodutivo” (de reprodução da força de trabalho) é a mulher dona de casa, que não recebe um centavo por isto. Seu “trabalho” fica assim desqualificado e des-

classificado pelo capitalismo, que só valoriza o trabalho do homem fora do lar familiar. Em conclusão: se o “homem” recebe uma remuneração por um trabalho considerado produtivo, o “trabalho de reprodução”, que é de importância vital para se ter trabalhadores e trabalhadoras prontos para trabalhar, deve ser colocado no mesmo nível de importância que o primeiro e a mulher dona de casa deveria receber uma remuneração de acordo com isto, o que lhe permitiria também ter uma independência dentro da unidade familiar.

Os marxistas, quando abordamos questões de teoria e doutrina, devemos voltar sempre aos nossos princípios para estabelecer uma posição correta. A posição do marxismo sobre esta questão se fundamenta em dois aspectos. O primeiro, no ponto de vista científico, de acordo com a Lei do Valor-Trabalho formulada por Marx e mais concretamente sobre a composição do valor da força de trabalho, isto é, do salário. Em segundo lugar, no ponto de vista político, socialista, de acordo com o interesse geral da classe trabalhadora e da mulher trabalhadora em particular, em sua luta pela emancipação social, pela superação da família patriarcal e pelo socialismo.

Analisaremos o trabalho doméstico que a mulher dona de casa realiza com base em ambos os pontos de vista para tirar conclusões sobre a justiça ou não de reclamar sua remuneração. Para simplificar a nossa análise partiremos do caso mais básico, o da família trabalhadora onde o parceiro masculino, o homem, trabalha fora de casa e a mulher exerce a função de dona de casa no lar, todo o seu tempo.

## O que é salário?

Devemos começar primeiro por definir o que é e como se determina o valor da força de trabalho; isto é, do salário. A força de trabalho é o conjunto das capacidades físicas e intelectuais que permitem a um trabalhador ou trabalhadora realizar um trabalho remunerado, através de um salário, para uma empresa, entidade ou pessoa individual.

O valor da força de trabalho, o salário, se determina da mesma forma que qualquer outra mercadoria pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, pela quantidade indispensável dos meios de vida necessários, nas condições sociais dadas de cada época, que assegurem a reprodução do trabalhador. Assim, com seu salário, o trabalhador pode adquirir tais meios de vida indispensáveis para estar em condições de trabalhar diariamente: comida, moradia, roupa, instrução, transporte etc.

A reprodução do trabalhador, através de seu salário, tem um aspecto duplo: a reprodução da força de trabalho propriamente dita do trabalhador para que desempenhe seu labor diário e, o que é a chave do assunto que nos ocupa, para lhe permitir formar uma família que assegure a reprodução sexual de futuros trabalhadores e trabalhadoras para que, assim, o modo de produção capitalista possa continuar operando quando a força de trabalho desgastada abandonar o processo produtivo.

### Marx e Engels sobre o salário e o trabalho doméstico

Marx e Engels estabeleceram a definição precedente que fizemos do salário, em todas as suas obras econômicas. Assim, segundo Marx:

*“Que é, portanto, o valor da força de trabalho? Da mesma forma que o de toda outra mercadoria, este valor se determina pela quantidade de trabalho necessária para sua produção. A força de trabalho de um homem existe, pura e exclusivamente, em sua individualidade viva. Para poder desenvolver-se e sustentar-se, um homem tem que consumir uma determinada quantidade de artigos de primeira necessidade. Mas o homem, da mesma forma que a máquina, se desgasta e tem que ser substituído por outro. Além da quantidade de artigos de primeira necessidade requeridos para o seu próprio sustento, o homem necessita de outra quantidade para criar determinado número de filhos, chamados a substituí-lo no mercado de trabalho e a perpetuar a raça trabalhadora. Ademais, é preciso dedicar outra soma de valores ao desenvolvimento de sua força de trabalho e à aquisição de uma certa destreza” (K. Marx, Salário, Preço e Lucro, 1865).*

Na mesma obra, Marx destaca: *“Seu limite mínimo [o do salário] está determinado pelo elemento físico; isto é, que para poder se manter e se reproduzir, para poder perpetuar sua existência física, a classe trabalhadora tem que obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis, nas condições sociais dadas, para viver e se multiplicar. O valor desses meios de sustento indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho” (K. Marx, Salário, Preço e Lucro. Os destaques são meus).*

É importante como Marx destaca sem ambiguidades que o salário não só tem como fim o sustento individual do trabalhador, mas o sustento de sua família, o que inclui o sustento da mulher-dona de casa e dos filhos. Como explica em O Capital:

*“O valor da força de trabalho não estava determinado pelo tempo de trabalho necessário para manter o trabalhador adulto individual, mas pelo necessário para manter a família operária” (O Capital, vol. 1. Cap. XII, “Maquinaria e grande indústria”, epígrafe 3. Ênfase no original. As negritas são minhas).*

E mais uma vez:

*“O possuidor da força de trabalho é um ser mortal. Portanto, para que sua presença no mercado seja contínua, como o requer a transformação contínua de dinheiro em capital é necessário que o vendedor da força de trabalho se perpetue, “como se perpetua todo ser vivo, pela procriação”. Pelo menos, terão que ser repostas por um número igual de novas forças de trabalho as que o desgaste e a morte retiram do mercado. A soma dos meios de vida necessários para a produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de vida dos substitutos, ou seja, dos filhos dos trabalhadores, para que esta raça especial de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado” (O Capital, vol. 1. Cap. IV, “A transformação do dinheiro em capital”, epígrafe 3, Compra e venda da força de trabalho).*

Engels também é claro a respeito. Em sua conhecida resenha sobre O Capital, explica:

*“Qual é o valor da força de trabalho? O valor de toda mercadoria se mede pelo trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho existe sob a forma do trabalhador vivo que,*



Cárcere do trabalho doméstico.

para viver e manter ademais a sua família de forma a garantir a persistência da força de trabalho mesmo depois de sua morte, necessita de uma determinada quantidade de meios de vida. O tempo de trabalho necessário para produzir estes meios de vida representa, portanto, o valor da força de trabalho. O capitalista paga semanalmente ao trabalhador e compra com isso o uso de seu trabalho durante uma semana. Até aqui, esperamos que os senhores economistas estarão, mais ou menos, de acordo conosco, no que se refere ao valor da força de trabalho” (F. Engels, *Resenha do primeiro tomo de O Capital de Karl Marx para o Demokratisches Wochenblatt. A ênfase é minha*).

É interessante a observação de Marx sobre os gastos de instrução e educação do trabalhador, que também se incluem no salário:

“Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinado, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção” (O Capital, vol. 1. Cap. IV, *A transformação do dinheiro em capital*, epígrafe 3, *A compra e a venda de força de trabalho*).

A questão central é a seguinte. Como explicam Marx e Engels, o salário de um trabalhador inclui o tempo de trabalho necessário para sustentar o trabalhador nas condições sociais dadas para que possa voltar todos os dias ao trabalho e para a reprodução da força de trabalho, ou seja, para ter uma família e deixar uma descendência. Ou seja, o chamado “trabalho reprodutivo”, como define

o trabalho doméstico um setor do movimento feminista, já é remunerado, mas dentro do salário recebido pelo trabalhador.

Não há uma injustiça moral ou econômica na não remuneração direta da dona de casa pelo trabalho que realiza dentro do lar. Esse suposto salário que lhe deveria corresponder, isto é, os meios de vida necessários para que ela viva, já estão incluídos no salário ou nos salários do membro ou membros da unidade familiar que trabalham fora de casa. O que temos não é uma injustiça de exploração capitalista, mas uma situação de opressão e escravidão doméstica sob o modo de produção capitalista, onde a mulher dona de casa está condenada a exercer de empregada do marido e de seus filhos, e a depender completamente do primeiro para subsistir. Por isso, as pretensões de um setor do movimento feminista, a favor do salário para as donas de casa, é uma utopia impossível de se realizar, sem base científico-econômica, e reacionária como logo trataremos.

### **Os capitalistas são pessoas generosas?**

Enfoquemos o assunto a partir de outro aspecto. Se a mulher executa um trabalho produtivo que consiste em contribuir para a fabricação de trabalhadores assalariados nas pessoas de seus filhos e de seu marido (prepara-lhes as refeições, dá banho nos filhos, cuida deles quando adoecem, os veste, limpa e mantém o lar etc.), a mulher teria que ser considerada uma trabalhadora que, como o seu marido, deveria ter um preço-salário consistente nos meios de vida que lhe permitam viver todos os dias. Mas, claro, ela não recebe uma remuneração direta de nenhum capitalista particular, e estaria, então, condenada a morrer de inanição, mas não é o caso. De onde vêm, então, os meios de vida que permitem a existência da mulher dona de casa? De onde sai o

dinheiro para pagar a parte da educação e dos cuidados de saúde dos filhos que deveriam corresponder à mãe, ou o da moradia que ela ocupa, se não recebe um centavo como dona de casa? Por muitas vezes que se lhe dê, a resposta é muito clara: todos estes meios de vida necessários para a mulher e para os filhos (alimentação, moradia, roupa, educação, saúde, eletricidade etc.) só podem ser provenientes – com é o caso – do salário de seu marido. Contudo, se o salário do marido só incluisse os meios de vida para sustentá-lo, não sobraria nada para a sua mulher e para seus filhos. Ou é que os capitalistas são tão generosos que pagam ao trabalhador um salário do qual possam viver (ou mal viver) várias pessoas? Mas isso é, de fato, o que ocorre.

Se os capitalistas ouvissem o argumento de gente como Federici e outros, diriam: “Parece-nos perfeito o que propões. A mulher deve ser remunerada por seu trabalho, e, sabendo-se que com o salário que pagamos a um trabalhador pode viver mais de uma pessoa, reduziremos o salário do trabalhador ao imprescindível para que ele possa dar um jeito de viver sozinho (para não violar a teoria do valor-trabalho de Marx que deixamos de cumprir há mais de dois séculos sem nos darmos conta, como nos dizem esses conselheiros de esquerda) e daremos à dona de casa a parte que lhe corresponde para que possa viver por si só”.

Isto poderia ser um grande triunfo para a causa feminista, conseguir o salário para a dona de casa; isso sim: à custa de reduzir à metade o salário do esposo. No final, nada haveria mudado: juntando ambos os salários somariam o mesmo velho salário do marido. O capitalista não aportaria mais do que aportava antes, nem mais nem menos, mas o que isso provaria? Que antes, o salário do marido incluía os meios de vida para sustentar sua mulher e seus filhos, que era o que queríamos demonstrar e que Marx e Engels já haviam explicado e demonstrado há um século e meio.



Trabalhadoras em fábrica maquiladora, ou “maquila”

### A depreciação do salário familiar

Esta realidade sobre o caráter do salário e do sustento familiar vê-se corroborada de muitas formas no plano prático cotidiano.

Em um país de capitalismo atrasado como a Espanha, a incorporação massiva da mulher no trabalho produtivo ocorreu mais tarde do que na Europa Ocidental e na América do Norte. Por isso é muito comum atualmente que as pessoas mais velhas afirmem que há 40 ou 50 anos uma família se sustentava com um só salário [o do marido, acrescentamos], mas em que isso afeta a teoria de Marx sobre a composição do salário na família trabalhadora? A mudança operada é a seguinte: a incorporação massiva da mulher no mercado de trabalho fez com que o capital tenda a reduzir o salário médio geral porque, na medida em que a mulher trabalha, já não necessita aportar ao marido uma quantidade “extra” para sustentar sua mulher e o resto da família.

Isto já foi explicado anteriormente por Marx, quando explicava o efeito do maquinismo na família trabalhadora, não só com a incorporação da mulher ao trabalho como também dos filhos que vivem no seio familiar.

“Ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador, a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre

*sua família inteira. Ela desvaloriza, assim, sua força de trabalho. É possível, por exemplo, que a compra parcelada das quatro forças de trabalho de uma família custe mais do que anteriormente a compra da força de trabalho de seu chefe, mas, em compensação, temos agora quatro jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai na proporção do excedente de mais-trabalho dos quatro trabalhadores em relação ao mais-trabalho de um. Para que uma família possa viver, agora são quatro pessoas que têm de fornecer ao capital, não só o trabalho, mas mais-trabalho. Desse modo, a maquinaria desde o início amplia, juntamente com o material humano de exploração, ou seja, com o campo de exploração propriamente dito do capital, também o grau de exploração” (O Capital, vol. 1. Cap. XIII, Maquinaria e grande indústria, epígrafe 3. Ênfase no original).*

Ou seja, o salário que permite sustentar uma família se deprecia individualmente conforme mais membros da família que vivem dentro do lar se incorporam ao mercado de trabalho, o que, inversamente, confirma: que todo salário individual inclui a parte proporcional que permite sustentar a família em seu conjunto.

Naturalmente, como acontece nos demais aspectos da economia capitalista (preços, taxa de lucro, taxa de mais-valia etc.) não se trata de que cada empresário particular ajuste o salário de seus trabajado-

res um a um, pesando cada situação concreta, trata-se do salário médio estabelecido segundo as condições dadas em cada ramo produtivo e área geográfica com respeito ao tipo médio de família estabelecida em tal área geográfica e de acordo com o custo médio de compra da cesta básica estabelecido em tal área.

Aprofundando nas consequências para a família operária do trabalho da mulher fora de casa, Marx acrescenta uma nota de rodapé na epígrafe do texto de O Capital mencionado:

“Como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las etc., não podem ser inteiramente suprimidas, as mães de família confiscadas pelo capital têm que arranjar quem as substitua em maior ou menor medida. É necessário substituir por mercadorias prontas os trabalhos domésticos que o consumo da família exige, como costurar, remendar etc. A um dispêndio menor de trabalho doméstico corresponde, portanto, um dispêndio maior de dinheiro, de modo que os custos de produção da família operária crescem e contrabalançam a receita aumentada. A isso se acrescenta que a economia e a eficiência no uso e na preparação dos meios de subsistência se tornam impossíveis” (Parte da Nota 121 à epígrafe 3 do Cap. XIII, Maquinaria e grande indústria, O Capital, Vol. 1. Ênfase no original).

Ou seja, por mais que aumente o salário familiar com a incorporação da mulher no trabalho produtivo, isto se vê contrabalançado pelo aumento dos gastos de sustento da família, seja por um maior consumo de produtos básicos que antes não eram necessários (roupa etc.) ou pela necessidade de contratar trabalho assalariado para cuidar dos filhos, limpar a casa etc.

### São os filhos um “valor de troca” produzido pela dona de casa?

Um último aspecto a analisar é a caracterização que fazem os teóricos deste novo feminismo de que as mulheres donas de casa são trabalhadoras, cuja função é formar seus filhos como mercadorias “força de trabalho”, como trabalhadores assalariados, que carregam um “valor de troca”, um custo de produção, pelo qual elas – como sabemos – não recebem remuneração alguma. Embora isso já tenha sido respondido em grande medida em nossa análise precedente, vale a pena nos estendermos nisso para chegar a novas conclusões.

Em seu livro *O Trabalho reprodutivo ou doméstico*, Isabel Larrañaga, Begoña Arregui e Jesús Arpal afirmam:

*“O eclipse do trabalho reprodutivo diante do produtiva parte da diferenciação entre o valor de uso e o valor de troca subscrito pela teoria econômica, segundo a qual ao trabalho destinado a cobrir as necessidades é concedido valor de uso, enquanto aos produtos destinados ao intercâmbio no mercado se lhes reconhece um valor de troca. A perspectiva mercantil, que concede valor unicamente às mercadorias suscetíveis de aportar valor de troca, despoja de relevância social o trabalho reprodutivo, relegando-o ao doméstico, não quantificável como benefício econômico. A ótica do capital assimilou trabalho a emprego e impôs uma visão enviesada e reduzida da atividade econômica”* (*O Trabalho reprodutivo ou doméstico*, Isabel Larrañaga, Begoña Arregui e Jesús Arpal).

A mesma confusão entre valor de uso e valor de troca, bem como a incompreensão do conceito de salário, vemos em outro destacado militante da causa do salário doméstico, Iñaki Gil de San Vicente:

*Se incorporássemos no valor da força de trabalho remunerada o valor do trabalho investido no plano doméstico ou reprodutivo, o salário a receber das pessoas localizadas na esfera produtiva deveria ser muito maior do que o salário recebido, no entanto, isto não é assim... Ao não existir um mecanismo de reconhecimento do trabalho reprodutivo, o valor que este gera é expropriado pelo capitalista, assim para o sistema capitalista é favorável manter em silêncio o trabalho reprodutivo desenvolvido majoritariamente pelas mulheres, já que ao visibilizá-lo ou remunerá-lo a taxa de lucro e de acumulação do capital cairia* (Iñaki Gil de San Vicente, *Capitalismo e emancipação nacional e social de gênero* (2000).<sup>2</sup>

Toda essa argumentação supostamente marxista está errada do começo ao fim. Em primeiro lugar, uma parte do argumento fica desmentida pelo fato de que a instrução e a educação dos filhos – parte principalíssima de seu processo de formação como futuros trabalhadores assalariados – desenvolve-se fora do lar: na creche, na escola, no instituto, na academia, no curso profissional, na universidade, sem participação direta da mãe (nem do pai). E, em segundo lugar, já vimos que o gasto para isto já está remunerado no salário do mari-

do que o gasta para estas finalidades através dos impostos ou por contribuições diretas. Da mesma forma, já vimos que no salário do marido se incluem a manutenção do filho, da mãe e o resto dos gastos de sustentação do lar familiar.

O problema para Federici, Gil de San Vicente e os demais está em que devem nos explicar por que razão, se a mãe (e o pai) supostamente criaram a mercadoria “trabalhadores assalariados” com os seus filhos, não recebem um centavo do capitalista quando este compra tal mercadoria para empregá-la em sua empresa. A quem o capitalista compra esta mercadoria? Não à mãe nem ao pai, mas à própria mercadoria “força de trabalho” que aquele emprega; isto é, aos próprios filhos. Os filhos recebem um salário, seu “valor de troca”, para realizar um trabalho produtivo na empresa do capitalista, um salário que lhes pertence única e exclusivamente. Com esse salário, os filhos adquirem os meios de vida que lhes permitem se manter cotidianamente, o que inclui contribuir com sua parte proporcional o sustento do lar familiar, ou se emancipam e abandonam o lar para se estabelecerem por sua conta.

Isto nos leva a uma conclusão. Um objeto, qualquer valor de uso, converte-se em mercadoria com um “valor de troca”, não porque incorpore trabalho humano geral em seu processo de produção, mas quando entra no processo de circulação do mercado para ser trocado por dinheiro. Posso



fabricar um par de sapatos, mas se os destino para meu uso pessoal não são uma mercadoria, mas simples valores de uso, objetos produzidos pelo trabalho humano destinados a satisfazer uma utilidade concreta. Só quando levo esses sapatos ao mercado para vendê-los é que se convertem em mercadorias com um valor de troca, e posso intercambiá-los por seu valor monetário. Ainda mais, o que caracteriza a mercadoria “força de trabalho” é que seu único possuidor é ela mesma, não pertence a outro, é uma pessoa “livre”. Portanto, o trabalhador e a trabalhadora são apenas mercadorias quando entram no mercado de trabalho, não antes; e o fazem como possuidores eles mesmos de sua força de trabalho que vendem ao capitalista durante um tempo estipulado.

Assim, o trabalho da mulher dona de casa não é produzir bens para a venda no mercado, trate-se de seus filhos ou de qualquer outra coisa. O chamado trabalho doméstico vem satisfazer as necessidades da manutenção do lar e da vida familiar, da mesma forma como o faziam os escravos domésticos da antiga Roma, com a diferença de que a mulher no capitalismo é, em termos jurídicos, uma pessoa “livre”.

A mulher, como na antiga economia doméstica camponesa, produz valores de uso destinados ao autoconsumo familiar. O cuidado dos filhos, no seio familiar, entra nessa categoria de valores de uso, e não na de mercadorias. Evidentemente, quando se transformam em mercadorias incorporam um valor de troca que é o resultado do custo socialmente necessário que custou produzi-los. Mas o fato de que, potencialmente, os filhos possam entrar amanhã no mercado de trabalho não os converte aqui e agora em “valores de troca”, em mercadorias. Os casais não procriam com o objetivo declarado de proporcionar trabalhadores para os capitalistas, mas movidos por razões elementares de afetividade humana. A procriação e a criação dos filhos permanece fora do circuito da economia capitalista. Só quando os filhos

decidem buscar seus meios de vida por si próprios, é quando têm a possibilidade de se converterem em mercadorias “força de trabalho” dispostas a se vender diariamente a outro para poder viver. Só então sua força de trabalho seria uma mercadoria com um valor de troca, pronta para se alistar na escravidão assalariada.

O raciocínio anterior não está em contradição com o fato de que os capitalistas, tangidos pela necessidade de renovar a força de trabalho devido ao desgaste, ao envelhecimento ou à morte de seus assalariados, estão obrigados a remunerar os trabalhadores com a quantidade de salário suficiente para que possam procriar e cuidar dos filhos que amanhã possam substituí-los nos centros de trabalho. O capitalista paga por isso, mas não adquire nenhuma garantia absoluta de que isso ocorrerá sim: o casal pode não ter filhos, estes últimos podem falecer antes de se tornarem adultos ou simplesmente podem encontrar seus meios de vida fora do trabalho assalariado. Mas o capitalista não tem outra opção senão fazer isso por uma razão muito prosaica: numa sociedade como a nossa, onde o sistema de trabalho assalariado é o dominante, se uma família não puder alimentar seus filhos, simplesmente não tem filhos e, portanto, o sistema de trabalho assalariado estaria condenado a tombar até os alicerces, pela inexistência de seres humanos dispostos a trabalhar para outro por um salário. Sem trabalhadores não há produção capitalista.

### **Trabalho reprodutivo ou escravidão doméstica?**

De um ponto de vista socialista, nossa rejeição ao salário e ao trabalho doméstico da mulher em geral não é menos firme que desde o ponto de vista da ciência econômica. Este assunto já foi abordado em certa extensão em outro artigo, pelo que nos limitaremos a sintetizar os pontos básicos.

Já demonstramos que a posição da mulher dona de casa é muito similar à dos escravos domésticos da antiga Roma. São alimentados, vestidos

e cuidados por seus amos. A mulher, assim, fica atada com correntes ao salário do marido e à vontade suprema deste último. A respeito, é conhecida a famosa frase de Marx: “a mulher é a escrava do escravo”. Engels, em sua obra clássica sobre a origem da família, cita Marx quando afirma:

*“A família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (servitus) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado” (Engels, A origem da família, da propriedade privada e do Estado).*

Agora, ex-marxistas como Silvia Federici tratam de empurrar para 150 anos atrás a ciência social com relação à posição da mulher na sociedade, situando o papel da mulher trabalhadora dona de casa, sem estudos nem emprego, entre panelas, caçarolas, fraldas, lavagem de roupas e telenovelas alienantes.

Afirma Federici:

*“A reivindicação do salário no trabalho de cuidados familiares pode ser muito libertadora para a mulher, visto que implica que as mulheres compreendam que o que fazem é um trabalho e não é algo natural, mas construído socialmente” (Silvia Federici)<sup>3</sup>*

O que temos aqui é uma teoria moralista (“Como o trabalho da dona de casa em seu lar não é produtivo? Por que se valoriza economicamente só o trabalho do homem?”), mas carente de valor científico, como acabamos de explicar.

A remuneração do “trabalho reprodutivo” da dona de casa em seu lar, isto é, da escravidão doméstica, ademais de manter invariável o nível de vida da família trabalhadora e, portanto, o grau de emancipação da mulher dona de casa, é algo que serviria para perpetuar a mulher dona de casa como a burra de carga de todas as pressões da sociedade sobre o lar operário, incluído o maltrato psicológico e, eventualmente, o maltrato físico. Implica mantê-la distante da vida social, encerrada entre as quatro paredes de sua casa, embrutecê-la com o esforço físico que

deforma seu corpo e embota sua mente, tornando-a mais manipulável para as ideias dominantes que favorecem uma atitude conservadora da dona de casa ante a militância política e sindical do marido, dos filhos etc.

Isto estava claro, inclusive, para a maior parte do movimento feminista nos anos 1960 e 1970, que abominava, para seu mérito naquele momento, a escravidão doméstica da mulher, acompanhando com isto o marxismo. Particularmente na Espanha, devido ao caráter revolucionário e de classe que a luta contra a ditadura franquista adquiriu, qualquer um que, nos anos 1970, defendesse em uma assembleia feminista ou de esquerda o salário doméstico teria sido expulso a patadas e sem contemplações, e merecidamente.

O lamentável é que, hoje em dia, tenha se levantado uma horda de “teóricas e teóricos” no movimento feminista e na esquerda, defendendo a tese de que o trabalho doméstico em seu próprio lar é um trabalho libertador para a mulher que o capitalismo não paga e que deve ser remunerado, perpetuando a escravidão doméstica disfarçada com um subsídio do Estado o do empresário.

A mudança de posição de algumas feministas que se autodenominam marxistas, com relação aos anos 1970, tem explicação. Embora continuem se reivindicando marxistas, já que, sem esta etiqueta, perderiam o seu glamour de antissistema e já não poderiam vender tantos livros nem ser convidados a tantas conferências, abandonaram qualquer pretensão de se basearem no marxismo e em toda perspectiva de transformação socialista da sociedade. Assim, do que se trata para eles é aparecer como “realistas” e “pragmáticos” para se adaptarem ao capitalismo.

Uma prova a mais de sua adaptação ao capitalismo são as afirmações como as que se seguem, em uma entrevista há anos, onde Silvia Federici declarava:

*“Nos anos 1970, quando se teve que tomar decisões estratégicas, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, o movimento feminista abandonou completamente o terreno da reprodução e se empenhou, quase exclusivamente, no trabalho fora de casa. O objetivo era conquistar a igualdade através do terreno trabalhista. Mas os homens estavam enfasiados nesse âmbito e conquistar a igualdade para estar igualmente enfasiadas e oprimidas não é uma estratégia”<sup>4</sup>*

Que nos propõe Federici? O trabalho doméstico é mau, mas o trabalho em uma empresa também é mau, e ademais também temos um “segundo turno” em casa com os filhos, a limpeza etc. Assim, como não vemos uma alternativa, melhor voltar ao lar escravizante, mas exigamos um salário em troca.

Este é o horizonte maravilhoso que as feministas radicais como Federici destinam a milhões de mulheres oprimidas, pobres e trabalhadoras, um horizonte naturalmente muito distante, estamos convencidos, do próprio mundo em que vivem Federici e as demais feministas dessa tendência.

Sim, o mundo do trabalho no capitalismo é alienante e explorador, para o homem e para a mulher. E é verdade, esta última está obrigada a trabalhar uma “jornada dupla”, na empresa onde trabalha e em sua casa. Claro que trabalhar fora do lar, por si mesmo, não libera a mulher, mas é a condição para poder se emancipar de seu marido. O que é realmente uma quimera é conseguir no capitalismo um “salário doméstico”, ainda mais no contexto atual de crise econômica e austeridade prolongada. Nossa alternativa, como logo veremos, é vincular a demanda de socialização das tarefas do lar à luta pelo socialismo, a única maneira de se solucionar pela raiz a opressão da mulher e não nos conformarmos com migalhas, com o mal menor ou com a agitação de reivindicações impossíveis ou francamente reacionárias dentro do capitalismo.

## **O trabalho assalariado nas tarefas domésticas**

O trabalho assalariado nas tarefas domésticas: cuidar de crianças, anciãos e incapacitados, limpeza da casa, preparação dos alimentos etc., tem um caráter completamente diferente do trabalho realizado pela dona de casa em seu próprio lar. Só as pessoas de pensamento obtuso não veriam a diferença.

O caráter assalariado do trabalho “assistencial”, para ampliar o eufemismo cafona com que o progressismo liberal e de esquerda denomina as tarefas domésticas e de atenção a crianças e anciãos, introduz uma mudança social qualitativa nestas tarefas. Sim, continua sendo um trabalho esgotador e duro, e é mal pago. Mas, diferentemente da dona de casa comum, a trabalhadora desse setor não tem nenhum interesse pessoal no trabalho que faz, ele lhe é indiferente. Não existe o tipo de submissão que condena a dona de casa a cuidar 24 horas de “seu lar”, enquanto a trabalhadora assalariada só o faz por 4, 6 ou 8 horas e em troca de um salário; sem salário não há tarefa. O simples fato de sair de casa todos os dias, de enfrentar por si mesma a vida social que implica trasladar-se ao seu posto de trabalho, de conversar e compartilhar experiências com trabalhadoras de sua mesma ou diferente condição, ou de ser contratada por uma empresa para essa tarefa e de comprovar, portanto, os interesses comuns de classe que a ligam às demais trabalhadoras dessa empresa, a ajuda a compreender a natureza de classe da sociedade e como ela funciona. Poder filiar-se a um sindicato, poder reclamar ante a lei determinados direitos, entender a necessidade da luta política por seus interesses etc., tudo isto introduz na psicologia da trabalhadora assalariada “assistencialista” um nível de consciência política e de autoestima pessoal, que não se compara de forma alguma com o nível de consciência que a dona de casa comum alcança fechada em seu lar. A alienação que a trabalhadora assalariada sofre é a mesma de que padece qualquer trabalhador, seja ele



Mulheres Pelo Socialismo em São Paulo, 2019. Foto: Johannes Halter

metalúrgico, administrativo ou diarista: a de um trabalhador, e não a de um escravo. Para a dona de casa, seu lar é o seu mundo; para a trabalhadora doméstica, seu mundo é a rua, a vida social e a defesa de seus interesses como trabalhadora e de milhares de pessoas como ela.

O pagamento de salários pelas tarefas domésticas e de atenção à infância e à velhice prepara as condições para a futura emancipação da mulher e da família de sua escravidão doméstica, através da socialização das tarefas do lar. Trata-se, como antes indicado, de tirar do lar os trabalhos asfixiantes que afogam as famílias: lavar roupa, preparar a comida, cuidar das crianças e dos anciãos. Além de creches bem equipadas nos bairros e nas próprias empresas, haveria centros de ócio e diversão para as crianças e adolescentes em cada bairro, bem supridos sob critérios saudáveis e cultos; as residências de anciãos não seriam os atuais locais lúgubres, sujos, mal atendidos e caros; seriam semelhantes a hotéis da máxima qualidade, gratuitos ou a um custo mínimo com salas de atendimento anexas plenamente equipadas.

Os trabalhadores deste setor não tolerariam longas jornadas esgotadoras e fisicamente extenuantes. Sua jor-

nada de trabalho seria de 4 ou 5 horas, ou menos, incorporariam os avanços tecnológicos mais avançados na movimentação de pessoas para reduzir ao mínimo o esforço físico requerido para manipular anciãos ou enfermos incapacitados. Toda a tecnologia estaria orientada para reduzir ao mínimo a mão de obra em todas essas tarefas, como em qualquer tarefa penosa ou que requeira um grande esforço físico.

Como o expressa magnificamente Engels:

*“A emancipação da mulher e sua igualdade com o homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada dentro do trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher não se torna possível senão quando esta pode participar em grande escala, em escala social, na produção e o trabalho doméstico não lhe tome senão um tempo insignificante. Esta condição só pode ser realizada com a grande indústria moderna, que não só permite o trabalho da mulher em vasta escala, como também até o exige e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública”* (Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*).

### Por uma alternativa socialista à escravidão doméstica

Os marxistas defendemos a socialização da criação e alimentação de crianças, anciãos e incapacitados, para que seja a sociedade em seu conjunto que assuma estas tarefas e libere as famílias trabalhadoras das mesmas, e, em particular, a mulher dona de casa. De fato, o desenvolvimento capitalista já obrigou à sociedade a socializar, embora de forma parcial e insuficiente, alguns aspectos da vida familiar e comunitária, seja através de sistemas públicos de gestão ou concedidos a conglomerados privados. Tais são a educação, os cuidados sanitários, o transporte, as telecomunicações, a iluminação, a coleta e gestão de resíduos etc. De um tempo para cá estamos vendo uma tendência similar no cuidado de anciãos e incapacitados, os chamados serviços de dependência.

Contudo, no capitalismo, estes passos em direção à socialização das tarefas domésticas encontram limites absolutos. Os capitalistas resistem com unhas e dentes a ceder à sociedade mais parcelas da mais-valia que extraem dos trabalhadores (a fonte de seus lucros) e com elas financiar uma socialização integral das tarefas domésticas e de alta qualidade.

Sendo assim as coisas, deve uma mulher dona de casa receber uma remuneração para depender somente de si mesma, de forma independente? Naturalmente que sim; mas não por sua condição de dona de casa, da qual deve se libertar. Nós exigimos que toda pessoa desempregada deve ter um posto de trabalho fixo e digno, bem remunerado; e até enquanto não o consiga deve receber um subsídio de desemprego igual ao salário-mínimo interprofissional. Nós, portanto, exigimos que as donas de casa, como pessoas desempregadas, recebam este subsídio e as animamos a encontrar um trabalho que lhes permita obter seus meios de vida por si mesmas, as exortamos a ampliar seu mun-

do para a vida social mais ampla que está fora e não dentro do lar familiar, e que se somem à luta consciente dos demais trabalhadores e trabalhadoras por um programa de transição ao socialismo que inclua demandas tais como: creches públicas gratuitas, restaurantes públicos gratuitos, lavanderias públicas gratuitas, ampliação do trabalho de “dependência” a cargo de pessoal assalariado, que o Estado forneça alimentação e roupa básica a todas as crianças e adolescentes de 0 a 18 anos; definitivamente, trata-se de tornar desnecessário ou de reduzir ao mínimo as chamadas “tarefas do lar” a cargo até agora da mulher dona de

casa e empurrá-la a sair para fora do lar como pessoa economicamente independente de seu marido.

Devemos explicar à classe trabalhadora e à mulher trabalhadora em particular que só sob um sistema socialista que converta em propriedade coletiva as alavancas econômicas fundamentais da sociedade, administradas democraticamente pelos trabalhadores, poderemos alcançar tal socialização integral do trabalho doméstico.

Como Engels explica:

*“Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica se converterá*

*em um assunto social; o cuidado e a educação dos filhos, também” (Engels, A origem da família, da propriedade privada e do Estado).*

Dessa forma, combinando os avanços de uma economia socialista planificada, o trabalho coletivo, a supressão do lucro em qualquer atividade humana, um verdadeiro amor pelo próximo desprovido de toda hipocrisia religiosa e de qualquer interesse pessoal, mais a técnica e a ciência mais avançadas, a sociedade socialista faria desaparecer todo vestígio de escravidão doméstica e de submissão da mulher ao homem, para que ela alcance a verdadeira estatura que lhe negou a sociedade durante milhares de anos.

#### Notas:

<sup>1</sup>(Citado em <https://generoyeconomia.wordpress.com/2014/06/04/silvia-federici-capitalismo-y-economia-femenina/>)

<sup>2</sup> Citado em <https://generoyeconomia.wordpress.com/2010/03/17/trabajo-reproductivo-y-acumulacion-capitalista>)

<sup>3</sup> citado em <https://generoyeconomia.wordpress.com/2014/06/04/silvia-federici-capitalismo-y-economia-femenina>)

<sup>4</sup> (<https://www.pikaramagazine.com/2014/07/tell-us-federici/>)

# O que significa a reorganização monetária em Cuba?

Jorge Martin

No dia 12 de outubro, o vice-primeiro-ministro cubano e ministro da Economia e do Planejamento, Alejandro Gil Fernández, apareceu no programa de televisão Mesa Redonda para falar sobre a estratégia econômica “visando impulsionar a economia e superar a crise global provocada pela COVID-19”. Uma parte central disso é a “reorganização monetária”, que gerou tantos rumores e incertezas em Cuba nos últimos meses.

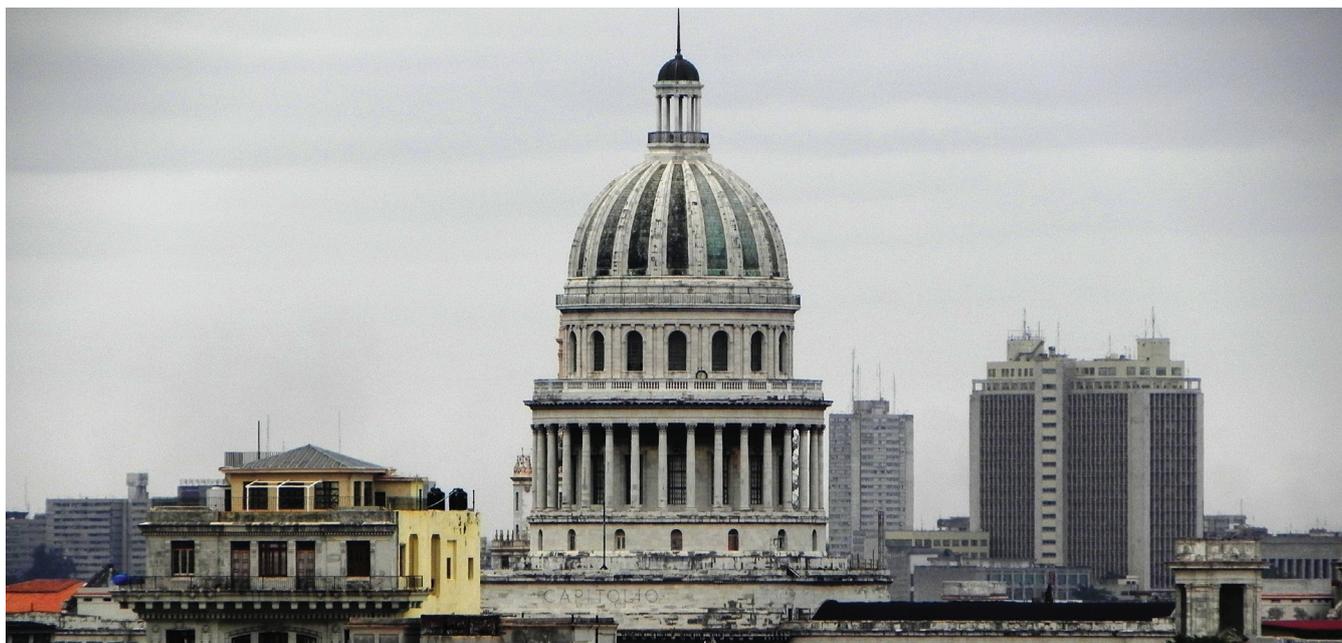


Imagem do Capitólio Cubano e a degradação das construções no coração de Cuba - 2013. Foto: arquivo da editora

Por um acidente da história, o episódio da Mesa Redonda coincidiu, quase exatamente, com o 60º aniversário da Lei 890 de “nacionalização por expropriação compulsória de todas as empresas industriais e comerciais” e da Lei 891 de nacionalização dos bancos, ambas aprovadas em 13 de outubro de 1960, e a lei da reforma urbana, de 14 de outubro de 1960, que expropriou as casas dos latifundiários e as entregou como propriedade aos seus inquilinos. Com a aprovação dessas leis, o capitalismo foi praticamente abolido em Cuba. É com base nisso, a propriedade estatal dos meios de produção, que todas as conquistas da Revolução Cubana nos campos da saúde, educação, habitação e libertação nacional etc., que sobrevivem até hoje, ainda que de forma enfraquecida.

Quais são as medidas que agora estão sendo propostas, por que estão sendo propostas agora e que impacto elas têm sobre aquela

base material em que se baseia a Revolução Cubana?

As medidas envolvidas no que se convencionou chamar de “reorganização monetária” em Cuba vão muito além da unificação da moeda. Na medida em que, em Cuba, não só existem diferentes moedas circulantes (o peso cubano CUP, o peso conversível CUC e as moedas livres conversíveis MLC), mas também várias taxas de câmbio, as implicações são mais profundas.

Em primeiro lugar, o que se propõe é a eliminação do CUC e o restabelecimento do peso cubano como moeda central da economia. Se houvesse apenas uma taxa de câmbio, esta seria uma operação relativamente simples de retirar uma moeda de circulação e substituí-la por outra. O problema é a disparidade das taxas de câmbio. No setor estatal, 1 CUC é equivalente a 1 CUP e, portanto, a 1 dólar. Para o setor privado, a taxa de câmbio é de 24 ou 25 CUP para 1 CUC. Esse câmbio

diferenciado provoca, entre outras coisas, uma sobrevalorização da moeda nacional no setor público e, portanto, encarece as exportações e barateia as importações. Unificar a moeda ao mesmo tempo em que se unifica a taxa de câmbio implicará em uma forte desvalorização do peso cubano em relação às moedas estrangeiras. O que se pretende com isso é desestimular as importações e estimular as exportações, para assim tentar atrair divisas para a economia nacional. Inevitavelmente, isso fará com que os preços subam para os consumidores. Para amenizar o golpe desse aumento de preços, espera-se que seja implementado um aumento geral de salários que, segundo fontes oficiais, será de 4,9 vezes o nível atual.

No âmbito das medidas de incentivo às exportações, já foram assinados mais de 100 contratos de exportação e importação por empresas privadas cubanas. Embora esses contratos se-

jam canalizados por meio de empresas estatais, a verdade é que essas medidas enfraquecem o monopólio estatal do comércio exterior, que é uma das linhas de defesa do planejamento estatal da economia.

Além disso, algo muito perigoso, as medidas propostas incluem a eliminação do que é descrito como “subsídios excessivos e gratificações indevidas”. Na realidade, isso significa caminhar para a abolição do princípio da universalidade dos subsídios sociais e que estes sejam direcionados apenas para aqueles que “realmente precisam deles”. É um reconhecimento implícito do aumento da diferenciação social na ilha nos últimos anos, nomeadamente desde as medidas tomadas em 2011 no âmbito das Orientações do 6º Congresso do PCC, a eliminação de postos de trabalho no setor público e a promoção de trabalho autônomo.

As medidas de “reorganização” também promovem incentivos salariais, que estarão vinculados à capacidade das diferentes empresas estatais de obterem divisas. Esta estratégia, considerada necessária para encorajar o trabalho com base no aumento dos salários, terá, na verdade, o efeito de intensificar a diferenciação social. Haverá empresas que, devido à sua atividade, estarão mais bem posicionadas para exportar seus produtos, cujos trabalhadores serão beneficiados, enquanto haverá outras que não poderão exportar, cujos trabalhadores receberão o salário-base, mas não os incentivos. Além disso, as empresas que não apresentarem lucro, após um período de adaptação, serão fechadas.

Isso vai na mesma direção geral da tentativa de aumentar a produtividade por meio do chicote do mercado capitalista: se uma empresa não é lucrativa, ela é fechada; se uma empresa for lucrativa, os bônus serão pagos aos trabalhadores. A autonomia das empresas é aumentada, o trabalho autônomo é mais liberalizado, a criação de pequenas e médias empresas é incentivada, tanto no setor público quanto no setor privado etc. Outro aspecto é a resolução 115 do Ministério do Planejamento (aplicável a partir de 2021), que afirma que os atores eco-

nômicos terão maior autonomia em termos de gestão da moeda estrangeira gerada pelas exportações, pelas vendas em moeda estrangeira, pelas vendas de mercadorias a empresas da Zona Especial de Mariel etc. Embora o governo retenha um percentual das divisas geradas, a maior parte (entre 80 e 100% conforme o caso) ficarão com a empresa, seja ela estatal ou do setor “não estatal” (ou seja, privado). O Estado abandona seu papel central na alocação de moeda estrangeira. Isto é grave porque significa uma dolarização parcial da economia, aumenta a diferenciação interna entre as diferentes empresas de acordo com o seu setor de atividade e, sobretudo, porque diminui a percentagem de divisas à disposição do Estado para exercer o planejamento central com base nos interesses da maioria.

Em geral, todas essas medidas econômicas apontam em uma direção clara: menos planejamento, mais mercado livre. A linguagem que é usada oficialmente às vezes tenta encobrir esse fato. Por exemplo, em julho deste ano, quando o ministro do Planejamento apresentou a Estratégia Econômico-Social de Cuba, disse que uma de suas linhas gerais era “manter o planejamento”, que “é um ponto forte do nosso sistema”, mas depois acrescentou: “O que não significa alocação centralizada de recursos. Estamos dando passos no sentido de descentralizar a alocação administrativa de recursos”. Ou seja, uma coisa e seu contrário. Na verdade, para ver com mais clareza, deve-se ler também outra frase, um pouco mais adiante quando o documento fala em “regulação do mercado, principalmente por métodos indiretos”. Ou seja, o que se está considerando, claramente, é o retrocesso do planejamento e o avanço do mercado em diferentes aspectos da economia, entre eles, a alocação de recursos, a circulação de moedas etc. Portanto, essas medidas são um retrocesso e solapam a base material em que se baseiam as conquistas da Revolução Cubana.

Não é apenas um retrocesso da base material da revolução, também representa mais avanços em um processo de declínio da consciência que já vem se desenvolvendo há anos, no qual as soluções individuais são promovidas, a “eficiência” por meio da concorrência é priorizada sobre as soluções coletivas, a cooperação, o controle social e a participação ativa e consciente da classe trabalhadora de forma organizada na resolução dos problemas.

É óbvio, e todos podem compreender, que a economia cubana (e a revolução) enfrenta uma série de obstáculos muito importantes e que estes limitam as respostas que podem ser dadas. Esses obstáculos são parcialmente estruturais e também foram agravados por razões circunstanciais recentes.

### **Elementos circunstanciais da crise econômica em Cuba**

Vamos começar com os problemas mais imediatos. A economia cubana já havia entrado em uma situação muito complicada antes do início da pandemia Covid-19 por três motivos. Por um lado, a chegada de Trump ao poder nos Estados Unidos em 2016 significou reverter uma série de medidas tomadas pelo governo Obama que, embora não levantassem o embargo, eram favoráveis à economia cubana (tornando a política das remessas e do turismo mais flexível etc.). Não só isso, Trump também, na tentativa de reter o voto latino da Flórida, endureceu a agressão contra Cuba ativando o Capítulo III da Lei Helms-Burton que permite ações contra empresas que lidam com empresas cubanas que usam bens nacionalizados pela revolução.

Como assinala um camarada cubano que revisou a primeira versão deste artigo, “Os ataques do governo Trump não se limitaram a reverter as medidas de Obama e à ativação do Capítulo III. Talvez tenha sido o governo que mais medidas tenha tomado para apertar o bloqueio e que tenha tentado com mais ferocidade estrangular as fontes de renda da

economia cubana. A perseguição a todas as transações e operações financeiras internacionais em Cuba foi brutal. Quase todos os meses, e nos últimos tempos, quase todas as semanas, surgem novas sanções e medidas que reforçam o bloqueio a Cuba”. Segundo o relatório que Cuba apresentou à ONU em julho de 2020, “de abril de 2019 a março de 2020, o bloqueio causou prejuízos a Cuba na ordem de 5,57 bilhões de dólares, o que representa um aumento de cerca de 1,2 bilhões de dólares em relação ao período anterior. Pela primeira vez, o montante total dos danos causados por esta política em um ano supera a marca dos cinco bilhões de dólares, o que ilustra até que ponto o bloqueio se intensificou nesta fase”.

O segundo golpe na economia cubana nos últimos anos foi o fim dos contratos de envio de médicos cubanos ao Brasil, com Bolsonaro chegando ao poder no final de 2018. A isso se soma a mesma medida tomada na Bolívia após o golpe de um ano atrás. Além disso, os Estados Unidos realizaram uma campanha sustentada e sistemática contra a colaboração médica cubana, que é uma das principais fontes de receita do país, multiplicando a pressão contra os governos de todo o mundo para que não contratem médicos cubanos.

O terceiro é o resultado da brutal recessão econômica na Venezuela, que começou em 2014 e parece não ter fim. Isso tem limitado gravemente as relações econômicas muito favoráveis que se estabe-

leceram, em termos de exportação de serviços e importação de petróleo a preços preferenciais.

A chegada da Covid-19 e a crise mundial do capitalismo que ela desencadeou agravaram ainda mais a situação da economia cubana. Em primeiro lugar, o impacto da própria pandemia em Cuba, com a paralisação da atividade produtiva de centenas de milhares de trabalhadores do setor estatal que, no entanto, continuam recebendo seus salários. A isso deve ser adicionado o custo das medidas sanitárias, dos testes de PCR etc. Em segundo lugar, a Covid-19 paralisou completamente a importante indústria do turismo por mais de seis meses, com a consequente queda nas receitas. A tudo isso se soma a redução das remessas enviadas por cubanos do exterior, que também são afetados pela crise econômica nos Estados Unidos e na Europa. Além disso, as remessas também são afetadas pelas medidas punitivas aplicadas pelos Estados Unidos que, por exemplo, levaram à suspensão das operações de envio de dinheiro para a ilha pela Western Union a partir de 23 de novembro.

O colapso da atividade econômica mundial devido à crise capitalista, por sua vez, causou uma queda no preço do níquel, que Cuba exporta, de US \$ 17.000 a tonelada, há um ano, para US \$ 15.000 agora. Não vamos esquecer que o preço do níquel foi de \$ 28.000, em 2011, e atingiu o pico de \$ 50.000 em 2007, antes da grande recessão.

Nem todos os impactos internacionais em Cuba são negativos. O preço do petróleo que Cuba importa caiu significativamente dos 100 dólares o barril, entre 2010 e 2014, e dos 60 dólares o barril há um ano, para 37 dólares agora. Por outro lado, a pandemia permitiu à Cuba, temporariamente, encontrar outras saídas para sua exportação de serviços médicos. Mas esses dois fatores positivos estão longe de ser capazes de equilibrar o impacto negativo dos outros golpes recebidos. Além disso, a queda do preço do petróleo é contrabalançada pela crescente pressão dos Estados



Comércio de rua em Trinidad - Patrimônio Mundial da Humanidade - 2013. Foto: arquivo da editora

Unidos sobre governos e empresas de terceiros países para que não vendam petróleo à Cuba sob ameaça de sanções e represálias.

É praticamente uma tempestade perfeita para a economia cubana que, apesar de muitas dificuldades, sobreviveu. De fato, é necessário destacar que a Revolução Cubana não só sobreviveu, mas que nos últimos meses enfrentou a pandemia de forma exemplar, apesar da difícil situação econômica. Isso só foi possível devido à existência de um regime socioeconômico que não é ditado pelo interesse do lucro privado capitalista.

### **Elementos estruturais da economia cubana**

Mas é preciso dizer que, mesmo que se encontrasse uma solução para todas essas dificuldades de curto prazo, ainda subsistem elementos de fragilidade na economia cubana. Em primeiro lugar, a dependência do mercado mundial, dentro do qual Cuba é uma economia débil e subordinada, e, em segundo lugar, o peso morto da burocracia no funcionamento da economia planificada.

A primeira questão tem a ver com o fato de que a Revolução Cubana ocorreu em um país capitalista atrasado dominado pelo imperialismo. A construção do socialismo começa com base nas forças produtivas mais avançadas do capitalismo. Cuba em 1959 era um país cuja economia se baseava na exportação de matérias-primas (principalmente açúcar) e, portanto, estava totalmente à mercê do mercado mundial, no qual entrava em condições de dominação totalmente desiguais. As principais empresas e setores econômicos do país estavam nas mãos dos interesses estadunidenses com uma débil burguesia nacional de pés e mãos amarrados e subserviente ao vizinho do norte.

A Revolução Cubana, que começou com um programa nacional-democrático avançado que a princípio não questionava explicitamente o capitalismo, culminou na expropriação das propriedades da burguesia imperialista e “nacional”. Este é o sentido

das leis de julho, agosto e outubro de 1960, há 60 anos, às quais nos referimos no início deste artigo.

Pode-se dizer que, menos de dois anos após a chegada ao poder, a Revolução Cubana havia cumprido o programa Moncada, um programa nacional, democrático e anti-imperialista, e no processo aboliu a propriedade privada dos meios de produção expropriando a burguesia cubana e imperialista. A Revolução Cubana não poderia ter cumprido seu programa de outra forma.

Desta forma, um dos princípios da estratégia da revolução permanente ficou demonstrado na prática: na época do imperialismo, nos países capitalistas atrasados, a burguesia é incapaz de cumprir qualquer uma das tarefas pendentes da revolução democrática nacional. Elas só podem ser alcançadas superando-se os limites estreitos do capitalismo.

A teoria da revolução permanente, entretanto, tem outra parte. As tarefas da revolução socialista não podem ser concluídas em um único país, muito menos em um país atrasado dominado pelo imperialismo. A expropriação do capital em um país deve ser o prelúdio para a expansão da revolução para outros países e, em última instância, para a revolução mundial.

De certa forma, a própria história econômica da Revolução Cubana confirma esta segunda parte da tese. Os dois períodos em que a economia cubana teve o desenvolvimento mais importante foram durante sua conexão com a URSS (em particular de 1971 a 1986) e no auge da revolução bolivariana (de 2002 a 2013). A conexão da Revolução Cubana com a URSS teve um impacto negativo do ponto de vista de encerrar o período heroico (década de 1960) em que Cuba lutou contra a reacionária “coexistência pacífica” e, para estender a revolução, desafiou a visão mecânica e burocrática do “marxismo” vinda da Rússia stalinista, e assim por diante. Para a burocracia soviética isso era uma ameaça e o fortalecimento das relações econômicas foi acompanhado pela rígida imposição do modelo burocrático-stalinista em

todos os aspectos da educação, ideologia, cultura, arte, vida política e também política externa.

Também do ponto de vista econômico houve consequências negativas. As idéias de Che Guevara sobre a necessidade de industrializar Cuba e desenvolver sua classe trabalhadora foram abandonadas, e a ilha continuou a depender da exportação de açúcar. No entanto, em termos puramente monetários, a relação era favorável a Cuba, que vendia sua safra à URSS e aos países do Leste Europeu a preços superiores aos do mercado mundial e deles comprava manufaturados a preços inferiores aos do mercado mundial.

A relação de Cuba com a revolução bolivariana (apesar de a Venezuela nunca romper com o capitalismo) também foi muito favorável para a ilha. Certamente o foi do ponto de vista econômico, mas também o foi do ponto de vista político, com a chegada do novo ar fresco de entusiasmo revolucionário que soprava da Venezuela.

O outro aspecto estrutural que limita e restringe o desenvolvimento econômico de Cuba é a própria existência da burocracia. Nos últimos meses, muito se falou em Cuba sobre a necessidade de “liberar as forças produtivas” para que desenvolvam plenamente todo o seu potencial. Mas, em geral, o que se quer dizer com isso é acabar com o planejamento estatal da economia e soltar as rédeas do mercado como mecanismo dominante.

Na realidade, não é o planejamento estatal que restringe por si mesmo o desenvolvimento das forças produtivas, mas o planejamento burocrático da economia. Em teoria, em Cuba, os trabalhadores são os donos dos meios de produção. Mas, na prática, eles não se sentem donos. Na medida em que não possuem mecanismos reais de controle e gestão para dirigir a economia, os trabalhadores se sentem alienados dela. Além disso, em uma economia capitalista (“mercado”), existem, até certo ponto, mecanismos de controle automático. Se uma empresa não é eficiente (ou seja, se não adota os mecanismos mais avançados para desenvolver a

produtividade do trabalho), ela é eliminada por seus concorrentes. Numa economia planificada, o único mecanismo possível que exerce esse papel de controle de qualidade, de eficiência econômica, é a gestão da economia pelos próprios trabalhadores. Se isso não existir, então o desperdício, a indolência e o embrutecimento burocráticos são galopantes. Na verdade, as medidas propostas agora e que se discutem há anos em Cuba, de certa forma, admitem essa premissa, ao se concentrarem no problema dos incentivos aos trabalhadores.

Em suma, os dois fatores inter-relacionados que afetam negativamente a economia cubana são o isolamento e a burocracia. Na verdade, a burocracia é justamente o reflexo do isolamento da revolução em um país atrasado.

### **Como enfrentar a crise da economia cubana?**

Se partirmos dessas premissas, a conclusão é clara. Os problemas estruturais da economia cubana podem ser superados por meio da revolução mundial e da democracia operária. A primeira questão fala por si mesma. Se a revolução socialista triunfasse em um ou vários países do continente americano (Equador, Bolívia, Venezuela, Chile etc.), isso colocaria imediatamente a Revolução Cubana em melhor posição, tanto do ponto de vista puramente de intercâmbio econômico quanto do ponto de vista político do moral revolucionário. Uma revolução nos Estados Unidos seria ainda mais decisiva para mudar a situação da Revolução Cubana.

É claro que a revolução em outros países não depende da Revolução Cubana, ou pelo menos não depende exclusivamente dela. No entanto, a Revolução Cubana tem um enorme prestígio político e atua como um farol poderoso em todo o continente e além. Pode desempenhar um papel importante. Para isso, seria necessário, em primeiro lugar, que a política internacional fosse amplamente discutida em Cuba desde um ponto de vista revolucionário e socialista, não desde o ponto de vista limitado e reacionário

da geopolítica. Embora existam espaços em Cuba onde se discute a situação mundial desde um ponto de vista autenticamente comunista, este não é o tom dominante do discurso oficial ou da mídia. Em geral, o discurso público tem o mesmo nível dos políticos reformistas de outros países; os excessos do capitalismo são criticados (em muitos casos se usa o eufemismo “neoliberalismo”), mas a partir de uma perspectiva em que se assume que as soluções são possíveis no âmbito do capitalismo. Mesmo no auge da revolução bolivariana na Venezuela, questões candentes levantadas por ela, como o movimento de controle dos trabalhadores, nunca foram discutidas em profundidade em Cuba.

Por outro lado, a democracia dos trabalhadores é o incentivo mais eficaz para aumentar a produtividade do trabalho. Se os trabalhadores sentem de maneira tangível que os meios de produção lhes pertencem, que a direção do país está em suas mãos, então terão interesse que funcione de maneira eficaz. Essa é a lição das experiências de controle operário na Venezuela e em qualquer parte do mundo. O que vale para uma fábrica vale para o funcionamento da economia como um todo.

Com relação aos problemas de curto prazo, pode ser necessário fazer concessões parciais ao mercado, tentar atrair investimentos estrangeiros e exportar produtos para obter a moeda estrangeira necessária. Afinal, a NEP de Lenin na década de 1920 era apenas isso: uma série de concessões e recuos. A diferença é que Lenin apresentou essa política honestamente pelo que ela era: como concessões e recuos. As alavancas centrais da economia permaneceram nas mãos do Estado, e o monopólio do comércio exterior foi visto como um elemento-chave na defesa da propriedade estatal dos meios de produção. E, ao mesmo tempo, os bolcheviques da década de 1920 perseguiram uma determinada política de revolução internacional, construindo a Internacional Comunista, intervindo na política revolucionária da Alemanha, Itália, França etc.

No entanto, em Cuba são feitas concessões crescentes ao mercado e são enfraquecidos o monopólio estatal do comércio exterior e o planejamento. Essas concessões aumentam a diferenciação social e fortalecem os elementos burgueses e pequeno-burgueses que adquirem maior confiança e passam a expressar politicamente seus próprios interesses contra os interesses da propriedade do Estado. Mas essas concessões são apresentadas não como tais, mas como a solução, o caminho a seguir para resolver os problemas. Em vez de alertar para o perigo que representam, são apresentados como uma panaceia e uma forma de “libertar as forças produtivas” e “construir um socialismo próspero e sustentável”.

Em seu discurso na Mesa Redonda, o Ministro Alejandro Gil destacou que “terapias de choque não serão aplicadas e sempre haverá atendimento e prioridade para as pessoas mais vulneráveis”. Essa preocupação é louvável. No entanto, o problema é que as forças de mercado quando desencadeadas têm uma lógica própria. As conquistas da Revolução Cubana se baseiam na propriedade nacionalizada dos meios de produção; se esta for enfraquecida e eventualmente extinta, as conquistas não podem mais ser garantidas. E isso independentemente da vontade subjetiva dos que empreendam este caminho.

A economia cubana está em uma situação muito difícil. Ninguém nega isso. O *status quo* é insustentável. Correto. Mas existem duas maneiras possíveis de sair do atoleiro. Uma leva ao domínio do mercado capitalista (à maneira chinesa ou vietnamita). A outra está no caminho da revolução mundial e da democracia operária.

É claro que em Cuba existe a resistência de muitos militantes e quadros comunistas à aplicação de medidas de mercado. Um sinal claro disso foi o debate sobre a reforma constitucional. O esboço inicial proposto removeu muitas referências ao socialismo e ao objetivo comunista final da Revolução Cubana. O texto finalmente posto à votação recuperou muitas das expressões originalmente

apagadas. O motivo? A enorme resistência que essas propostas suscitaram na militância do Partido Comunista e nas camadas da população.

Outro indício dessa resistência às medidas de “mercado” é o aparecimento no *Granma* de um artigo intitulado “A bondade neoliberal dos assessores entusiastas” em maio deste ano. O artigo alertava, acertadamente, contra a promoção de pequenas e médias empresas privadas e da via chinesa ou vietnamita como solução para os problemas econômicos da revolução. No entanto, também não ofereceu nenhuma alternativa clara. É interessante que, em sua resposta ao citado artigo do *Granma*, o economista cubano Pedro Monreal, de forma irônica, recomende àqueles que se opõem às PYMES [Pequenas e médias empresas - NDT] privadas que “seria melhor irem para as ‘grandes ligas’ lendo Trotsky e a ‘Oposição de Esquerda’ de 1926” (*Éramos pocos y parió Catana: una oposición de izquierda en Cuba?*). Monreal é um economista pró-capitalista que deixou claro em mais de uma

ocasião que “a estratégia econômica em Cuba deve se concentrar na substituição do planejamento centralizado”.

Monreal não se engana ao identificar a Oposição de Esquerda com uma política favorável ao fortalecimento do desenvolvimento industrial, planejado, e contrário às concessões aos elementos burgueses, do campo e da cidade, que começavam a se desenvolver como uma ameaça à própria existência do poder soviético. O programa da Oposição de Esquerda combinava uma crítica à política econômica com uma defesa do regime democrático dentro do partido e do Estado e um ataque aos métodos burocráticos de censura de opinião. Sabemos como terminou essa história, a burocracia stalinista suprimiu toda oposição, expulsando-os do partido e depois eliminando-os fisicamente. É claro que essa mesma burocracia stalinista, quando o sistema de planejamento burocrático entrou em uma fase de estagnação nos anos 70 e 80 do século passado, entusiasticamente passou a se tornar

o proprietário privado dos meios de produção saqueando a propriedade do Estado. A restauração do capitalismo na URSS e nos países do Leste, liderados por essa mesma burocracia stalinista, significou uma queda assustadora nos padrões de vida e o colapso da economia.

A Revolução Cubana está em uma encruzilhada crucial. Muitas das medidas propostas já foram discutidas há 10 anos. Algumas já começaram a ser aplicadas, ainda que parcialmente. Os resultados são claramente visíveis. O aumento da diferenciação social, o crescimento de uma camada pequeno-burguesa com interesses próprios. O que agora se propõe é avançar ainda mais decisivamente neste caminho.

É importante abrir um debate sério sobre isso e que os comunistas possam intervir de maneira decisiva. A solução não é recuar para o mercado, enfraquecer e diluir a propriedade estatal dos meios de produção, que já tem 60 anos, mas caminhar para o internacionalismo revolucionário e a democracia operária.

# O problema da economia cubana é o “papai Estado” e sua “superproteção igualitarista”?

Jorge Martin

[Esta nota de resposta a um artigo de *Juventud Rebelde* foi publicada originalmente no blog cubano Comunistas e teve ampla difusão na ilha]

Quando vi o artigo pela primeira vez, não dei crédito aos meus olhos. Um companheiro me passou por *WhatsApp* uma captura de tela do anúncio do artigo de *Juventud Rebelde* “Com lupa para descer”<sup>1</sup> no *Facebook* da publicação da União de Jovens Comunistas de Cuba. Pensei que não era possível, que devia ser uma montagem para desacreditar a publicação. Mas qual foi a minha surpresa quando ao procurar cheguei ao artigo de 15 de dezembro, de José Alejandro Rodriguez.

Vou reproduzir integralmente as duas primeiras frases, para que não fique nenhuma dúvida ao leitor.

“*Papai Estado se convenceu definitivamente de que a família não pode prosperar com tanta superprodução igualitarista, ao extremo de que seus filhos laboriosos e esforçados se desgastem trabalhando e não progridam como desejam, para que seus irmãos preguiçosos e extraviados vivam muitas vezes melhor da inveção e do engano, prosperando com as dificuldades.*”

“*O velho paternalista compreendeu que ele é o maior responsável de que toda a família não participe do esforço, e de muitas acomodações e desvios de uma parte de sua cria*” (ênfase minha).

Os argumentos que o companheiro José Alejandro Rodriguez utiliza para justificar as medidas de ordenamento monetário que estão sendo aplicadas em Cuba são exatamente os mesmos que os fundamentalistas liberais utilizam nos países capitalistas para justificar cortes do gasto público, o dismantelamento do chamado “Estado do bem-estar” e a destruição de qualquer tipo de legislação protetora dos direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens.

A ideia de que o problema da economia é a existência de um “papai Estado superprotetor” que provoca que seus “vegijs”<sup>2</sup> se tornem “preguiçosos e extraviados”, e que a manutenção dessa “superproteção igualitarista” é o motivo de que não sejam “laboriosos e esforçados”, é o argumento central que os defensores do “livre merca-

do” utilizam em todos os lugares, para justificar o seu assalto às conquistas que a classe trabalhadora ganhou nos últimos cem anos de luta e organização.

Para dar um exemplo: como parte das medidas para aliviar o impacto da pandemia na economia, o governo espanhol do PSOE e Unidas Podemos propôs introduzir uma renda Mínima Vital de entre 460 e 1015 euros para pessoas e famílias em situação de pobreza extrema. Logo depois, a direita, a partir dos herdeiros do franquismo no PP até a extrema-direita de Vox, abriram um, como fizeram as organizações empresariais que representam os interesses dos capitalistas. Seu argumento? A introdução desta “auxílio” faria com que as pessoas não quisessem mais trabalhar. Vejamos um exemplo. O jornalista de direita Antonio Gallego escrevia no jornal burguês *El Español* uma coluna de opinião chamada “Uma paguita para todos”:

“Escuto estes dias a já clássica proposta eleitoral *podemita* de criar uma renda básica cidadã. Uma *paguita* para todos, traba-



Faixa em rua de Cuba, em alusão à Revolução - 2013. Foto: arquivo da editora

lhem ou não. *Seja um preguiçoso ou não*. No final do mês, façam ou desfaçam, madruguem ou não, *papai Estado te dará um dinheirinho*. “A implementação desta iniciativa que premia a vagabundagem... incentivará milhares de cidadãos a trabalhar menos”.<sup>3</sup>

Parece-lhe familiar o argumento, companheiro Rodríguez? O dirigente do partido de ultradireita Vox, Jorge Buxadé, foi mais além. Para Buxadé, a “*paguita clientelista*” proposta pelo governo espanhol é uma “renda básica social-comunista” que faz parte da “agenda chavista” do vice-presidente Pablo Iglesias e que equivale a introduzir uma “cartilha de racionamento”. O articulista de *Juventud Rebelde* se encontra em muito má companhia ao usar estes argumentos.

De fato, a ideia da existência de um “papai Estado” que, com sua “superproteção”, faz com que seus filhos sejam “preguiçosos”, uma ideia ultraliberal, era o centro da argumentação das políticas econômicas dos monetaristas Chicago Boys que iniciaram o assalto ao “Estado do bem-estar” que havia se desenvolvido no período do boom do pós-guerra em muitos países capitalistas avançados. A crise mundial do capitalismo dos anos 1970 não deixava margem de manobra à burguesia para manter as concessões que o movimento dos trabalhadores havia arrancado durante anos de luta. Começava uma ofensiva privatizadora e de ataque frontal a todas as conquistas da classe trabalhadora.

Os monetaristas consideravam que todas as medidas sociais de intervenção do Estado na economia, de regulação do mercado de trabalho, eram barreiras ao desenvolvimento da capacidade de “empreendimento” dos capitalistas e, portanto, barreiras ao crescimento da economia. Foram eles que cunharam a expressão do “Estado protetor” ou benfeitor, que, às vezes, em inglês se denomina “the nanny state”, o Estado babá.

O Chile de Pinochet foi o primeiro campo de experimentação dos Chicago Boys e de seu fundamentalismo monetarista. O Reino Unido de Thatcher foi outro exemplo onde essas políticas foram levadas ao extremo. A sociedade não existe, era o slogan da Dama de Ferro.

Do que se tratava na realidade era de destruir qualquer barreira ou impedimento para a realização dos lucros empresariais e de abrir todos os setores da economia ao lucro privado. O argumento era: se o Estado estabelece um salário-mínimo muito elevado, os empresários não vão contratar trabalhadores, não se criarão empregos, a economia não crescerá. Claro, seguindo o argumento até suas últimas consequências, haveria que legalizar o trabalho infantil nas minas e por um salário de fome, com o objetivo de “estimular a economia”. Sob essas premissas, além da destruição das leis trabalhistas que protegiam os trabalhadores, abriram-se setores como a educação, as aposentadorias, a saúde, ao lucro privado.

Qualquer tipo de subsídio paliativo, de desemprego, às mães solteiras, aos incapacitados, era considerado como uma barreira que tirava o incentivo à busca de trabalho. Os fanáticos do livre mercado esqueceram os fatos básicos: a grande maioria dos desempregados queria trabalhar, se não havia empregos era consequência da crise do sistema capitalista.

A política econômica ultraliberal dos monetaristas não é mais que uma expressão da luta de classes. Com sua organização e luta, a classe trabalhadora consegue concessões e proteções legais. Elas diminuem os lucros empresariais e, portanto, os capitalistas resistem e passam à contraofensiva quando se sentem fortes para fazê-lo. É algo que Marx já havia explicado: a luta entre a classe trabalhadora e os capitalistas pela apropriação da mais-valia.

Sequer é certo que os capitalistas estejam contra a intervenção do Estado na economia. Os mes-

mos que gritam contra “papai Estado” correm para exigir um “resgate bancário” quando explode a crise, e pedem ao Estado subsídios e subvenções quando entram em dificuldades. Para a classe capitalista trata-se de privatizar os lucros e socializar os prejuízos. No capitalismo, a banca sempre ganha.

O artigo do companheiro José Alejandro em *Juventud Rebelde* reproduz, palavra por palavra, os mesmos argumentos dos ferrenhos defensores do sistema capitalista, mas os aplica à realidade cubana. No final do artigo, a conclusão do companheiro é que no marco destas reformas econômicas “há que se detectar e atalhar a tempo os focos de vulnerabilidade que derivem das próprias medidas. Com uma lupa, para ver profundamente e fazer cumprir ao pé da letra, todos os dias, esse lema vigilante de que ninguém ficará desamparado”. Isto é, propõe-se eliminar as medidas universais de proteção para aplicá-las somente “em situações muito particulares”. Essa colocação (que está calcada a partir do que aplicaram os conservadores britânicos durante o governo de Thatcher) é totalmente errônea.

Em outro lugar expliquei o impacto que, na minha opinião, vão ter as medidas do ordenamento monetário em Cuba<sup>4</sup>. Os problemas da economia cubana são vários, mas, para mim, os cruciais são a inserção em termos desiguais no mercado mundial capitalista (agravada pelo bloqueio) e a gestão burocrática da economia planificada. A solução para esses problemas se encontra em uma política de internacionalismo revolucionário e na gestão democrática da economia por parte da classe trabalhadora, mantendo-se o caráter estatal dos meios de produção.

No entanto, as medidas que estão sendo tomadas e que, na realidade, estão sendo discutidas há anos, partem da base de que

o problema é a própria planificação estatal da economia, e que, portanto, é necessário introduzir mecanismos de mercado na gestão econômica. A ideia central que o companheiro comentarista de *Juventud Rebelde* coloca não é propriamente sua, mas vem justamente do ordenamento que inclui a eliminação do que se denomina “subsídios excessivos e gratuidades indevidas”. Pôr o foco nesta questão é completamente incorreto. É um discurso que criminaliza os pobres e os humildes, que questiona se realmente necessitam de ajudas sociais, culpa-os dos problemas da economia e enfrenta a classe trabalhadora com os setores mais vulneráveis da sociedade.

Existe em Cuba um problema com os “preguiçosos e extraviados” que vivem “muitas vezes melhor de invenções e do engano, prosperando com as dificuldades”? Certamente. Mas esse problema deve ser quantificado e identificado corretamente. Por acaso o autor está afirmando que há pessoas que vivem dos subsídios estatais ou da livreta de ra-

cionamento por serem preguiçosos e que vivem melhor do que os que trabalham? Companheiro, isto é claramente falso. Que há gente que vive e prospera do engodo? Sem dúvida. Em uma economia que enfrenta grandes dificuldades e escassez sempre floresce o mercado negro, os especuladores etc, mas, por acaso, estes elementos prosperam com a “superproteção igualitarista”? Isso é falso.

Por acaso não seria melhor e mais correto pôr o foco nos privilégios da burocracia, que, no final das contas, saem do trabalho do povo? Por acaso não há corrupção e roubo por parte dos gerentes de empresas do setor estatal, dos burocratas, dos carreiristas e novos ricos? O próprio Fidel denunciou isto abertamente em seu famoso discurso na Aula Magna em 2005.

Essa estratégia adotada vai levar inevitavelmente ao aumento da desigualdade social e à acumulação privada de capital. Vai haver ganhadores, mas também perdedores, no caso, a maioria. O pro-

blema da economia cubana não são esses misteriosos “filhos preguiçosos” constrangidos em sua laboriosidade pela “superproteção estatal”, e sim a pressão asfixiante do mercado mundial capitalista dominado pelo imperialismo e o enorme e parasitário desperdício que representa a burocracia sobre a economia planificada.

Há duas soluções para os problemas econômicos e políticos que a Revolução Cubana enfrenta: uma é a solução do mercado, que promove o individualismo, a concorrência privada e que leva à acumulação de riqueza por parte de uma minoria. A outra é a solução coletiva, que se baseia no controle e na participação consciente e organizada da população sobre a economia e o Estado. Argumentos ultraliberais, como os do colunista de *Juventud Rebelde*, contribuem para destruir qualquer ideia de uma solução comunista e conduzem diretamente ao pântano capitalista liberal contra o qual as massas chilenas e equatorianas se levantaram há um ano.

17 de dezembro de 2020

Notas:

1 (<http://www.juventudrebelde.cu/opinion/2020-12-14/con-lupa-para-llegar-abajo>)

2 Expressão cubana para se referir às crianças

3 ([https://cronicaglobal.español.com/pensamiento/paguita-para-todos\\_239577\\_102.html](https://cronicaglobal.español.com/pensamiento/paguita-para-todos_239577_102.html)):

4 (<http://www.marxist.com/que-implica-el-ordenamiento-monetario-en-cuba.htm>).

# Lições da Comuna de Paris

Leon Trotsky

Por ocasião do 50º aniversário da Comuna de Paris, em 1921, Leon Trotsky escreveu este brilhante artigo à luz da então recente Revolução Russa de 1917 e da posterior Guerra Civil da qual saiu vitorioso o Exército Vermelho comandado pelo próprio Trotsky.

A cada vez que estudamos a história da Comuna descobrimos um novo matiz graças à experiência que nos foi proporcionada pelas lutas revolucionárias posteriores, não apenas a Revolução Russa, mas também a alemã e a húngara. A guerra franco-prussiana foi uma explosão sangrenta, prenúncio de uma imensa carnificina mundial; a Comuna de Paris foi como um relâmpago, anunciando uma revolução proletária mundial.

A Comuna nos mostrou o heroísmo das massas operárias, sua capacidade para unir-se em bloco, sua generosidade de se sacrificar pelo futuro... Mas, ao mesmo tempo, evidenciou a incapacidade das massas de encontrar seu caminho, sua indecisão na direção do movimento, sua tendência fatal a deter-se depois dos primeiros êxitos permitindo desta forma que o inimigo se recuperasse e retomasse suas posições.

A Comuna chegou demasia do tarde. Teve todas as possibilidades de tomar o poder em 4 de setembro, o que teria permitido ao proletariado de Paris colocar-se à cabeça de todos os trabalhadores do país em sua luta contra as forças do passado, tanto contra Bismarck quanto contra Thiers. Mas o poder caiu nas mãos dos charlatães democráticos, os deputados de Paris. O proletariado parisiense não tinha nem um partido nem líderes a que estivessem ligados estreitamente através de lutas anteriores. Os patriotas pequeno-burgueses, que se acreditavam socialistas e buscavam o apoio dos operários, careciam completamente de auto-confiança. Não faziam mais que minar a confiança do proletariado em si mesmo, procurando continuamente advogados famosos, jornalistas, deputados, cuja única bagagem consistia em uma dúzia de frases vagamente revolucionárias, para lhes confiar a direção do movimento.



Comunardos em barricada. Foto: BHVP/Roger-Viollet

A razão pela qual Jules Favre, Picard, Garnier-Pagès e companhia tomaram o poder em Paris em 4 de setembro é a mesma que permitiu a Paul-Boncour, A. Varenne, Renaudel e muitos outros tornarem-se durante um período de tempo os amos do partido do proletariado.

Por suas preferências, seus hábitos intelectuais e por seu comportamento, os Renaudel e os Boncour, e mesmo os Longuet e Pressemane, estão muito mais próximos de Jules Favre e de Jules Ferry que do proletariado revolucionário. E justamente porque Favre, Simon, Picard e os demais abusaram da fraseologia democrático-liberal, seus filhos e seus netos tiveram de recorrer à fraseologia socialista. Mas se trata de filhos e netos dignos de seus pais, continuadores de sua obra. E, quando se trata de se decidir não a composição de uma camarilha ministerial e sim que classe deve tomar o poder, Renaudel, Varenne, Longuet e seus iguais estarão no campo de Millerand – colaborador de Gallifet, o verdugo da Comuna... Quando os charlatães reacionários dos salões e do Parlamento se encontram cara a cara, na vida, com a Revolução, nunca a reconhecem.

O partido operário – o verdadeiro – não é instrumento de manobras parlamentares, é a experiência acu-

mulada e organizada do proletariado. Somente com a ajuda do partido, que se apóia em toda sua história passada, que prevê teoricamente a direção que os acontecimentos seguirão e que prevê suas etapas e define as linhas de ação precisas, somente assim pode o proletariado se libertar da necessidade de recomeçar constantemente sua história: suas dúvidas, sua indecisão, seus erros.

O proletariado de Paris carecia de tal partido. Os socialistas burgueses, dos quais estava repleta a Comuna, elevavam seus olhares para o céu esperando um milagre ou uma palavra profética, duvidavam e, durante esse tempo, as massas andavam às cegas, desorientadas por causa da indecisão de uns e da fraqueza de outros. O resultado foi que a Revolução explodiu no meio delas demasiado tarde. Paris estava cercada.

Passaram-se seis meses até que o proletariado recuperasse a memória das revoluções anteriores, de suas lições, dos combates anteriores, das reiteradas traições da democracia e tomasse o poder.

Estes seis meses foram uma perda irreparável. Se, em setembro de 1870, à cabeça do proletariado francês se encontrasse o partido centralizado da ação revolucionária, toda a história da França e, com

ela, toda a história da humanidade teria tomado outra direção.

Se, em 18 de março, o poder passou às mãos do proletariado de Paris, não o foi porque este tivesse se apoderado dele conscientemente e sim porque seus inimigos haviam abandonado a capital. Estes últimos iam perdendo terreno constantemente, os operários os desprezavam e odiavam, perderam a confiança da pequena burguesia e os grandes burgueses temiam que já não fossem capazes de defendê-los. Os soldados estavam confrontados aos seus oficiais. O governo fugiu de Paris para concentrar suas forças em outra parte. Então, o proletariado se tornou o amo da situação.

Mas não entendeu isto até o dia seguinte. A Revolução caiu-lhe sobre os ombros sem que a esperasse.

Este primeiro êxito foi uma nova fonte de passividade. O inimigo havia fugido a Versalhes. Por acaso não era isto uma vitória? Nesse momento teria sido possível esmagar a facção governamental sem maiores efusões de sangue. Em Paris, teria sido possível deter todos os ministros, a começar por Thiers. Ninguém teria movido um dedo para defendê-los. Mas não se fez isso. Não havia um partido organizado de forma centralizada capaz de uma visão de conjunto sobre a situação e com organismos especiais para executar as decisões.

O restante da infantaria não queria retroceder para Versalhes. Os vínculos que ligavam oficiais e soldados eram muito frágeis. E se existisse em Paris um centro dirigente de partido, haveria ele introduzido entre as tropas em retirada – tendo em vista que havia a possibilidade de retirada – algumas centenas ou pelo menos algumas dezenas de operários leais, aos quais seriam dadas instruções para alimentar o descontentamento dos soldados contra os oficiais e aproveitar o primeiro momento psicológico favorável para liberar a tropa de seus comandantes e conduzi-la a Paris para se unir ao povo. Teria sido fácil fazer isso, segundo confessaram até mesmo os partidários de Thiers. Mas ninguém pensou nisso. Não havia

ninguém que pensasse. Nos grandes acontecimentos, por seu lado, tais decisões somente podem ser tomadas por um partido revolucionário que espera uma revolução, que se prepara para ela, que se mantém firme, um partido que está habituado a ter uma visão de conjunto e que não teme a ação.

E o proletariado francês carecia exatamente de um partido de combate.

O Comitê Central da Guarda Nacional era, de fato, um Conselho de Deputados dos operários armados e da pequena burguesia. Tal Conselho, eleito diretamente pelas massas que tomaram o caminho da revolução, representa uma excelente estrutura executiva. Mas, ao mesmo tempo, e justamente por causa de sua ligação imediata e elementar com as massas que se encontram tal e como as encontrou a revolução, o Conselho reflete não somente os pontos fortes das massas, como também suas debilidades, e reflete mais as debilidades: sua evidente indecisão, sua tendência a ficar esperando, sua tendência à inatividade depois dos primeiros êxitos.

O Comitê Central da Guarda Nacional necessitava de direção. Era indispensável dispor de uma organização que encarnasse a experiência política do proletariado e que estivesse presente em todos os lugares – não somente no Comitê Central, mas também nas legiões, nos batalhões, nas camadas mais profundas do proletariado francês. Por meio dos Conselhos de Deputados, que, neste caso, eram órgãos da Guarda Nacional, o partido poderia estar continuamente em contato com as massas, monitorando dessa forma o seu Estado de ânimo; seu centro dirigente poderia lançar diariamente palavras de ordem que os militantes do partido difundiriam entre as massas, unindo seu pensamento e sua vontade.

Mal o governo havia se retirado para Versalhes, a Guarda Nacional já se apressou a declinar de toda responsabilidade, precisamente quando esta responsabilidade era enorme. O comitê central imaginou eleições “legais” para a Comuna.

Estabeleceu conversações com os vereadores de Paris para se cobrir, pela direita, com a “legalidade”.

Se, ao mesmo tempo, tivesse preparado um ataque violento contra Versalhes, as conversações com os vereadores teriam significado uma astúcia militar plenamente justificada e de acordo com os objetivos. Mas, na realidade, estas conversações foram mantidas para tentar que um milagre evitasse a luta. Os radicais pequeno-burgueses e os socialistas idealistas, ao respeitar a “legalidade” e as pessoas que encarnavam uma parcela do Estado “legal”, deputados, vereadores etc., esperavam, desde o mais profundo de seu ser, que Thiers se detivesse respeitosamente ante a Paris revolucionária tão logo quanto esta se dotasse de uma Comuna “legal”.

A passividade e a indecisão vieram-se favorecidas neste caso pelo sagrado princípio da federação e da autonomia. Paris, como podem comprovar, não é mais que uma Comuna entre outras. Paris não quer se impor a ninguém, não luta pela ditadura, em todo caso seria a “a ditadura do exemplo”.

Em resumidas contas, isto não era mais que uma tentativa de substituir a revolução proletária que estava se desenvolvendo por uma reforma pequeno-burguesa: a autonomia comunal. A verdadeira tarefa revolucionária consistia em assegurar ao proletariado o Poder em todo o país. Paris deveria servir de base, de ponto de apoio, de praça de armas. Para alcançar este objetivo era necessário derrotar Versalhes sem perda de tempo e enviar por toda a França agitadores, organizadores, forças armadas. Era necessário entrar em contato com os simpatizantes, convencer aos que duvidavam e quebrar a oposição dos adversários. Mas, em vez desta política de ofensiva e agressão, a única que poderia salvar a situação, os dirigentes de Paris tentaram se limitar à sua autonomia comunal: eles não atacariam aos demais se estes não os atacassem; cada cidade deveria recuperar o sagrado direito de autogoverno. Esta tagarelice idealista – uma espécie de anarquismo mundano

– camuflava na realidade a covardia ante uma coalizão revolucionária que havia necessidade de se levar até suas últimas conseqüências, pois, de outra forma, não se deveria ter começado...

A hostilidade a uma organização centralizada – uma herança do localismo e do autonomismo pequeno-burguês – é, sem sombra de dúvidas, o ponto débil de certa fração do proletariado francês. Para alguns revolucionários, a autonomia das sessões, dos bairros, dos batalhões, das cidades, é a suprema garantia da verdadeira ação e da independência individual. Mas isto não foi mais que um grande erro que custou muito caro ao proletariado francês.

Sob a forma de “luta contra o centralismo despótico” e contra a disciplina “asfixiante” livra-se um combate pela autopreservação dos diversos grupos e subgrupos da classe operária, por seus mesquinhos interesses, com seus pequenos líderes de bairro e seus oráculos locais. A classe operária em sua totalidade, embora conserve a originalidade de sua cultura e seus matizes políticos, pode agir com método e firmeza, sem ir a reboque dos acontecimentos e dirigindo seus golpes mortais contra os pontos fracos do inimigo, desde que esteja sendo liderada, acima de bairros, seções e grupos, por um aparelho centralizado e unido por uma disciplina férrea.

O partido não cria a revolução ao seu gosto, não escolhe conforme lhe convém o momento para tomar o poder, mas intervém ativamente em todas as circunstâncias, monitora a todo o momento o Estado de ânimo das massas e avalia as forças do inimigo, determinando assim o momento propício para a ação definitiva. Esta é a mais difícil de todas as suas tarefas. O partido não conta com soluções que valham para todos os casos. Necessita de uma teoria justa, de um contato estreito com as massas, de uma certa compreensão da situação, de uma visão revolucionária e de uma grande firmeza. Quanto mais profundamente penetrar um partido revolucionário em todas as esferas da luta revolucionária e quanto mais unido estiver em torno

de um objetivo através da disciplina, melhor e mais rapidamente pode realizar sua missão.

A dificuldade consiste em ligar estreitamente esta organização centralizada de partido, soldada intimamente por uma disciplina de ferro, ao movimento das massas, com seus fluxos e refluxos. Não se pode conquistar o poder sem uma poderosa pressão revolucionária das massas trabalhadoras. Mas, nesta ação, o elemento preparatório é inevitável. E quanto melhor compreenda o partido a conjuntura e o momento, melhor preparadas estarão as bases de apoio, melhor repartidas estarão as forças e seus objetivos, mais seguro será o êxito e menos vítimas causará. A correlação entre uma ação cuidadosamente preparada e o movimento de massas é a tarefa político-estratégica da tomada do poder.

A comparação entre o 18 de março de 1871 e o 7 de novembro de 1917 é, a partir deste ponto de vista, muito instrutiva. Em Paris, houve absoluta falta de iniciativa para a ação por parte dos círculos dirigentes revolucionários. O proletariado armado pelo governo burguês era, de fato, dono da cidade e dispunha de todos os meios materiais do poder – canhões e fuzis – mas não se deu conta disso. A burguesia fez uma tentativa de arrebatar a esse gigante suas armas: tentou roubar do proletariado seus canhões. Mas fracassou na tentativa. O governo fugiu aterrorizado de Paris a Versalhes. O campo estava livre. Mas o proletariado só se deu conta de que era o amo de Paris no dia seguinte. Os “chefes” iam a reboque dos acontecimentos, tomavam nota deles somente quando já se haviam produzido e faziam de tudo para restringir o alcance revolucionário.

Em Petrogrado, os acontecimentos se desenvolveram de forma muito diferente. O partido caminhava firme e decidido para a conquista do poder. Distribuiu seus militantes por todas as partes, reforçando todas as posições e aproveitando todas as ocasiões para aprofundar a brecha entre os operários e a guarnição, de um lado, e o governo, de outro.



Barricada durante a Comuna de Paris, André Devambez.

A manifestação armada das jornadas de julho foi uma vasta verificação que fez o partido para sondar o grau de união no seio das massas e a capacidade de resistência do inimigo. Esta verificação se transformou em luta de postos avançados. Fomos rechaçados, mas, ao mesmo tempo, mediante a ação, se estabeleceu a conexão entre o partido e as mais amplas massas. Durante os meses de agosto, setembro e outubro desenvolveu-se um poderoso fluxo revolucionário. O partido o aproveitou e aumentou de maneira considerável seu apoio no seio da classe operária e da guarnição. Depois, a harmonia entre os preparativos da conspiração e a ação de massas foi quase automática. O Segundo Congresso dos Sovietes foi marcado para 7 de novembro. Toda nossa agitação anterior devia conduzir à tomada do poder pelo Congresso.

O golpe de Estado ficou marcado para 7 de novembro. Tratava-se de um fato perfeitamente conhecido e compreendido pelo inimigo. Por isso, Kerensky e seus conselheiros tentaram consolidar sua posição em Petrogrado, na medida do possível, face ao momento decisivo. Sobretudo, necessitavam retirar da capital o setor mais revolucionário da guarnição. De nossa parte, aproveitamo-nos desta tentativa de Kerensky para derivar dela um novo conflito que teve importância decisiva. Acusamos abertamente ao governo de Kerensky – e nossa acusação se viu depois confir-

mada por escrito em um documento oficial – de planejar o afastamento de um terço da guarnição de Petrogrado, não por considerações de ordem militar e sim por interesses contrarrevolucionários. O conflito fez com que estreitássemos ainda mais nossas relações com a guarnição e implicou em que esta última se colocasse uma tarefa bem definida: apoiar o Congresso dos Sovietes marcado para 7 de novembro. E, visto que o governo insistia – embora de forma pouco enérgica – em que a guarnição fosse afastada, com o pretexto de se verificar as razões militares do projeto governamental, criamos no Soviete de Petrogrado, que já dominávamos, um Comitê revolucionário de guerra.

Desta forma, dotamo-nos de um órgão puramente militar, à cabeça das tropas de Petrogrado, que era realmente um instrumento legal de insurreição armada. Ao mesmo tempo, nomeamos comissários (comunistas) em todas as unidades militares, nos arsenais militares, etc. A organização militar clandestina executava as tarefas técnicas especiais e proporcionava ao Comitê Revolucionário de Guerra militantes de plena confiança para as operações militares de grande importância. O essencial do trabalho de preparação e de realização da insurreição armada era feito abertamente, com um método e uma naturalidade que a burguesia, com Kerensky à cabeça, mal percebeu o que se passava debaixo de seus próprios narizes. (Em Paris, o proletariado somente compreendeu que era o dono da situação imediatamente após sua vitória real, uma vitória que, por outro lado, não havia buscado conscientemente. Em Petrogrado, foi o contrário. Nosso partido, com o apoio dos operários e da guarnição, apoderou-se do poder, e a burguesia, que passou uma noite bastante tranquila, somente se deu conta à luz do dia de que o governo se encontrava já nas mãos de seus covéis.)

No que dizia respeito à estratégia, deram-se em nosso partido muitas divergências de opinião.

Como se sabe, parte do Comitê Central declarou-se em oposição à tomada do poder, pois

acreditava que ainda não havia chegado o momento de agir, que Petrogrado encontrar-se-ia isolada do restante do país, que os proletários não contariam com o apoio dos camponeses, etc.

Outros camaradas acreditavam que não prestávamos atenção suficiente aos detalhes do complô militar. Em outubro, um dos membros do Comitê Central exigia que se cercasse o Teatro Alexandrina, sede da Conferência Democrática, e que se proclamasse a ditadura do Comitê Central do Partido. Ele disse: “ao concentrar nossa agitação, bem como o nosso trabalho de preparação militar para o momento do 2º Congresso, estamos mostrando o nosso plano para o adversário, estamos dando a ele a possibilidade de preparar-se e até mesmo de aplicar-nos um golpe preventivo”. Mas não há dúvidas de que a tentativa de um complô militar e o cerco do Teatro Alexandrina teriam sido elementos alheios ao desenvolvimento dos acontecimentos que teriam provocado o desconcerto das massas. Inclusive no Soviete de Petrogrado, em que nossa fração era majoritária, uma ação que se antecipasse ao desenvolvimento lógico da luta não teria sido compreendida nesse momento, sobretudo no seio da guarnição, na qual ainda havia alguns regimentos que hesitavam e nos quais não se podia confiar, principalmente a cavalaria. A Kerensky ter-lhe-ia resultado muito mais fácil esmagar um complô inesperado para as massas que atacar a guarnição, e ter-lhe-ia permitido consolidar-se muito mais em sua posição: a defesa de sua inviolabilidade em nome do futuro Congresso dos Sovietes. A maioria do Comitê Central rejeitou com razão o plano de cerco à Conferência Democrática. A conjuntura havia sido avaliada perfeitamente: a insurreição armada, com um mínimo de derramamento de sangue, triunfou precisamente no dia que havia sido marcada, de forma prévia e aberta, para a convocação do 2º Congresso dos Sovietes.

Contudo, essa estratégia não pode ser convertida em norma geral, necessitou de condições específicas.

Ninguém acreditava já na guerra contra a Alemanha, e mesmo os soldados não queriam mais marchar ao front. E embora somente por esta razão a guarnição inteira estivesse do lado dos operários, ela se reafirmava cada vez mais em sua decisão à medida que se tornavam conhecidas as manobras de Kerensky. Mas o estado de ânimo da guarnição de Petrogrado tinha uma causa ainda mais profunda na situação do campesinato e no desenvolvimento da guerra imperialista. Se a guarnição tivesse se dividido e Kerensky tivesse a oportunidade de se apoiar em alguns regimentos, nosso plano teria fracassado. Os elementos puramente militares do complô (conspiração e grande rapidez na ação) teriam prevalecido. E fica claro que teria sido necessário escolher outro momento para a insurreição.

A Comuna também teve a possibilidade de se apoderar dos regimentos, inclusive daqueles formados por camponeses que haviam perdido totalmente a confiança e o respeito pelo poder e por seus comandantes. Contudo, nada fez nesse sentido. A culpa não deve ser lançada às relações entre os camponeses e a classe operária e sim à estratégia revolucionária.

O que pode acontecer nesse sentido na Europa atual? Não é nada fácil de prever. Contudo, levando em consideração que os acontecimentos se desenvolvem lentamente e que os governos burgueses aprenderam bem a lição, é de prever que o proletariado terá que superar grandes obstáculos para ganhar a simpatia dos soldados no momento preciso. Será necessário que a revolução realize um ataque hábil no momento adequado. O dever do partido é preparar-se para isso. Justamente por essa razão deverá conservar e acentuar seu caráter de organização centralizada que, dirigindo abertamente o movimento revolucionário das massas, é, ao mesmo tempo, um aparato clandestino para a insurreição armada.

A questão da elegibilidade do comando foi um dos motivos do conflito entre a Guarda Nacional e Thiers. Paris se recusou a aceitar o comando

designado por Thiers. Varlin formulou imediatamente a reivindicação de que todos os comandos da Guarda Nacional, sem exceção, fossem eleitos pelos próprios guardas nacionais. Foi esse o principal apoio do Comitê Central da Guarda Nacional.

Esta questão deve ser considerada a partir de duas perspectivas: a política e a militar. Ambas estão relacionadas entre si, mas é necessário diferenciá-las. A tarefa política consistia em depurar a Guarda Nacional dos comandos contrarrevolucionários. O único meio para conseguir isto era a total elegibilidade, visto que a maioria da Guarda Nacional estava composta por operários e pequeno-burgueses revolucionários. Ainda mais, o lema da elegibilidade devia ser estendido também à infantaria. De um só golpe Thiers teria sido privado de sua principal arma, a oficialidade contrarrevolucionária. Mas para realizar este plano ao proletariado lhe faltava um partido, uma organização que dispusesse de adeptos em todas as unidades militares. Em uma palavra, a elegibilidade, neste caso, não tinha como objetivo imediato dotar os batalhões de comandos adequados, e sim de liberá-los do comando dependente da burguesia. Teria funcionado como uma cunha para dividir o exército em duas partes, ao longo de uma linha de classe. Assim sucederam as coisas na Rússia na época de Kerensky, sobretudo às vésperas de Outubro.

Mas quando o exército se libera do antigo aparato de comando inevitavelmente se produzem a fragilização da união em suas fileiras e a redução de seu espírito de combate. O novo comando eleito é freqüentemente bastante débil no terreno técnico-militar e no que diz respeito à manutenção da ordem e da disciplina. De forma que, quando o exército se libera do velho comando contrarrevolucionário que antes o oprimia, surge a questão de dotá-lo de um comando revolucionário capaz de cumprir sua missão. E este problema não pode ser resolvido simplesmente através de eleições. Antes que a grande massa de soldados pudesse adquirir experiência suficiente para selecionar seus comandantes,

a revolução seria esmagada pelo inimigo, que aprendeu a escolher seus comandantes durante séculos. Os métodos de democracia formal (a simples elegibilidade) devem ser complementados e, em certa medida, substituídos por medidas de seleção de cima para baixo. A revolução deve criar uma estrutura composta de organizadores experientes, seguros, merecedores de uma confiança absoluta, dotada de plenos poderes para escolher, designar e educar o comando. Se o particularismo e o autonomismo democrático são extremamente perigosos para a revolução proletária em geral, são ainda dez vezes mais perigosos para o exército. Isto nos demonstrou o exemplo trágico da Comuna.

O Comitê Central da Guarda Nacional baseava sua autoridade na elegibilidade democrática. Mas quando teve necessidade de desdobrar ao máximo sua iniciativa na ofensiva, sem a direção de um partido proletário perdeu o rumo e se apressou em transmitir seus poderes aos representantes da Comuna, que necessitava de uma base democrática mais ampla. E brincar de eleições foi o grande erro nesse momento. Mas, uma vez celebradas as eleições e reunida a Comuna, teria sido necessário que ela mesma criasse um órgão que concentrasse o poder real e reorganizasse a Guarda Nacional. Mas não foi assim. Junto à Comuna eleita estava o Comitê Central, cujo caráter eletivo lhe conferia uma autoridade política graças à qual podia enfrentar àquela. Ao mesmo tempo, via-se assim privado da energia e da firmeza necessárias nas questões puramente militares que, depois da organização da Comuna, justificavam sua existência. A elegibilidade, os métodos democráticos não são mais que uma das armas à disposição do proletariado e de seu partido. A elegibilidade não pode ser de forma alguma um fetiche, uma panacéia contra todos os males. É necessário combiná-la com as designações. Mas, uma vez criada a Comuna, dever-se-ia reorganizar toda a Guarda Nacional com mão firme, dotá-la de comando seguro e instaurar um regime disciplinar muito severo. A Comuna não o fez,

privando-se por isso de um poderoso centro dirigente revolucionário. Por essa razão, foi esmagada.

Podemos folhear página por página toda a história da Comuna e encontraremos uma só lição: é necessária a enérgica direção de um partido. O proletariado francês se sacrificou pela Revolução como nenhum outro o fez. Mas também foi enganado mais que outros. A burguesia o deslumbrou muitas vezes com todas as cores do republicanismo, do radicalismo, do socialismo, para melhor aprisioná-lo nas correntes do capitalismo. Por meio de seus agentes, de seus advogados e de seus jornalistas, a burguesia colocou uma grande quantidade de fórmulas democráticas, parlamentares, autonomistas, que não são mais do que grilhões com os quais ata os pés do proletariado e que o impedem de avançar.

O temperamento do proletariado francês é como uma lava revolucionária. Mas, por ora, está coberta com as cinzas do ceticismo, que resultou de muitos enganos e desencantos. Por essa razão, os proletários revolucionários da França devem ser mais severos com seu partido e denunciar sem desculpas toda discrepância entre as palavras e os fatos. Os operários franceses necessitam de uma organização para a ação, forte como o aço, com dirigentes controlados pelas massas em cada nova etapa do movimento revolucionário.

Quanto tempo nos concederá a história para nos prepararmos? Não o sabemos. Durante 50 anos a burguesia francesa manteve o poder em suas mãos, depois de ter erigido a Terceira República sobre os cadáveres dos comunardos. Àqueles lutadores de 1871 não faltou heroísmo. O que lhes faltou foi clareza de métodos e direção organizada e centralizada. Por essa razão foram derrotados. Metade de um século se passou antes que o proletariado francês pudesse colocar como meta a vingança pela morte dos comunardos. Mas agora intervirá de forma mais firme, mais concentrada. Os herdeiros de Thiers terão que pagar a dívida histórica, integralmente.

# Keynes está morto! Os reformistas não o ressuscitarão

Antonio Erpice

As ideias de Keynes são hegemônicas nas organizações do movimento operário e da esquerda reformista<sup>1</sup>. Os partidos e sindicatos criticam a austeridade e propõem políticas redistributivas com a ilusão de que o capitalismo pode voltar ao esplendor dos anos 1960. Assim é com o plano de investimento público proposto por Mélenchon na França e com o programa do Partido Trabalhista de Corbyn ou do Podemos na Espanha. O ex-ministro grego Varoufakis, a fim de sair da crise e reformar a União Europeia, propõe um New Deal europeu.

Dez anos após a crise mais importante que o capitalismo já experimentou, os reformistas se limitaram às críticas ao chamado neoliberalismo ou ordoliberalismo<sup>2</sup> alemão e sua influência na Europa. Uma abordagem parcial e subalterna que serve somente para confundir, considerando que nessa frequência já foi possível durante algum tempo ouvir os governos definidos como populistas e soberanistas agitando demagogicamente a crítica à austeridade.

A ideia de que as organizações de esquerda podem ter sua própria credibilidade dando indicações sobre como salvar o capitalismo diz muito sobre a clareza necessária sobre este tema, a partir do contexto em que as teorias keynesianas foram elaboradas.

## Keynes e a crise de 1929

A crise de 1929 e a Grande Depressão atordoaram a maioria dos economistas. Não só não tinham sido capazes de prever o que ficaria na história como a maior crise do capitalismo, mas não tinham nenhuma teoria para lidar com ela. Quase todos eles argumentaram que o melhor a fazer era não fazer nada e esperar que o equilíbrio se restabelecesse.

O presidente dos Estados Unidos, Hoover, se agarrou a isso durante



John Maynard Keynes. Foto: National Portrait Gallery

os primeiros anos da crise. Foi Roosevelt, chegado à Casa Branca em 1933, quem se afastou da ortodoxia clássica em matéria econômica. Com o New Deal ele lançou uma intervenção maciça para combater a queda dos preços na indústria e na agricultura; ele instituiu uma política social para apoiar os desempregados e os pobres e criou empregos através do lançamento de obras públicas.

O New Deal, como políticas similares seguidas em vários países europeus, foi principalmente uma tentativa de salvar o capitalismo de sua ruína. A intervenção direta do Estado na economia foi um fato generalizado na década de 1930 (e não apenas) e se manifestou de diferentes maneiras tanto em governos democráticos, como a Frente Popular na França, quanto em países como a Alemanha nazista e a Itália fascista.

Ainda que as ideias de Keynes e Roosevelt<sup>3</sup> não coincidissem totalmente, o New Deal americano en-

traria para a história como o principal campo de experimentação das políticas keynesianas em tempos de crise.<sup>4</sup> Foi de fato o economista britânico que sistematizou uma teoria que rompeu com a tradição clássica e o laissez-faire e propôs um papel ativo dos Estados para reagir à Grande Depressão.

Keynes foi um expoente da elite intelectual de Cambridge, trabalhou no Ministério do Tesouro e, no início do pós-guerra, participou da delegação americana à Conferência de Paris, a qual abandonou em protesto contra as cláusulas de reparação impostas à Alemanha, que ele considerava excessivas e impossíveis de sustentar. Para Keynes, ao contrário dos economistas clássicos, pode haver casos de escassez de demanda. Em outras palavras, Keynes criticou a Lei de Say, segundo a qual a oferta sempre criaria uma demanda equivalente, o que implica a ausência de fases de recessão e a tendência natural do capitalismo para o equilíbrio.



Fila em cozinha comunitária de sopas durante a grande depressão - 1936. Foto: National Archives

Segundo o economista britânico, pelo contrário, o ponto de partida é a demanda efetiva que determina a produção e o emprego. Uma queda na demanda efetiva leva a uma diminuição na capacidade de produção e, portanto, menos pessoas são empregadas do que seria possível, ou seja, ocorre um equilíbrio de subemprego. Nesses casos, ao invés de esperar a tempestade passar, considerando a crise como um fenômeno temporário, os governos devem intervir diretamente para aumentar o nível de investimento, apoiando a demanda e o emprego.

O Estado pode intervir através da política fiscal, que para os keynesianos é considerada o instrumento prioritário, da política monetária, da

política industrial e da regulação dos mercados financeiros<sup>5</sup>. Estas medidas, mesmo que feitas em déficit e recorrendo à dívida pública, podem movimentar a poupança não-investida do setor privado. Apoiando uma das variáveis da demanda agregada (consumos, gastos públicos e investimentos) cria-se o que no keynesianismo é chamado de efeito multiplicador, ou seja, um aumento adicional da renda nacional maior do que os custos das políticas implementadas.

Apesar da relativa melhora, no ano em que Keynes publicou a Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda, após quatro anos do New Deal, 17% da força de trabalho americana ainda estava desempregada e o Produto Interno Bruto era 95%

do de 1929.<sup>6</sup> Mais importante ainda, entre 1937 e 1938 houve uma nova e pesada recessão. Embora os keynesianos tendam a mistificar os anos 1930, nenhuma das contradições do capitalismo da época foi resolvida e a década foi caracterizada por absoluta instabilidade econômica e política. Ao contrário da crença popular, não foram as políticas keynesianas que tiraram os Estados Unidos da crise de superprodução em que o capitalismo se encontrava.

Como explicou Trotsky: “A força industrial, financeira e militar dos Estados Unidos, a principal potência capitalista do mundo, não consegue assegurar o desenvolvimento da vida econômica americana, mas, ao contrário, atribui à crise de seu sistema social um caráter particularmente maligno e convulsivo. Não se pode encontrar ocupação nem para os bilhões de dólares nem para os milhões de desempregados! (...) As políticas de New Deal e Good Neighbor [Boa Vizinha] foram as últimas tentativas de retardar a explosão, mitigando a crise social através de concessões e acordos. Após a falência desta política que engoliu dezenas de bilhões, não restava nada para o imperialismo americano a não ser recorrer ao método do punho de ferro. Sob qualquer pretexto e sob qualquer palavra de ordem, os Estados Unidos intervirão neste tremendo confronto para manter seu domínio mundial”.<sup>7</sup>

Foi o início da guerra que mudou radicalmente a situação e permitiu que os Estados Unidos reafirmassem sua hegemonia sobre o Ocidente. Claramente, a economia de guerra, primeiro com a produção de armas e depois com a entrada no conflito, garantiu a intervenção do Estado e o uso de instalações de produção além de todas as expectativas, com efeitos óbvios sobre a reabsorção dos desempregados. De 1939 a 1944, o produto nacional bruto nos EUA quase dobrou, sendo o preço a carnificina que todos nós conhecemos.

Foi a enorme destruição das forças produtivas causada pelo conflito que criou as condições para o boom econômico após a Segunda Guer-

ra Mundial e permitiu aos Estados Unidos financiar a reconstrução com empréstimos e ajuda aos países europeus. Um contexto que fortaleceu as receitas de Keynes, que no final da Segunda Guerra Mundial se tornou um dos economistas mais influentes do mundo.

### **O boom do pós-guerra e o 'Estado keynesiano'**

O período pós-guerra foi caracterizado por uma importante intervenção do Estado na economia. Na Itália, por exemplo, no final dos anos 1960, 30% da indústria e 70% dos bancos eram públicos e em diferentes níveis esse processo abrangia também outros países. O keynesianismo, após a Segunda Guerra Mundial, não apenas se tornou a teoria dominante, mas passou de uma resposta de emergência à crise para a correção permanente do ciclo econômico. A ilusão de poder controlá-lo era tal que muitas pessoas (incluindo alguns autodenominados marxistas) teorizavam uma transformação histórica do capitalismo, purgado de suas dinâmicas cíclicas e contradições.

O keynesianismo tornou-se a nova ortodoxia de uma época em que era possível garantir crescimento econômico sem precedentes, ampliação, como nunca visto antes, do estado social, um sistema de regulação dos mercados e presença da indústria nacionalizada em alguns setores da economia, especialmente naqueles onde não era possível garantir lucros a curto prazo ou onde havia uma forte necessidade de modernização. O compromisso keynesiano, haveria de se dizer, foi capaz de garantir o crescimento dos salários e do consumo, mantendo a especulação sob controle e a inflação sob controle. Foi nesse contexto, nos anos 1960, que a idéia de que o keynesianismo era uma política de reforma em apoio aos trabalhadores foi reforçada.

A esquerda reformista conseguiu assim encontrar em Keynes

o teórico ao qual se agarrar para poder realizar propostas compatíveis com o sistema e propor uma versão do capitalismo purgado de suas distorções mais óbvias. No entanto, o keynesianismo foi apoiado pelos partidos de direita e esquerda, tanto que mesmo o conservador Nixon veio a declarar, no período de aplicação máxima das políticas expansivas, que “somos todos keynesianos”.

Na realidade, foi o espetacular boom dos “trinta anos gloriosos”, que provavelmente será lembrado como uma exceção irrepetível na história do capitalismo, e não a hegemonia da escola keynesiana que garantiu as políticas redistributivas. O enorme crescimento dos lucros permitiu que uma parte pudesse ser usada para dar algumas migalhas aos trabalhadores. Também não deve ser esquecido o lado político da história: o Estado social desde seu início não é filho de um improvável capitalismo progressista com um rosto humano, mas do medo da revolução. Um dos elementos fundamentais daquela época foi justamente o crescimento e o fortalecimento da classe trabalhadora e de suas organizações, o que deu origem a uma época de forte conflito. Entre outras coisas, o papel da URSS e a divisão do mundo em dois blocos proporcionou um forte impedimento para a aceitação das demandas dos trabalhadores.

Em um jornal de 1960, o marxista britânico Ted Grant escreveu: “Quais são então as razões básicas para o desenvolvimento da economia do pós-guerra?”

1) *O fracasso político dos estalinistas e dos social-democratas na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental criou o clima político para uma recuperação do capitalismo.*

2) *Os efeitos da guerra, com a destruição dos bens de consumo e do capital, criaram um grande mercado (a guerra tem efeitos semelhantes, mas mais profundos, a uma crise na destruição do capital). De acordo com as nações*

*unidas, estes efeitos não desapareceram até 1958.*

3) *O plano Marshall e outras ajudas econômicas ajudaram na recuperação da Europa Ocidental.*

4) *O enorme aumento dos investimentos na indústria.*

5) *O surgimento de novas indústrias: plásticos, alumínio, misseis, eletrônica, energia atômica, com seus subprodutos.*

6) *A crescente produção das novas indústrias: produtos químicos, fibras sintéticas, borracha sintética, plásticos, o rápido aumento dos metais leves, alumínio, magnésio, eletrodomésticos, gás natural, eletricidade, construção.*

7) *A enorme quantidade de capital fictício criado pelos gastos com armamentos, que na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos representam 10% da renda nacional.*

8) *Os novos mercados para bens de capital e produtos mecânicos criados pelo enfraquecimento do imperialismo nos países subdesenvolvidos, o que proporcionou às burguesias locais a oportunidade de desenvolver a indústria em uma escala maior do que no passado.*

9) *Todos esses fatores interagem uns com os outros. O aumento da demanda por matérias-primas, causado pelo desenvolvimento da indústria nos países metropolitanos, por sua vez, afeta os países subdesenvolvidos e vice-versa.*

10) *O aumento do comércio, particularmente de bens de capital e maquinários, entre países capitalistas, resultante do aumento dos investimentos, é, por sua vez, um estímulo.*

11) *O papel da intervenção do Estado no estímulo à economia.<sup>8</sup>*

Este último elemento certamente serviu para estender e prolongar o boom. O fator decisivo, entretanto, como o texto citado explica mais adiante, foi o desenvolvimento de investimentos produtivos a fim de expandir e modernizar a capacidade produtiva. No sistema capitalista, de fato, os investimentos de capital são o principal motor do desenvolvimento e mesmo que o Estado controle parte da econo-

mia, as leis fundamentais do capitalismo permanecem as mesmas.

As intervenções do Estado obviamente tiveram um custo, com os orçamentos estatais tendendo cada vez mais a ficar em defasagem e a explosão da dívida pública desde os anos 70. Os Estados se financiaram imprimindo papel-moeda, o que provocou a explosão da inflação, acompanhada pela primeira vez por uma economia estagnada: um quadro que não poderia existir nas teorizações dos keynesianos.<sup>9</sup> A tentativa de controlar o capitalismo transformou-se em seu oposto; a crise de 1973 colocou novamente à prova as receitas keynesianas, sem os resultados desejados. Em meados dos anos 70, o desemprego, que havia sido baixo nas décadas anteriores, começou a crescer e as intervenções canônicas da escola keynesiana não tiveram os efeitos esperados. O canto do cisne foi representado pelo fracasso de Mitterrand na França e sua rendição às políticas de austeridade em 1983, depois de ter tentado por alguns anos colocar em prática seu programa keynesiano.

### A virada da década de 1980

A eclosão da crise nos anos 1970 estilhaçou a hegemonia keynesiana, que agora era acusada pela escola monetarista de ser responsável pela crise. O roteiro se repetia ao contrário do que havia acontecido anteriormente. Para a teoria neoclássica, a explosão da inflação foi devida às tentativas dos governos keynesianos de forçar o desemprego abaixo da “taxa natural”. A teoria monetarista foi obviamente a melhor justificativa teórica dada à classe dominante para atacar frontalmente os sindicatos e a classe trabalhadora e tornar o mercado lucrativo. As condições econômicas tornaram o compromisso keynesiano não mais possível. Um corolário dessa abordagem foi a privatização dos setores públicos da economia e a desregulamentação dos sistemas financeiros.

No campo pragmático dos economistas, parte da teoria keyne-

siana foi incorporada à chamada síntese neoclássica e Keynes foi demitido. Um esquema ao qual mesmo os mais inescrupulosos e oportunistas líderes reformistas se alinharam, passando com suas armas e bagagens para o novo credo do capital.

Foi uma evidente inversão de direção, mas só superficialmente se pode afirmar que o papel do Estado na economia desapareceu completamente, como reclamam os keynesianos. Na verdade, os gastos públicos nas últimas décadas continuaram a crescer, assim como a dívida pública, tornando-se característica do capitalismo contemporâneo e de sua decadência. Obviamente, o que tem sido cortado são os gastos com o Estado social e com o apoio aos rendimentos mais baixos. A interferência do Estado tem estado inteiramente a serviço do máximo lucro para o capital privado.

Precisamente por esta razão, o apelo por mais Estado e menos mercado na economia por si mesmo não significa nada, tampouco uma política de apoio à classe trabalhadora, e só revela a ilusão daqueles que o propõem. Em alguns países, incluindo a Itália e o Japão, o Estado tem desempenhado um papel decisivo no desenvolvimento do capitalismo e sua intervenção na economia para apoiar a indústria privada tem sido uma constante de várias formas.

O capitalismo no Ocidente não tem mais visto crescimento igual ao dos “trinta anos gloriosos”. A economia global nos anos 1980 e 1990 foi capaz de crescer devido a uma combinação de fatores: a expansão do mercado na Rússia, Europa Oriental e China com sua mão-de-obra barata, o aumento da exploração da classe trabalhadora após a derrota sofrida pelo movimento trabalhista e o uso maciço do crédito que expandiu artificialmente o mercado e adiou a crise até o surto de 2007.

### Keynes está de volta?

Com a eclosão da crise, a maioria dos economistas keynesianos tentaram uma vingança sobre seus rivais, acusando a economia ortodoxa de ser, por sua vez, responsável pela crise. Assim, mais uma vez os polos se inverteram, mas a tentativa de propor políticas keynesianas em grande escala caiu em ouvidos moucos.

Alguns citam o “American Recovery and Reinvestment Act” aprovado por Obama em fevereiro de 2009, com seus 800 bilhões de investimento, como um exemplo da política keynesiana, mas na realidade economistas keynesianos como Krugman e Stiglitz o descreveram como insuficiente para responder à profundidade da crise. O crescimento registrado nos Estados Unidos nos últimos anos, mais do que depender das políticas keynesianas, é resultado da exploração da classe trabalhadora cujos salários estão estagnados e não cresceram desde 1997. A eleição de Trump é, além disso, a expressão de uma profunda crise na sociedade americana e sua hegemonia em nível internacional.

Nem mesmo deste lado do Atlântico, mesmo que mais tarde do que nos Estados Unidos, faltaram os estímulos. As instituições europeias intervieram em várias ocasiões para salvar os bancos, imprimindo dinheiro com o “Quantitative Easing” para o valor astronômico de mais de € 2 trilhões, sem que isso tivesse qualquer efeito significativo. Em todo caso, a questão central é que nenhum país europeu com as atuais taxas de crescimento, que nas últimas décadas são um terço das que existiam no boom do pós-guerra, pode arcar com uma verdadeira política keynesiana, sobretudo porque uma política deficitária aumentaria ainda mais o já elevado endividamento dos Estados e o risco de calote sem uma real saída da crise. A experiência do Japão, em que durante anos todos os ti-

pos de tentativas de políticas deficitárias foram feitas, prova isso.

Até hoje, o único país que pode arcar com uma política keynesiana é a China, que lançou um plano sem precedentes de investimento público em infraestrutura, mas não só isso. Eles também ativaram um plano para oferecer crédito fácil que corre o risco de aumentar as contradições da economia do país com o aumento da dívida pública e privada. O recurso ao crédito, embora tenha por enquanto salvado a economia chinesa, está produzindo bolhas especulativas e corre o risco de desencadear uma crise mais profunda no futuro.

A partir de hoje, portanto, um retorno a Keynes é impossível, ainda mais se com isso nos referimos, além do apoio à demanda e aos investimentos, uma política de proteção social.

### **Keynes, Marx e as razões da crise**

É paradoxal o sucesso de Keynes à esquerda, especialmente se considerarmos que o economista britânico foi um orgulhoso defensor dos interesses da burguesia.<sup>10</sup> E notável é a aversão de Keynes a Marx<sup>11</sup> e sua luta contra os ideais revolucionários e o bolchevismo. Keynes e Marx compartilham a tese de que o sistema econômico capitalista é instável, no entanto, as razões identificadas por ambos são muito diferentes.

O capitalismo para Keynes é um sistema econômico que pode tender para o pleno emprego (que do ponto de vista marxista é uma utopia) e para a melhoria do bem-estar social para todos. No entanto, essa tendência pode ser prejudicada por um mau funcionamento do setor financeiro, o setor de rentistas. Os “animal spirits”, ou seja, a confiança no futuro dos investidores, podem ser abalados por estas disfunções que criam instabilidade e, portanto, recessão. As crises geram uma contração na propensão de investir por parte daqueles que possuem recursos monetários e um

aumento na propensão de poupar. O acúmulo excessivo de economias é na verdade para Keynes uma das manifestações da recessão. A preferência pela liquidez, que é um dos sintomas de incerteza, coloca o investimento em segundo lugar para manter o dinheiro para fins de precaução. Com o declínio dos investimentos surge uma crise na demanda efetiva e com ela ocorre também um colapso no consumo e no emprego. Toda a Teoria Geral visa encontrar soluções para garantir que o nível de investimento, que é o motor do crescimento econômico, não entre em colapso. Os principais remédios identificados em contextos de crise econômica são dois: reduzir a taxa de juros e aumentar os gastos públicos. Keynes argumentou que, utilizando esses dois instrumentos e através da regulação do mercado, a humanidade garantiria, num período razoável, um futuro sem crises e sem rentistas.<sup>12</sup>

É fato que, segundo Keynes, seria possível alcançar o pleno emprego, mas muitas vezes é silenciado o método sugerido para fazê-lo. Para o economista inglês, na verdade, como existe uma ligação entre salários reais e produção, o único remédio para garantir o pleno emprego é o corte dos salários reais. As razões das crises em Keynes permanecem dentro dos limites da economia clássica, na medida em que sua manifestação é o produto de ineficiências no sistema que podem ser remediadas. Os instrumentos keynesianos de política econômica estão, portanto, longe de ser concebidos como medidas econômicas de apoio à classe trabalhadora.

Para Marx, a crise não é o resultado de uma falta de demanda, mas de uma superprodução. Ao contrário da economia keynesiana, para Marx o coração do capitalismo não é representado pelo investimento, mas pela busca do lucro: isto é o que impulsiona os capitalistas a investir. Para maximizar os lucros, os capitalistas devem

produzir explorando ao máximo as forças produtivas, inundando o mercado com mercadorias, que inevitavelmente permanecem não vendidas e o lucro não realizado.

A incapacidade de transformar os bens produzidos em lucro é o principal elemento que causa a superprodução e, portanto, a crise. A confiança do investidor, os “animal spirits” e todas as motivações idealistas e subjetivistas que encontram espaço na teoria keynesiana são substituídos na teoria de Marx por razões objetivas e materiais que explicam em profundidade as leis do capitalismo. Não se trata de ter ou não confiança no futuro, mas da rentabilidade ou não do mercado, um processo que Marx explicou no terceiro volume de O Capital com a teoria da tendência à queda da taxa de lucro. O estímulo keynesiano pode ser útil a curto prazo, mas por si só não é capaz de resolver a crise: na verdade, ninguém está disposto a investir se já houver uma subutilização das forças produtivas atuais.

### **A esquerda revolucionária e a luta contra o capitalismo**

Um setor dominante da burguesia e das instituições que a representam, a começar pela União Européia, apresentam a austeridade como inevitável. Isso do ponto de vista de seus interesses de classe possui sua própria lógica, mas em nenhum dos países essas políticas produziram os resultados desejados. Na Grécia, o ataque da Troika e a traição de Tsipras tornaram a operação bem-sucedida, mas o paciente está morto.

O massacre social que estão levando a cabo, o aumento espantoso das desigualdades e os ataques às condições de vida de milhões de pessoas demonstram o beco sem saída em que se encontra o capitalismo. A crise obviamente reduz os espaços para um novo compromisso social e empurra a classe dominante a aprofundar os ataques, mas em

geral a recuperação é lenta e os investimentos e a produtividade do trabalho permanecem baixos, enquanto a burguesia não tem fórmulas para apelar a fim de sair da crise.

Neste contexto, o resgate do keynesianismo é pouco mais do que um reflexo de uma época que

já não existe e nunca mais voltará. São as condições materiais e a falta de margens econômicas que tornam a possibilidade de reformar o capitalismo mais utópica hoje do que ontem.

Uma nova esquerda da classe trabalhadora não será capaz de responder à crise do liberalismo

tirando a poeira de Keynes, mas redescobrimo Marx. O rearmamento ideológico e a delimitação do campo do ponto de vista de classe serão fundamentais. A luta contra a austeridade deve passar inevitavelmente por mobilizações em massa e um programa que vise derrubar este sistema.

### Notas

1. O debate sobre esse tema, embora reacendido com o surto da crise de 2008, não é novo. Ver “A utopia keynesiana e a crise orgânica do capital”, disponível no seguinte link: <https://old.marxismo.net/crisi-economia/economia/crisi-economica/lutopia-keynesiana-e-la-crisi-organica-del-capitalismo>.
2. Ordo-liberalismo, ou economia social de mercado, é uma escola econômica originada em Friburgo, na Alemanha, nos anos 1930. O nome vem da revista *Ordo*, fundada pelo economista Eucken em 1940. Ao contrário do liberalismo clássico, que considera o mercado como uma realidade autônoma na qual o Estado não deve intervir, o ordoliberalismo argumenta que um papel ativo do Estado é necessário para garantir a máxima concorrência.
3. Aqueles que se opõem a Keynes tendem a ressaltar que Roosevelt era contra a idéia de gastos deficitários do Estado e era um defensor, pelo menos em seus primeiros anos de mandato, de um orçamento equilibrado. Entretanto, essa crítica é secundária em relação ao coração econômico do New Deal e ao papel do Estado na economia.
4. A partir do final de 1934, o Federal Reserve tornou-se o principal centro de influência keynesiana. Em 1938 um grupo de economistas keynesianos se estabeleceu em Washington em torno do economista Lauchlin Currie. Sobre isto ver: A. Sweezy, *The Keynesians and Government Policy, 1933-1939*, em *The American Economic Review* Vol. 62, No. 1/2 (Mar. 1, 1972), pp. 116-124.
5. Para mais detalhes sobre esses aspectos, como também sobre outros abordados neste artigo, veja Luca Lombardi, “Il Keynesismo non può condurci fuori dalla crisi”, disponível no seguinte link: <https://old.marxismo.net/economia/economia/economia/il-keynesismo-non-puo-condurci-fuori-dalla-crisi>.
6. Ver J. K. Galbraith, *History of Economics*, Milão 1988, pp. 216-246.
7. L. Trotsky, *Obras Seleccionadas*, vol. 9, Roma 1997, p. 290.
8. T. Grant, *The Long Red Thread*, Ac Editoriale, Milão 2007, p. 452.
9. Na teoria keynesiana o desemprego deriva do baixo nível de demanda agregada enquanto a inflação é concebida apenas em um mercado que atingiu o pleno emprego.
10. No ensaio “Sou um Liberal?” Keynes esclarece sua escolha de campo: “Devo me filiar ao Partido Trabalhista? À primeira vista é mais sedutor, mas visto de perto isso apresenta grandes dificuldades. Para começar, é um partido de classe, e de uma classe que não é a minha. Se tivesse que perseguir interesses sectários, eu apoiaria os meus. Quando se trata da luta de classes propriamente dita, meu patriotismo local e pessoal (como o de qualquer outro, exceto por alguns poucos zelotas relutantes) vai para o meu ambiente: serei influenciado pelo que me parece ser justiça e senso comum, mas a luta de classes me encontra do lado da burguesia educada” (J. M. Keynes, *La fine del laissez-faire e altriscritti*, Turim 1991, p. 46).
11. Keynes, em uma carta à Sraffa do dia 5 de abril de 1932, escreveu: “Eu sinceramente tentei ler os volumes de Marx, mas eu juro que não fui capaz de entender o que você encontrou neles e o que você espera que eu encontre! Eu não encontrei uma única frase que tenha qualquer interesse por um ser humano dotado de razão. Para os próximos feriados, você deve me emprestar uma cópia sublinhada do livro”. E de novo, “Mas os princípios do laissez-faire tiveram outros aliados além dos manuais de economia. Deve-se reconhecer que estes princípios conseguiram entrar na mente dos filósofos e das massas devido à má qualidade das correntes alternativas – por um lado o protecionismo, por outro o socialismo de Marx. Essas doutrinas são, em última análise, caracterizadas não só e não tanto pelo fato de contradizerem a presunção geral a favor do laissez-faire, mas também por sua simples fraqueza lógica. São ambos exemplos de um pensamento pobre e da incapacidade de analisar um processo levando-o a suas conseqüências lógicas. [...] O socialismo marxista deve permanecer sempre um mistério para os historiadores do pensamento; como uma doutrina tão ilógica e vazia poderia ter exercido uma influência tão poderosa e duradoura sobre a mente dos homens e, através deles, sobre os acontecimentos da história” (J. M. Keynes, *The End of Laissez-Faire and Other Writings*, cit., pp. 34-35).

# A revolução gráfica do Maio Francês de 1968

Daniele Chiavelli

França, 14 de maio de 1968. Em Paris, a Sorbonne acaba de ser reocupada por estudantes e a cidade é atravessada por uma manifestação oceânica: já começou a greve geral que bloqueará durante dias todo o país, fazendo De Gaulle e o capitalismo francês estremecerem. Na semana anterior, barricadas e confrontos duros entre estudantes universitários e policiais inflamaram o distrito da Sorbonne<sup>1</sup>. Não muito longe dessas ruas, um grupo de jovens, em sua maioria artistas e estudantes, decide ocupar o prédio da Rue Bonaparte, sede da École Nationale Supérieure des Beaux-Arts (Escola Nacional Superior de Belas Artes). O edifício, com seus equipamentos e teares, logo foi utilizado como um laboratório popular a serviço da mobilização. “Atelier Populaire oui – atelier bourgeois non” (ateliê popular sim, ateliê burguês não) é o slogan que aparece no muro da entrada do edifício.

É o início da experiência do Atelier Populaire, a tarefa é clara desde o início: “apoiar concretamente o grande movimento de trabalhadores grevistas que ocupam as fábricas contra o governo antipopular de De Gaulle” é o que se encontra escrito nos primeiros documentos políticos<sup>2</sup>. Embora seja o ateliê de Maio que ficará na história, não é o único exemplo de escola de arte em apoio às lutas estudantis e dos trabalhadores. Outros são ocupados, em Paris e em outras cidades da França, tornando-se oficinas autogeridas por ativistas do movimento. Mas o Atelier Populaire não se destaca apenas como o mais ativo, é o que faz a revolução no nível comunicativo, colocando a serviço da luta política um novo modelo de cartaz. A arte gráfica desse novo modelo é caracterizada pela impressão em serigrafia de figuras



Fig. 3

estilizadas, cromaticamente homogêneas e, se necessário, tomadas como emblemas, quase sempre acompanhadas de pequenos slogans ou trocadilhos que reforçam o estilo icônico. É um esquema essencial que ganha vida com base em uma necessidade em sintonia com o propósito descrito: renovar completamente o registro expressivo da propaganda política, visando transmitir contextos conflitantes e mensagens de derrubada do status quo. Observando as impressões produzidas, nota-se imediatamente a completa ausência de formulações medidas ou retóricas, próprias a um quadro reformista e ligadas à compatibilidade do sistema, características que são recorrentes na propaganda e nos cartazes das organizações históricas de esquerda<sup>3</sup>.



Fig. 1

Os ativistas de Maio se movem em outro âmbito: a sociedade deve ser questionada e a unidade entre os sujeitos sociais em luta é um dos elementos que cria as condições para poder transformá-la.

No primeiro cartaz do Atelier essa necessidade se refere aos trabalhadores e estudantes; o cartaz criado é composto de três palavras: usines, universités e union (fábricas, universidade e união), das quais a última é destacada. A unidade é enfatizada ainda mais na representação das três grandes letras iniciais “U” verticalmente dispostas quase que ligadas entre elas (Figura 1).

Se levarmos em consideração toda a produção, o tema da unidade, principalmente entre os trabalhadores, muitas vezes se junta ao que pode ser considerado a perspectiva “primordial” do Atelier: uma longa e contínua luta<sup>4</sup>. Esse conjunto de fatores é evidente mesmo nos cartazes mais célebres. Os das figuras 2 e 3 são exemplos diferentes: no primeiro o slogan “Foi dado o impulso para uma luta prolongada” acompanha a representação de uma flecha, formada



Fig. 2

por um povo unido e indicando a direção comum ao longo da qual a mobilização deve continuar; no segundo cartaz um único corpo, formado por figuras de trabalhadores sem elementos divisórios e fundidas entre si, parece determinado a avançar enquanto afirma a vontade de “continuar a luta”.

A insistência com que é reafirmada a unidade como o caminho comum de luta não é consequência da inspiração de algum artista revolucionário que dita a linha dentro do Atelier, mas é resultado da elaboração coletiva e do método de trabalho coletivo realizado desde o início, é consequência da atividade totalmente inserida na luta social e das sólidas relações estabelecidas com a classe trabalhadora, até mais do que com o movimento estudantil. O eficiente cartaz “trabalhadores

franceses e imigrantes unidos”, por exemplo, foi projetado em conjunto com o comitê de greve das fábricas da Citroën (figura 4)<sup>5</sup>.

Colocar esses aspectos em segundo plano, relegando-os a elementos secundários por nos concentrarmos exclusivamente na interpretação dos cartazes produzidos, não faz justiça a essa experiência e não nos coloca em condições de entender sua total imersão no processo revolucionário em curso.

O Atelier Populaire, de fato, é antes de tudo um lugar de atividade política: todos os dias há a assembleia geral, geralmente à noite para permitir a mais ampla participação e análise diária dos eventos. Dentro do edifício é organizada uma cantina para ativistas e um serviço de segurança é ativo dia e noite.

A assembleia é aberta ao movimento, trabalhadores e militantes organizados acompanham os estudantes e jovens artistas. A partir dos fatos do dia e da situação política atual, a discussão se articulava sobre o desenvolvimento das lutas em andamento, sobre as declarações de De Gaulle ou do governo, sobre a força repressiva posta em campo. Com base na análise, são feitas propostas para projetos de cartazes, a mensagem política é estabelecida e como transmiti-la através de elementos gráficos e palavras de ordem. Tudo é posto à

votação, evitam-se muitos slogans ou projetos excessivamente simplistas e se torna explícita a opção de não assinar os cartazes, a não ser como um coletivo. Tudo isso é o coração da atividade (a partir do qual a linha política do Atelier ganha vida). A fase de execução, por mais importante que seja, é consequência direta<sup>6</sup>.

O cartaz que no imaginário coletivo encarna o Dia do Maio francês tem como protagonista o mais famoso elemento gráfico, de forma simples e estilizada, nascido dessa experiência: a fábrica (figura 5).

Além da fábrica, vários locais de trabalho e categorias profissionais tornaram-se protagonistas de cartazes específicos graças à sua adesão maciça e feroz à greve: maquinistas de transporte ferroviário e urbano, postiers (trabalhadores dos correios), comerciantes, bateliers (transportadores fluviais), trabalhadores da construção civil, técnicos de rádio e TV estatais, pescadores e outros setores. Mesmo a mobilização dos paysans (camponeses) não é ignorada (figuras 6 a 9).

Mas a fábrica obviamente desempenha um papel central na produção e na luta pela derrubada do sistema. Ela aparece repetidamente nas impressões do Atelier, tornando-se um verdadeiro emblema da classe trabalhadora e de sua força. Nos dias em que a mobilização se estendeu e uma onda de



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9

ocupações dos locais de trabalho envolveu todo o país, paralisando todas as atividades e colocando-as nas mãos dos grevistas, a representação desse ícone recebe uma pequena e simbólica variação.

A eficácia da greve, na verdade, não apenas muda qualitativamente as relações de força entre a classe trabalhadora e a classe dominada, mas abre caminho para uma “nova perspectiva” indefinida que, no entanto, é retratada espelhando a fábrica em relação à sua representação habitual anterior (figura 10).

Na consciência de não querer atribuir ao Atelier responsabilidades de tamanho exagerado na liderança política do movimento, a mensagem do cartaz “Sim/Fábricas ocupadas” reflete implicitamente a contradição de fundo ao Maio francês. No momento em que a produção está completamente bloqueada e sob o controle da classe trabalhadora, não há indícios do início de um caminho que resulte no salto qualitativo realizado: há uma completa falta de elementos capazes de orientar os trabalhadores para a tomada concreta do poder, e nenhuma palavra de ordem para alcançar o governo popular (e, portanto, a mudança do sistema) encontra espaço.

Em tal estrutura, os slogans do Atelier seguem a clássica luta até o final, conforme emerge do cartaz “Apoiar as fábricas ocupadas para a vitória do povo” (figura 11).

A ausência de uma perspectiva reconduz a luta à esfera dos acordos contratuais. A responsabilidade é, em primeiro lugar, das organizações tradicionais de trabalhadores: no final de maio, depois de chegar a acordos sindicais para algumas categorias, os líderes do sindicato CGT e do Partido Comunista Francês promovem a retomada dos trabalhos e escancaram as portas à completa desorientação e progressiva desmobilização dos grevistas<sup>7</sup>.

“Ceder um pouco”, aceitando entendimentos com o outro lado, corresponde à “capitulação total”, sublinha o cartaz do Atelier (figura 12).



Fig. 10

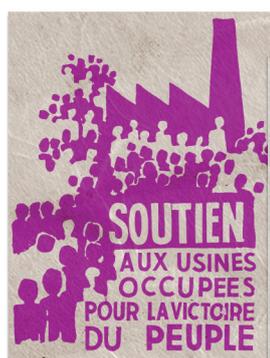


Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14



Fig. 15

Fig. 16

Em 10 de junho, contam-se mais de 1 milhão de trabalhadores de braços cruzados<sup>8</sup>, mas a parcela que recusa o imediato “retorno à normalidade”, continuando com ocupações, piquetes e greves até o fim, sofre severa repressão, como é o caso dos trabalhadores da Renault e da Peugeot.

A fábrica da Renault em Flins (a 40 quilômetros da capital) é um dos pontos de referência para os metalúrgicos em luta e para o movimento estudantil: a polícia chega à fábrica ordenando a retomada imediata das atividades, ao que se seguem repetidos confrontos e uma manifestação em apoio à luta. “Trabalhar agora significa trabalhar com uma arma nas costas” são as palavras de ordem do Atelier contra a interrupção da greve (figuras 13 e 14).

Nessas mesmas horas em Sochaux, cidade francesa na fronteira com a Suíça, nas fábricas da Peugeot os grevistas da empresa automobilística prosseguem o piquete, mas seu isolamento, implicitamente presente também no cartaz em que um único operário luta contra o leão da marca da empresa (figura 15), abre o caminho para uma re-

pressão muito violenta: no dia 11 de junho, dois operários são mortos por policiais (figura 16).

O impulso revolucionário de Maio é assim sufocado, as ocupações chegam ao fim, a fábrica retorna a ser representada da maneira clássica (não mais espelhada) e no cartaz o texto “A detenção começa” é colocado sob o pé do policial (figura 17).

Enquanto o ícone da fábrica encarna, em toda a produção do Atelier, a classe social que é decisiva para a mudança do sistema, a figura estilizada de De Gaulle, considerado o principal adversário, é usada sempre que possa ser sarcasticamente atacada e desacreditada.



Fig. 17



Fig. 18



Fig. 19

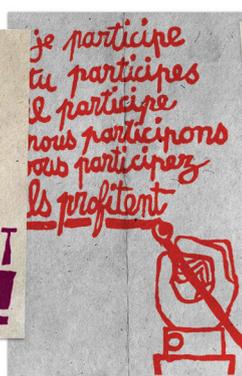


Fig. 20



Fig. 21



Fig. 22

É assim, por exemplo, quando o general fala de reformas, definindo a luta dos estudantes como “chie enlit”<sup>9</sup> (“mijar na cama”) ou quando anuncia um referendo sobre “participação” (figuras 18, 19, 20).

A resposta a um novo modelo gaullista de “associação entre capital e trabalho” foi oportuna e a produção do cartaz foi imediata quando, em meados de junho, De Gaulle apareceu na TV e se definiu como um anjo que, embora incompreendido, salvara seu povo dos demônios (figuras 21, 22).

A onda de repressão, denunciada sistematicamente nos cartazes, também chega à escola de arte ocupada: o edifício que abriga o Atelier é evacuado em 27 de junho. No mês e meio de atividade, somam-se 350 cartazes e, nas fases mais intensas, a produção diária ultrapassava 2 mil cópias<sup>9</sup>. Enquanto isso, além das fronteiras francesas, a difusão dessa experiência nos movimentos de 1968 acabava de começar.

### OS EFEITOS SOBRE O MOVIMENTO DO 1968 ITALIANO

Uma representação da “Revolta de Maio” através de uma revolução comunicativa, é assim que os cartazes foram vistos pelos jovens protagonistas do 1968 italiano. Em muito pouco tempo, publicações, livros e revistas começam a reproduzir les affiches (os cartazes

franceses)<sup>10</sup>. O efeito sobre o movimento foi tal que, nas universidades ocupadas ou nos laboratórios criados ad hoc, começou a ser impresso material de propaganda no qual a referência ao modelo francês é explícita. Assim, nas paredes de Bolonha, Turim e Milão, apareceram cartazes caracterizados pelo registro expressivo do Atelier Populaire: os mesmos temas e

formas, a mesma homogeneidade cromática, slogans análogos ou palavras de ordem idênticas, mas, sobretudo, a mesma carga disruptiva e antissistêmica.

Não se trata da mera necessidade de renovação cultural da propaganda política. O que o movimento estudantil, os coletivos e os grupos de trabalhadores e estudantes tentaram trazer para a luta social é o exemplo de Maio: a unidade entre estudantes e trabalhadores e o papel da classe trabalhadora na luta contra o sistema (figuras 23, 24 e 25)<sup>11</sup>.

De uma magnitude diferente é a influência sobre as organizações históricas da esquerda, mesmo que seja necessária uma distinção entre partidos e sindicatos. Embora tenha entrado na imaginação de ativistas de base de toda a esquerda, a revolução comunicativa não conseguiu seduzir a liderança do PCI (Partido Comunista Italiano): a linguagem daquele modelo não era muito semelhante à “via italiana para o socialismo”, às “reformas estruturais” e às outras palavras de ordem que distinguiam a linha do partido<sup>12</sup>. Uma forte timidez em relação a esse esquema disruptivo surgiu também naqueles cartazes, produzidos pelas seções locais do partido, que mostravam uma ligação com a iconografia de Maio.

Esse é o caso do cartaz produzido pela seção bolonhesa do PCI em 1969 para anunciar o festival provincial da Unidade (figura 26).

“Os manifestantes ferrenhos [presentes nos trabalhos do Atelier



Fig. 23



Fig. 24



Fig. 25



Fig. 26

Populaire] foram transformados em um povo genérico com bandeiras – entre os quais também se podia reconhecer as famílias e as crianças – que lotavam as estruturas do centro de exposições para ouvir os discursos de seus líderes. Os gráficos, portanto, foram totalmente desvalorizados em relação ao original, tanto na mensagem como no layout geral”, salienta o historiador Gambetta<sup>13</sup>.

Trata-se de uma reelaboração gráfica que, embora filtre fortemente “a radicalidade excessiva” do modelo parisiense, não será levada em consideração pelo escritório central de propaganda do PCI, pelo menos no período revolucionário de dois anos e no período imediatamente seguinte. Nos anos 1970, na verdade, nenhum cartaz nacional da esquerda tradicional, assim como dos partidos de centro e de direita, foi inspirado nos franceses. Foi somente na década seguinte que esses gráficos, agora já utilizados em abundância, marcaram a comunicação dos partidos tradicionais<sup>14</sup>.

Completamente diferente é a abordagem e o condicionamento sofridos por aquelas organizações de extrema esquerda que se formaram no calor da luta social, entre 1968 e 1969. Além de se apossarem desse novo esquema expressivo, elas se baseiam – de forma mais ou menos sistemática – em imagens e palavras de ordem. Entre essas organizações, a Lotta Continua (Luta Contínua) dá um passo adiante. A organização orientada por Adriano Sofri, de fato, nasce (e se promove) como uma organização fundada sobre a prática da luta e não só retoma em seu nome (tornando-a uma prática e um elemento estratégico) o slogan principal dos cartazes franceses, mas constrói sua própria propaganda, pelo menos na fase inicial, assumindo esse patrimônio iconográfico como uma referência de identidade<sup>15</sup>.

Essa escolha bem definida teria uma repercussão, que continuaria nos anos seguintes, sobre os sindicatos tradicionais de metalúrgicos



Fig. 27

de Turim (e muito marginalmente sobre a Câmara de Trabalho local).

A batalha travada em Turim é crucial<sup>16</sup>: frente ao processo de radicalização dos trabalhadores, a Fiat – posto avançado do capitalismo italiano e ponto de referência para toda a classe trabalhadora – se torna o grupo industrial no qual o choque entre os sindicatos históricos e a extrema esquerda emergente se dá da maneira mais amarga. A direção e o controle das mobilizações são decisivos para manter ou tentar ganhar hegemonia sobre o movimento operário nacional. Por essa razão, o ponto de virada realizado pelos líderes sindicais na capital piemontesa é decisivo. Ali o “Outono Quente” se caracteriza pela recuperação das organizações históricas: a permeabilidade às demandas da base e a atitude conciliadora em relação aos delegados e conselhos de fábrica permitem que os sindicatos nacionais levem a liderança das mobilizações na Fiat para longe da Lotta Continua. Tal reviravolta também se deu através do apoio da propaganda renovada e, nos anos seguintes, a Federação

dos Metalúrgicos de Turim, determinada a manter o controle daquela fortaleza dos trabalhadores, recorreu fortemente ao modelo expressivo do Atelier<sup>17</sup>.

O contraste que existe entre a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos (FLM), nascida em 1972 da união da Federação dos Empregados Operários Metalúrgicos (FIOM), da Federação Italiana dos Metalúrgicos (FIM) e da União Italiana dos Trabalhadores Metalúrgicos (UILM) e estruturada a partir dos conselhos de fábrica, de um lado e do outro os Comitês Unitários de Base (CUB) e setores da esquerda revolucionária<sup>18</sup> também se expressa no nível da produção gráfica (figura 27).

O cartaz “Agnelli l’Indochina ce l’hai in officina” (“Agnelli, você tem o Vietnã na sua fábrica”) é obra do CUB Fiat Mirafiori (1973).

A mensagem é diferente nos cartazes produzidos pela FLM: além de denunciar a agressividade e a falta de razoabilidade do outro lado, os temas que frequentemente emergem são referentes a contratos, reformas ou desenvolvimento econômico<sup>19</sup>.

Se por um lado a revolução expressiva do Atelier Populaire, com suas mensagens de ruptura e antissistema, provocam uma ruptura na imaginação coletiva do movimento, por outro lado os sindicatos de massa tradicionais não hesitam em usar, quando necessário, aquele estilo visual novo e perturbador para fortalecer a manutenção de seu papel na ordem social inalterada em que estão (e pretendem permanecer) inseridos. A linguagem da propaganda desempenha assim, em uma fase de mobilização e radicalização, um teste decisivo para as organizações tradicionais de sua capacidade de recuperação e adaptação aos impulsos vindos da base e colocados em campo. Depreciar ou ignorar essa capacidade constitui um erro para qualquer vanguarda revolucionária que tenha como objetivo a derrubada do sistema.

## Notas:

0. Nota de tradução: O termo francês *chienlit* significa tradicionalmente um baile de máscaras, mas foi utilizado por Charles de Gaulle como trocadilho para *chie em lit*, que significa literalmente “cocô na cama”. O presente texto foi escrito originalmente em italiano e nele utilizou-se a palavra *piscialetto*, que significa alguém que faz xixi na cama.

1. Um estudo e análise aprofundados dos acontecimentos do mês de maio francês pode se iniciar a partir dos artigos “1968: o ano da revolução” de Barbara Areal, [www.marxismo.net/fm126/fm126-ins-maggio68.htm](http://www.marxismo.net/fm126/fm126-ins-maggio68.htm); “A revolução francesa de maio de 1968”, de Alan Woods, [www.marxismo.net/index.php/teoria-e-prassi/storia-delle-rivoluzioni/318-la-rivoluzione-francese-del-maggio-1968-prima-parte](http://www.marxismo.net/index.php/teoria-e-prassi/storia-delle-rivoluzioni/318-la-rivoluzione-francese-del-maggio-1968-prima-parte); “O significado de maio de 68”, de Francesco Giliani, [www.marxismo.net/index.php/teoria-e-prassi/storia-delle-rivoluzioni/380-il-significato-del-maggio-68](http://www.marxismo.net/index.php/teoria-e-prassi/storia-delle-rivoluzioni/380-il-significato-del-maggio-68)

2. O documento integral é apresentado – em sua língua original – no volume “Atelier Populaire présenté par lui-meme. 87 affiches de mai juin 1968”, Usines Universités Union Edition, coleção “Bibliothèque de Mai”, Paris, 1968, p. 10.

3. Veja: Augusto Pancaldi, “I manifesti della rivolta di Maggio”, Editori riuniti, Roma, 1968 ; William Gambetta, “I muri del lungo ‘68. Manifesti e comunicazione politica in Italia”, Derive Approdi, Roma, 2014.

4. As digitalizações de várias dezenas de affiches estão disponíveis na Biblioteca Digital da Bibliothèque Nationale de France no portal [gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr). Reproduções dos cartazes podem ser encontradas no portal [gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr): “Atelier Populaire présenté par lui-meme”, cit.; A. Pancaldi, “I manifesti della rivolta di Maggio”, cit.; Vasco Gasquet, “Les 55 affiches de Mai 68”, Aden, Bruxelles, 2007; “Les affiches de Mai 1968 ou l’imagination graphique” editado por Alain Gourdon, Bibliothèque Nationale Editeur, Paris, 1982.

5. Reportado em “Atelier Populaire présenté par lui-meme”, cit., pp.

6. Além do volume “Atelier Populaire présenté par lui-meme”, veja o artigo de Gervereau Laurent. “Les affiches de ‘mai 68’”, [www.persee.fr/doc/mat\\_0769-3206\\_1988\\_num\\_11\\_1\\_403849](http://www.persee.fr/doc/mat_0769-3206_1988_num_11_1_403849) e a entrevista “L’Atelier Populaire de l’ex-Ecole des Beaux-Arts. Entretien avec Gérard Fromanger”, [www.persee.fr/doc/mat\\_0769-3206\\_1988\\_num\\_11\\_1\\_403852](http://www.persee.fr/doc/mat_0769-3206_1988_num_11_1_403852); ambos em: “Matériaux pour l’histoire de notre temps”, n°11-13, 1988. “Mai-68: Les mouvements étudiants en France et dans le monde”.

7. Após a rejeição dos Acordos de Grenelle pelos trabalhadores, os líderes sindicais embarcaram no caminho de acordos separados, rompendo a frente da luta: setores de energia, têxteis, camponeses, trabalhadores ferroviários, trabalhadores postais e todas as outras categorias voltaram gradualmente ao trabalho após consultas sobre os sucessivos acordos. As consultas são realizadas sob pressão policial direta e são marcadas por vários incidentes, como é também reconhecido pela liderança da CGT, ver Georges Séguy, “Il Maggio 68”, Editori riuniti, Roma, 1974, p. 121.

8. Alguns dias antes, um grupo de estudantes, professores e militantes políticos ocupa a sede do Sindicato Nacional dos Professores lançando um apelo para a continuação da greve até a derrubada do poder gaullista. A este respeito, em G. Séguy, “Il Maggio 68”, cit., p... 126, lemos: “Uma vez que a rádio deu publicidade suspeita a um autoproclamado ‘Comitê Nacional de Greve Provisório’ que visa relançar a greve geral, o dirigente confederal [da CGT] declara: ‘Qualquer pedido de retomada da greve geral que, nas circunstâncias atuais, não tem justificativa deve ser considerado como uma provocação perigosa, uma vez que só pode servir aos inimigos da classe trabalhadora e da democracia’”.

9. “L’Atelier Populaire de l’ex-Ecole des Beaux-Arts. Entretien avec Gérard Fromange”, cit., pp.

10. Além do volume de A. Pancaldi, “I manifesti della rivolta di Maggio”, cit., veja as publicações da revista mensal *Quindici* no verão de 1968.

11. Ver W. Gambetta, “I muri del lungo ‘68’”, cit., pp. 29-31.

12. Para uma análise das mobilizações de 1968-1969 e um balanço político relativo, ver “In difesa del marxismo” n. 2: “1968 - 69 Un biennio rivoluzionario”, A.C. Editoriale, Milão, 2000.

13. W. Gambetta, cit., p. 30.

14. *Ibidem*

15. Para um estudo aprofundado da estratégia política da Lotta Continua, além de “In difesa del marxismo” n. 2, cit.; ver Luigi Bobbio, “Storiadi Lotta Continua”, Edizioni Feltrinelli, Milão, 1988, na p. 17 há um trecho do artigo “Una premessa alla discussione su Lotta Continua”, que apareceu no jornal homônimo em 8 de outubro de 1972; ele diz: “Nossa concepção da teoria revolucionária se contrapunha à elaboração livresca dessa teoria, e via na prática social, na capacidade de permanecer dentro das lutas da classe explorada, o ponto de partida para a reflexão teórica, e não o contrário”.

16. É assim para os sindicatos de massa, para o movimento dos trabalhadores, para as organizações de extrema esquerda, incluindo a Lotta Continua. Em L. Bobbio, “Storiadi Lotta Continua”, cit., p. 18, lemos: “Mas o que é decisivo para definir a natureza e a própria existência da Lotta Continua é o encontro no verão de 1969

*[dos quadros vindos do movimento estudantil e do Potere operaio toscano] com os trabalhadores das linhas Mirafiori que se tornaram o ponto central de referência política da Lotta Continua”.*

17. Vários cartazes produzidos pela FLM de Turim podem ser visualizados no portal do Museu de Design de Zurique ([www.emuseum.ch](http://www.emuseum.ch)).

18. Enquanto *A vanguardia operaia*, em 1973, recusa qualquer hipótese de trabalho político dentro dos sindicatos (ver Apêndice 2 - *Em defesa do Marxismo* n. 2, cit.), a Lotta Continua oficializa, com não poucas dificuldades, sua volta para os delegados e para os conselhos de fábrica, mas “embora o novo curso sobre os delegados seja oficialmente sancionado [pela I Convenção dos Trabalhadores, realizada em Turim em 14-15 de abril de 1973], a Lotta Continua nunca conseguirá desenvolver sistematicamente a batalha nos Conselhos; em parte pelas condições objetivas, em parte pelos limites internos à autocrítica” (L. Bobbio, cit., pp, p. 121).

19. Os cartazes “*Ritorno allanormalità*” (Retorno à normalidade), de dezembro de 1972, e “*Cedereun poco vuol dire perdere molto*” (Ceder um pouco significa perder muito), de janeiro de 1973, referem-se à renovação do acordo contratual que foi alcançado em abril de 1973. O cartaz “*Emigrazione sfruttamento pressione questa è la violenza Fiat*” (Emigração, repressão, exploração: essa é a violência da Fiat) é de fevereiro de 1973.

# Nahuel Moreno, revisionismo e adaptação na Guerra das Malvinas

Michel Silva e Serge Goulart

## Advertência

Este texto não tem por objetivo abrir ou realizar polêmica alguma com a miríade de organizações saídas da crise internacional do morenismo. Isso não nos interessa. Seu objetivo é exemplificar e restabelecer o método e o conteúdo da luta pela Frente Única Anti-imperialista nos países atrasados, dominados e oprimidos pelo imperialismo, países que nunca fizeram ou completaram uma revolução burguesa de fato e, portanto, nunca se alçaram à altura de seus senhores, os países capitalistas imperialistas. A questão da Frente Única não é uma questão menor para os revolucionários marxistas.

Esta questão apareceu pela primeira vez em 1921, com a Carta Aberta, de Paul Levi, dirigente do PC alemão, dirigida ao partido da Social-democracia, o SPD, propondo a constituição de um governo operário comum, sob certas circunstâncias. Esta questão, a Frente Única Operária, seria desenvolvida extensivamente no 3º e 4º Congresso da Internacional Comunista. Já a questão da Frente Única Anti-imperialista foi tema do 2º Congresso da IC, tratando do que se conhece como “Teses do Oriente”, que falava das colônias e semicolônias, do lugar da burguesia e da atitude dos comunistas frente à opressão imperialista, às burguesias nativas e à necessidade da luta pela libertação nacional ligada à luta pela revolução proletária.

Assim, este texto tem como objetivo principal ajudar os ativistas revolucionários a compreender o verdadeiro método do marxista na sua luta para realizar a unidade da classe, construir a organização revolucionária e ajudar a classe trabalhadora a tomar o poder. A política de Nahuel Moreno levada durante a guerra das Malvinas é um exemplo gritante do que não se deve fazer e uma demonstração que os esquemas, os clichês e a repetição de fórmulas esterilizadas não servem para a construção da organização revolucionária, nem para ajudar o movimento operário a avançar, e muito menos para se chegar à uma revolução vitoriosa.

Nosso objetivo é ajudar a educar os militantes revolucionários da causa da humanidade, o socialismo, a entender o verdadeiro método do bolchevismo de combate na luta de classes.

## A Guerra das Malvinas

Há 39 anos, em 2 de abril de 1982, a ditadura argentina ocupou militarmente as ilhas Malvinas, o que equivalia a declarar guerra contra o Reino Unido.

As ilhas Malvinas, segundo os argentinos, ou Falklands, segun-



Localização das Malvinas no Atlântico Sul

do os britânicos, é um arquipélago no Atlântico Sul com 778 ilhas. Foi ocupada por britânicos, espanhóis e franceses em diversos momentos, até que, praticamente abandonada, foi entregue pelo governo de Buenos Aires a um criador de gado alemão, em 1823. Em 1832 os britânicos ocuparam outra vez as Malvinas, integrando-as ao Reino Unido, e, a partir de 1833, as ilhas foram colonizadas por uma população predominante de escoceses e galeses. Mais tarde vieram escandinavos, franceses e espanhóis. Desde então, todos os governos argentinos, de Juan Manuel Rosas a Peron, entre outros, reivindicam as ilhas como pertencentes à Argentina.

Por mais de um século a empresa britânica Falkland Islands Company dominou as ilhas e desenvolveu a criação de ovelhas e a produção de lã, que era vendida para o Reino Unido. Do ponto de vista econômico, as Ilhas Malvinas nunca tiveram importância, tendo sido diversas vezes abandonadas. Do ponto de vista populacional, é predominantemente

de cidadãos britânicos com taxas residuais de chilenos (cerca de 8%). Por que, então, a ditadura militar argentina resolve ocupar as ilhas e provocar uma guerra com um país imperialista como a Grã-Bretanha?

A ditadura militar, encabeçada por uma Junta Militar, cujo principal general era Jorge Rafael Videla, que se estabeleceu em 24 de março de 1976, implantou o terror na Argentina e matou e desapareceu com mais de 30 mil pessoas, sendo de longe uma das ditaduras mais sanguinárias das Américas.

Em 1982, agora comandada pelo general Leopoldo Fortunato Galtieri, a ditadura já vivia seus estertores. O medo desaparecera, as mobilizações ressurgiram e as greves se ampliavam. Os partidos se reagrupavam e se manifestavam. Os sindicatos se enchem de atividade de base.

Quando Galtieri inicia sua aventura com a invasão das Malvinas a Junta Militar estava completamente desacreditada. A economia estava passando por sérias dificuldades, o

desemprego crescia e a taxa de inflação atingia 150%. Em julho de 1981 uma greve geral paralisou a Argentina, exigindo “Pão e Trabalho”.

Em 30 de março de 1982, três dias antes da invasão às Malvinas, a CGT realizou outra greve geral e manifestações em todo o país. Essas mobilizações foram recebidas com uma brutal repressão, o que não impediu que as massas ocupassem a Plaza de Mayo, em frente à Casa Rosada, palácio presidencial argentino, desde onde o “gorila” Galtieri teve que ouvir a imensa manifestação, que exigia o fim da ditadura militar e o aparecimento com vida dos desaparecidos.

A polícia cercou a praça e, com brutalidade, dispersou os trabalhadores, deixando cerca de cem feridos e mais de duas mil pessoas presas, entre elas dirigentes da CGT e o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel. Essa repressão provocou uma ainda maior onda de greves, que assesta um golpe quase mortal na ditadura cambaleante.

No Brasil a ditadura estava sendo atirada ao solo pelas grandes greves operárias, iniciadas em 1979. O contexto também foi marcado pelo surgimento do PT e pela reanimação sindical, que levaria à fundação da Pró-CUT e, depois, da CUT, em 1983.

Então, o general Galtieri, no comando da ditadura, resolve fazer uma “jogada de mestre”, para se salvar, tentando coesionar a população sob sua batuta, apelando ao nacionalismo, com base em uma reivindicação histórica da Argentina, e invade as Ilhas Malvinas. Essa era, na verdade, sua última tentativa de afastar a ameaça de uma situação revolucionária na Argentina.

O general calculou que o Reino Unido não faria nenhum esforço pelas ilhas e seus 3 mil habitantes, já que os havia abandonado à própria sorte havia tanto tempo.

Hoje em dia sabe-se inclusive que o governo britânico estava, naquele momento, secretamente negociando a entrega das ilhas para a Argentina. O general Galtieri, provavelmente com o cérebro turvado pelo sangue de 30 mil mortos e desaparecidos,

pensou que estas negociações secretas eram uma prova de que o Reino Unido nada faria contra a ocupação. Como se a Grã-Bretanha, a outrora rainha dos mares do mundo, fosse suportar publicamente a humilhação de ser despojada de territórios que considerava seus por um país dominado, semicolonial, dirigido por um general que praticamente não tinha exército, nem marinha e nem aviação militar.

Em 1979, Margaret Thatcher nomeara Nicholas Ridley como vice-chanceler e enviou-o à Buenos Aires. O vice-chanceler propôs uma solução ao estilo Hong Kong, em que a Grã-Bretanha transferiria as ilhas para a Argentina, mediante o arrendamento do território por um período que poderia oscilar entre 25 e 99 anos. Contudo, essa proposta não vingou, afinal os parlamentares britânicos se sentiram insultados em sua soberania.

### A trama secreta

Assim, as negociações saíram do palco e continuaram nos camarins, especialmente quando a situação econômica da Grã-Bretanha se deteriorou, e Thatcher já enfrentava sérios problemas políticos internos, que desaguou na greve geral dos mineiros contra o fechamento das minas, que durou mais de um ano.

Segundo o livro “A trama secreta”, de Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy (1983), a chamada “*Directiva Estratégia Militar*” (DEMIL), o plano de tomada das ilhas, elaborado pela junta militar, abrangia: “*Uma negociação bilateral muito intensa com Grã-Bretanha para convencer o governo de Sua Majestade do “fato consumado” seria acompanhada por concessões aos britânicos que iam desde indenizações a Falkland Island Company e aos ilhéus que desejarem emigrar, até oferecimento de uma estreita cooperação econômica com empresas britânicas que quiserem explorar com a Argentina o petróleo da contra austral e a pesca de crustáceos; envolver os Estados Unidos nas negociações [...]; trabalhar com os países do mundo ocidental, especialmente os do Mercado Comum Europeu, para que contribuíssem com a ação nor-*

*te-americana de convencer a Grã-Bretanha que não havia retrocesso possível e que devia aceitar o eixo tal qual estava levantado; intensificar os contatos com a União Soviética, China e países da Europa Oriental em uma ação dirigida a prever a consideração do problema no âmbito das Nações Unidas”.*

Era, portanto, um plano sem pé, nem cabeça, que não considerava a possibilidade da reação militar britânica, tratando o conflito como um enfrentamento entre duas potências equivalentes. E, pior ainda, tinham a certeza de contar com o apoio, ou, ao menos, com a neutralidade simpática dos EUA. Esta ideia, típica de quem só vê o mundo até a fronteira de seu próprio bairro, se apoiava no fato de que, desde o início do século 20, os EUA vinham trabalhando, e deslocando, o imperialismo inglês, que dominou a Argentina após sua independência política formal.

O general Galtieri, era um medíocre, típico oficial das Forças Armadas argentinas, “*que há pelo menos 40 anos fazem a seleção inversa dos seus quadros, incorporando exatamente aqueles que, por falta de espírito crítico, de falha na formação política, passam pelos sucessivos filtros até chegar ao posto de general*” (Martinez, 1983). E, como os EUA prepararam, organizaram, coordenaram e apoiaram publicamente o golpe que estabeleceu a ditadura sob controle da Junta Militar, Galtieri, que chegou ao poder contando totalmente com o apoio dos Estados Unidos, imaginava que seu dono estaria com ele e não com seu “inimigo”, pois, para o cérebro desses “gorilas”, a invasão das Malvinas serviria, também, aos interesses norte-americanos no Atlântico Sul. Isso tudo quando era claro o apoio mútuo internacional entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, entre outras coisas, por seus interesses comuns na OTAN.

O resultado da declaração de guerra ao império britânico foi um desastre militar e político que enterrou de vez a ditadura. Galtieri caiu, sendo substituído por outro general, Reynaldo Bignone, que tratou de elaborar uma Lei de Autoanistia,

para impedir que militares fossem julgados pelos seus crimes, declarou oficialmente mortos todos os desaparecidos e decretou a destruição dos arquivos que comprometiam a ditadura. Em setembro de 1983, foram eleitos presidente, senadores e deputados através de eleições gerais e, em 6 de dezembro de 1983, a Junta Militar assinou a ata de sua dissolução. Esses generais acabaram todos presos, e Videla morreu no cárcere.

### Uma estranha Frente Única

Seria isto apenas uma história a mais do ocaso de uma ditadura se não houvesse passado coisas muito curiosas no movimento operário argentino e em especial numa organização chamada PST, dirigida por Nahuel Moreno.

Essa conjuntura acabou provocando uma situação bastante curiosa, em que a ditadura estava prestes a cair, mas uma parcela do trotskismo argentino desenvolveu uma estranha tática revolucionária que... apoiava a falsa guerra da ditadura, ou seja, ajudava a sustentar o regime.

O Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), então dirigido por Nahuel Moreno (de quem o PSTU até hoje se reivindica herdeiro), não entendeu absolutamente nada das afirmações do 2º Congresso da Internacional Comunista sobre a luta contra o imperialismo nos países dominados. Não entendeu, igualmente, a explicação de Trotsky de que, frente à invasão da Abissínia, atual Etiópia, pela Itália fascista de Benito Mussolini, era preciso apoiar Haile Selassié, mesmo que ele fosse um monarca reacionário, pois tratava-se da agressão de um país imperialista contra um país atrasado e dominado.

Moreno, que se dedicou anos a revisar o marxismo e esterilizar seu conteúdo, cobrindo-se sempre com uma fraseologia supostamente revolucionária, entendeu que havia chegado a hora de uma Frente Única Anti-imperialista (FUA) junto com a ditadura de Galtieri contra o imperialista governo de sua majestade britânica. Desenvolvendo seu pensamen-

to esquemático e cheio de fórmulas rasteiras, Moreno estava tão contente de fazer uma FUA (que terminaria com uma revolução dirigida por ele próprio, naturalmente), que não conseguiu perceber que foi a ditadura militar, com seus 30 mil mortos, que atacou o império britânico. Moreno não conseguiu entender que Galtieri manobrava com o nacionalismo argentino para tentar salvar a ditadura que destruiu sindicatos, partidos e as liberdades democráticas.

O PST publicou um manifesto onde afirmava: *“Como socialistas, como anti-imperialistas e como argentinos reiteramos nossa decisão de participar com todas as nossas forças e com a maior energia no esforço e na luta que o povo argentino deve realizar para rechaçar a agressão imperialista, qualquer que seja o terreno em que a luta se desenvolva e qualquer que sejam os riscos que ela implique. Essa firme posição se mantém e se manterá acima das insuperáveis diferenças que nossa corrente mantém com o Governo Militar”* (Partido Socialista de los Trabajadores, *“El mandato de la hora: derrotar al invasor”*, 1982). O manifesto do PST chamava ainda *“todos os seus militantes, simpatizantes e trabalhadores em geral, a mobilizar-se para a defesa armada da soberania nacional”* (Partido Socialista de los Trabajadores, *“El mandato de la hora: derrotar al invasor”*, 1982).

Espantosamente Moreno e seus camaradas convocam os militantes a participar de uma guerra pela “defesa armada da soberania nacional”, que era, na verdade, uma aventura assassina, no meio do Atlântico Sul, contra uma das mais poderosas marinhas e aviação militar do mundo. E, falando, cinicamente, de uma “agressão imperialista”, que ocorrera há mais de 150 anos!

O texto deixa em segundo plano a luta de classes. Para construir seu argumento, o PST citava, também, uma famosa passagem de Trotsky: *“No Brasil reina agora um regime semifascista [o regime de Vargas, nota dos autores], que cada revolucionário apenas pode ver com ódio. Vamos supor, contudo, que amanhã a Inglaterra entre em um conflito militar com o Brasil. Eu te*

*pergunto de que lado do conflito a classe trabalhadora deve estar? Eu respondo pessoalmente por mim – nesse caso eu estaria do lado do Brasil ‘fascista’ contra a Grã-Bretanha ‘democrática’. Por quê? Porque o conflito entre eles não será uma questão de democracia ou fascismo. Se a Inglaterra fosse vitoriosa, ela colocaria outro fascista no Rio de Janeiro e um duplo jugo sobre o Brasil. Se o Brasil ao contrário vencesse, isso iria dar um poderoso impulso à consciência nacional e democrática do país e levar à derrubada da ditadura de Vargas. A derrota da Inglaterra iria ao mesmo tempo dar um golpe ao imperialismo britânico e dar um impulso ao movimento revolucionário ao proletariado britânico”*.

A interpretação apresentada por Moreno e seu partido pretende associar a guerra com a Inglaterra a uma luta de “libertação nacional”, aos moldes do que havia acontecido na América Latina ou mesmo na África. A ocupação das Malvinas pelos ingleses pouco ou nenhum impacto teve sobre a vida dos argentinos, levando-se em conta que a sua relação com a população da Argentina era quase inexistente. E há que se levar em conta que nunca houve a reivindicação dos moradores do arquipélago de ser parte integrante da Argentina. Portanto, não há possibilidade de aproximar o debate sobre as Malvinas com questões nacionais como a das antigas colônias da Ásia, africanas, ou mesmo com a da Catalunha, na atualidade. Um dos elementos centrais na atitude a tomar sobre a questão nacional, que pode inclusive levar à separação territorial, com apoio dos marxistas, sempre foi a atitude e a disposição da população em questão. Essa sempre foi a postura de Lenin e Trotsky sobre a questão. Por isso os bolcheviques foram capazes de apoiar a separação da Ucrânia. No caso das Malvinas não se manifestava na população a vontade de pertencer, ou reivindicar, a Argentina.

### Embrulhando a realidade

Para Moreno, a guerra entre Argentina e Inglaterra abriria uma situação revolucionária, afinal faria com

que os trabalhadores se chocassem com o imperialismo. Dizia Moreno, em seu balanço sobre a guerra: “A mobilização de massas começou contra o imperialismo inglês, continuou contra o yanqui, estreitou laços com os povos latino-americanos, e, por último, ante a vergonhosa capitulação, terminou enfrentando o próprio Galtieri e a ditadura em geral” (Nahuel Moreno, “1982: Comienza La Revolución”, maio de 1983). Para o esquema mental construído por Moreno, tudo era simples e linear: a guerra significava que os trabalhadores fariam uma experiência com sua burguesia e, diante do avanço de sua luta anti-imperialista, veriam que os governantes argentinos eram subservientes, exemplificado, entre outras coisas, no fato de que a ditadura não levou a guerra até o fim e optou por negociar sua rendição. O primeiro erro de Moreno é a tentativa de fazer passar em 1983 uma falsa ideia da realidade para cobrir sua política de adaptação e capitulação frente às manobras da ditadura, caindo no conto do “nacionalismo” dos generais a serviço do governo imperialista dos EUA.

O fato é que a burguesia argentina nunca apoiou a guerra. Desde 1980, o plano econômico do ministro Martínez de Oz afundava a economia argentina e, no início de 1982, o quadro era de uma quebra geral de empresas, desemprego e inflação.

Segundo Alberto Bonnet, professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) e editor da revista acadêmica Cuadernos del Sur (1985-2005), “A política econômica de Martínez de Hoz conduziu a uma corrida financeira aberta com o fechamento do BID no início de 1980 e seguida da fuga de depósitos em direção ao dólar e a consequente pressão sobre o câmbio atrasado. A garantia oficial sobre os depósitos dizimou as reservas do Banco Central e aumentou drasticamente a dívida pública, enquanto as taxas de juros continuaram subindo e os devedores entraram em insolvência. As diretrizes cambiais predeterminadas da “tablita” começaram a ser modificadas arbitrariamente, encerrando, assim, de forma caótica, a segunda e última fase da po-

lítica econômica de Martínez de Hoz. Em 1981 ocorreu a recessão aberta, que durou até a Guerra das Malvinas. O produto sofreu uma queda líquida, os salários reais caíram e o desemprego aumentou, enquanto novas desvalorizações e corridas financeiras se sucederam, o endividamento público externo continuou a aumentar e a capacidade de pagamento se deteriorou constantemente. Em meados de 1981, o endividamento do sistema bancário internacional jogou a Argentina à beira da inadimplência” (Artigo publicado, em 1997, na revista Razón y Revolución).

A coalizão burguesa que havia apoiado o golpe de 1976 e sustentado sua política contrarrevolucionária começava a se desintegrar. Desde o início de 1981, as principais organizações patronais argentinas, como a Sociedade Rural e a União Industrial, protestavam publicamente contra a situação de crise enfraquecendo a Junta Militar. A Igreja, comprometida inteiramente com a ditadura desde o seu início, sentiu a tempestade que se aproximava e começou a emitir documentos críticos.

Expressão disso foi a criação da “Multipartidária”, que reuniu principais partidos burgueses e que apoiou as manifestações convocadas contra a ditadura militar, evidentemente que sempre sob as bandeiras de “início da transição para a democracia” ou, como dizia o episcopado argentino, da “reconciliação nacional”.

Portanto, a ditadura se encontrava em fase terminal, antes mesmo da guerra. Moreno, buscando fórmulas e clichês que economizassem a capacidade e o esforço de elaboração e construção, não entendia nada do que se passava na consciência das massas e principalmente de sua vanguarda mais combativa. Assim, teve que passar a vergonha histórica de estar apoiando a falsa guerra nacionalista da ditadura cambaleante, que matara 30 mil militantes operários e jovens, enquanto as massas agarravam a palavra de ordem das “Madres de Mayo” e gritavam, nas greves e nas ruas, que: “As Malvinas são argentinas, mas os 30 mil desaparecidos também!” e “Vai acabar a ditadura militar!”

## A delegação internacional de Moreno em apoio à guerra dos gorilas argentinos

Ricardo Napurí, na época da Guerra das Malvinas senador peruano eleito pelo POMR e que, em março de 1982, fundou sua fração com o PST, da corrente de Nahuel Moreno, e se tornou um dos dirigentes da sua corrente internacional, conta numa entrevista concedida a Mario Hernández (especial para ARGENPRESS.info), 30 anos depois da guerra, que participou de uma delegação internacional à Argentina para apoiar a aventura da ditadura militar.<sup>1</sup>

Em seu livro “Pensando a América Latina. Crônicas autobiográficas de um militante revolucionário”, Napurí diz que sua presença na Argentina “durante o conflito das Malvinas permitiu promover o primeiro ato público durante a ditadura, que foi realizado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST)”. “Foi uma consequência do apoio do meu país. O governo militar argentino foi forçado a fazer algumas concessões. Nahuel Moreno, o líder máximo do PST, exilado na Colômbia, capturou a situação e instruiu o Dr. Enrique Broquen, advogado de direitos humanos, de família de militares, embora marxista e de esquerda, a organizar o apelo ao ato a pretexto das Malvinas, realizado no bairro do Congresso”.

Ricardo Napurí explica, ainda, que o Peru apoiou a Argentina na guerra das Malvinas com mísseis Exocets, aviões Mirage e instrutores militares: “A primeira coisa a destacar é que a iniciativa partiu das Forças Armadas, que tinham um vínculo histórico com seus pares argentinos”. Vínculo histórico entre ditadores militares são bem conhecidos. Até 1980, o Peru viveu a ditadura militar de Morales Bermúdez, que tomou o poder em 1975, através de um golpe sangrento contra seu ex-chefe, o também militar e ditador desde 1968, Juan Velasco Alvarado. Nada como ação entre pares no interesse do progresso e da humanidade!

Se entende que Napurí tenha graves problemas de memória quando fala que o primeiro ato público durante a ditadura foi organizado pelo

PST, mas a realidade é que, desde 1980, já se realizavam manifestações de rua e, em julho de 1981, a CGT realizou uma Greve Geral com manifestações massivas. Napurí sabe bem de tudo isso, mas há gente que perde o senso de realidade quando se trata de alavancar seu próprio prestígio e vaidade pessoal. Mas, o mais importante, aqui, é que Napurí reafirma a política de Nahuel Moreno de Frente Única com a ditadura.

Ele prossegue, na mesma entrevista: *“Tampouco se disse que as maiores mobilizações da América Latina ocorreram no Peru. Milhares e milhares de pessoas saíram em todas as cidades. Toda a esquerda, que era muito forte na época, e os movimentos sociais deram-lhe o conteúdo da reivindicação soberana. A intenção dos militares argentinos era manter o poder, mas isso não anula a questão da soberania que a Argentina reivindica neste momento por meios pacíficos”*. Outra vez um mundo paralelo se apresenta.

As mobilizações no Peru de que fala Ricardo Napurí só aconteceram a partir das provocações da ditadura argentina, em 19 de março, e após o início da guerra. Assim, dificilmente se pode falar da *“questão da soberania que a Argentina reivindica neste momento por meios pacíficos”*.

Napurí também conta como se deu sua atividade e sua ida à Argentina para hipotecar solidariedade à guerra da Junta Militar: *O Peru também viveu esse debate. Inicialmente, o Congresso peruano era neutro e eu, como senador, deveria liderar, junto com outros parlamentares, a mudança para o apoio à soberania argentina. Por esse motivo, liderei uma delegação à Argentina, pois fui eu quem propôs a moção, que mais tarde foi traduzida em um documento de apoio de várias páginas.*

Napurí explica: *Fui recebido pelo vice-chanceler argentino porque Costa Méndez não estava na época. Como eu era um ex-aviador e jornalista, eles me propuseram viajar para as Malvinas, mas como a guerra teve um curso negativo, não pude fazê-lo*. Aqui se deve entender “curso negativo da guerra” por desastre militar total, evidentemente. Napurí só não

foi até as Malvinas, portanto, num apoio público e total à aventura reacionária da Junta assassina, porque não teve a possibilidade.

E prossegue Napurí, narrando sua cruzada nacionalista fracassada, *“Quando mais tarde, no Peru, se conheceram as intenções da ditadura argentina, novamente se confundiu se cabia denunciá-la ou o resgate das ilhas. Lá apresentei outra moção parlamentar que mereceu as felicitações do governo alfonsinista (Já no governo de Ricardo Alfonsín, em 1983, nota dos autores) onde dizia que o ódio aos militares e à ditadura não podia deixar de lado o problema central que preocupa todos os países latino-americanos que em nosso território não podem fazer colônias de países imperialistas”*. Aqui Napurí chega às raias do cinismo e da hipocrisia ao afirmar que “mais tarde, no Peru, se conheceram as intenções da ditadura argentina...”, como se não estivessem claras desde o início, para qualquer militante que se reclamava do trotskismo. E, mesmo quando se questionava abertamente “se cabia denunciá-la (a guerra da ditadura argentina, nota dos autores) ou (defender, nota dos autores) o resgate das ilhas”, Napurí, dirigente internacional morenista, não hesita em defender sua vergonhosa política. Isto só prova o rasteiro pensamento deste homem e da política oportunista de Moreno.

Uma última lembrança desta operação internacional de Moreno. Napurí, em sua entrevista, conta que na delegação internacional organizada por Moreno também estava presente o deputado venezuelano Alberto Franceschi, então dirigente máximo do PST (Morenista, nota dos autores), da Venezuela, e que ficaria famoso, mais tarde, por ser o principal deputado de direita, na Assembleia Constituinte, liderando o combate, junto com toda a reação burguesa pró-imperialista, contra Hugo Chávez. Este homem passou a ser tão odiado pelas massas que teve que finalmente fugir por uma janela do edifício da Constituinte e, desmoralizado, abandonou a política e refugiou-se em suas terras no interior da Venezuela.

## A ditadura vai acabar

Galtieri estava tentando preparar um clima de “guerra nacional” publicamente, desde 19 de março, quando um comerciante argentino chamado Constantino Davidoff, em acordo com a Junta Militar, sob a aparência de uma operação comercial, desembarcou com alguns de seus trabalhadores e hasteou a bandeira nacional argentina em Puerto Leith, uma das Ilhas Geórgias do Sul. Imediatamente a marinha e o governo britânico reagiram. Foi, de fato, o começo do plano maluco.

Enquanto Moreno revisava o programa do marxismo sobre a questão nacional e a Frente Única Anti-imperialista, ou seja, as “Teses do Oriente”, do 2º Congresso da Internacional Comunista e do “Programa de Transição”, as massas apontavam o dedo em riste na cara dos governantes assassinos pró-imperialistas e prosseguiram suas greves e manifestações até por abaixo o regime odiado.

Não custa repetir: a forma de raciocinar de Morenocoloca em segundo plano a experiência que os trabalhadores vinham tendo com os ditadores nos anos anteriores, diante da perseguição à oposição política, do ataque às liberdades democráticas e do avanço da exploração capitalista. Os trabalhadores não precisavam de uma análise esquemática e simplista como a elaborada por Moreno para desenvolver uma consciência anti-imperialista, afinal era algo conhecido por todo o alinhamento dos ditadores com os Estados Unidos. Os trabalhadores não precisariam lutar ao lado de seus algozes para saber que não poderiam ter qualquer confiança neles, ou melhor, para entender que eles eram incapazes de levar adiante qualquer forma de resistência contra o imperialismo

Mas, se os trabalhadores não deveriam estar ao lado de sua burguesia no embate com a Inglaterra criado artificialmente pela ditadura, o que deveriam defender os trotskistas? Segundo Ted Grant, “os marxistas devem explicar que as contradições dialéticas em nível nacional e internacional provocaram esta guerra. É necessário explicar pacientemente como

esta guerra não serve aos interesses do povo argentino, nem do povo britânico, nem dos habitantes das Malvinas” (Ted Grant, “La crisis de las Malvinas”, maio de 1982). Alan Woods completa esse raciocínio, apontando que “a guerra foi reacionária, uma guerra imperialista por parte da Grã-Bretanha e o dever dos marxistas britânicos era se opor a sua própria burguesia. Por sua vez, os marxistas argentinos tinham o dever de opor-se à burguesia argentina e a seus agentes da Junta” (Alan Woods, “Las Malvinas: el socialismo, la guerra y la cuestión nacional”, fevereiro de 2004).

A única política revolucionária, na Argentina daquele momento, se expressou, brilhantemente, na palavra de “As Malvinas são Argentinas, mas os desaparecidos também! Abaixo a ditadura militar!”. Qualquer outro caminho, como o buscado por Moreno, não passava de oportunismo, adaptação e capitulação frente à ditadura.

Na política desenvolvida ao longo do processo, Moreno, como sempre, optou por buscar um atalho no caminho para atingir as massas. Agia de forma oportunista, pois sabia que a derrocada da ditadura estava próxima e que o desgaste do governo em uma guerra seria fatal para o regime. Mas, em vez de trabalhar para tirar a terra debaixo dos pés da ditadura, isolá-la ainda mais e a empurrar para o abismo, Moreno caiu na manobra da falsa guerra.

Ainda afirmava, depois de guerra: “O conjunto destes elementos levaram a definir a etapa da guerra como uma situação revolucionária, porque ali se combinou uma crise virtualmente total do regime militar e do conjunto das instituições da burguesia, incluindo as Forças Armadas e os partidos políticos, com a irrupção ofensiva, revolucionária, da classe operária e do povo em uma imensa mobilização geral unificada em torno de um eixo político revolucionário: a derrota do

imperialismo” (Nahuel Moreno, “1982: Comienza La Revolución”, maio de 1983).

Em outras palavras, segundo Moreno, era correto mentir aos trabalhadores, orientando-os a uma espécie de trégua em relação à burguesia e aos ditadores, caso isso garantisse a abertura de uma situação revolucionária na Argentina. Moreno evita explicar que não seria preciso nada disso, afinal, antes mesmo da guerra, a ditadura estava em uma profunda crise e a classe operária se levantava contra o regime, ou seja, não havia a necessidade de um conflito bélico para que se abrisse uma situação revolucionária.

Naquela conjuntura, o anti-imperialismo enraizado entre os trabalhadores poderia ter sido mobilizado para derrotar de uma vez por todas os ditadores que vinham massacrando a população do país, expulsado assim também o imperialismo, que tinha nos ditadores seus principais representantes. Ao mesmo tempo, os revolucionários argentinos poderiam ter construído laços com os trabalhadores ingleses no sentido de reforçar o internacionalismo proletário, com vistas a somar forças para derrotar



Marcha “Paz Pan y Trabajo”. Foto: Hasenberg-Quaretti

o governo de Margaret Thatcher. Moreno optou por uma postura nacionalista, contribuindo para enfraquecer não apenas a luta dos trabalhadores argentino, como também dos ingleses.

Esse tipo de política elaborada por Moreno se coloca completamente contra o que ensinaram Lenin e Trotsky sobre as lutas dos trabalhadores. Os revolucionários não devem dizer para os trabalhadores aquilo que é mais fácil, ou que possa garantir o resultado mais rápido, mas o que pode efetivamente mobilizar suas lutas e organização e fazer avançar sua consciência no sentido da revolução.

Não resta dúvida de que a entrada da ditadura argentina na guerra levaria a um colapso do regime, sendo totalmente equivocada a política morenista de fomentar o retrocesso do nível de consciência dos trabalhadores fazendo frente única com a ditadura numa guerra cujo objetivo era entorpecer a consciência das massas que estavam pondo abaixo a ditadura. Essa guerra tentava levar os trabalhadores a acreditar que estavam defendendo sua nação contra o imperialismo, quando, na verdade, estavam servindo de bucha de canhão numa guerra que não era deles.

Quem não vê a luta real entre as classes e o movimento molecular da revolução, quem se guia pelos movimentos dos aparelhos e não pelas necessidades reais das massas, acaba, assim, se adaptando e capitulando. A única maneira de combater coerente e consequentemente é guiando-se pelas necessidades imediatas e históricas da classe operária, de seu movimento real e não o imaginado por iluminados e oportunistas, e ter confiança na classe operária e no programa revolucionário do marxismo, do bolchevismo.

Notas:

1. (<http://pabloraulfernandez.blogspot.com/2012/04/entrevista-ricardo-napuri-30-anos-de-la.html>)



# ESQUERDA MARXISTA

CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL

